



UNILASALLE
CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE



Credenciamento: Decreto de 29/12/98 - D.O. U. de 30/12/98
Recredenciamento: Portaria 1.473 de 25/5/04 - D.O.U. de 26/5/04

ELIANARA CORCINI LIMA

**A VIDA EM MEMÓRIAS DE DOR: MULHERES NA DITADURA CIVIL-MILITAR DE
1964-1985**

Canoas
2014

ELIANARA CORCINI LIMA

**A VIDA EM MEMÓRIAS DE DOR: MULHERES NA DITADURA CIVIL-MILITAR DE
1964-1985**

Dissertação apresentada para a banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle – UNILASALLE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Accorssi
Coorientadora: Profa. Dra. Paula Pinhal de Carlos

Canoas
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L732v Lima, Elianara Corcini.

A vida em memórias de dor [manuscrito] : mulheres na ditadura civil militar de 1964-1985 / Elianara Corcini Lima. – 2014.
107f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Memória social e bens culturais) – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2014.

“Orientação: Prof^a. Dr^a. Aline Accorssi”.

“Coorientação: Prof^a. Dr^a. Paula Pinhal de Carlos

1. Ditadura militar. 2. Memória. 3. Mulheres. 4. Gênero. 5. Brasil.
I. Accorssi, Aline. II. Carlos, Paula Pinhal de. III. Título.

CDU: 94(81).088-055.2

Bibliotecário responsável: Melissa Rodrigues Martins - CRB 10/1380

ELIANARA CORCINI LIMA

**A VIDA EM MEMÓRIAS DE DOR: MULHERES NA DITADURA CIVIL-MILITAR DE
1964-1985**

Dissertação apresentada para a banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle – UNILASALLE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Aprovada pela Banca Examinadora em 15 de abril de 2014.

Prof. Dr. Lucas Graeff – Coordenador Adjunto do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais - UNILASALLE

Profa. Dra. Paula Pinhal de Carlos – Co-orientadora

Prof. Dr. Rodrigo Lemos Simões – Professor UNILASALLE

Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff - Professora UFSC

Canoas
2014

AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho só se tornou possível pela rede de amizades e colaboração construídas. A todos que, direta ou indiretamente, dele participaram, agradeço profundamente, e, em especial:

- À amiga Jacira Gil Bernardes, que me apresentou o curso e incentivou a sua realização;

- Aos professores do mestrado, pelas orientações e atenções recebidas;

- Às secretárias do curso, sempre prontas a atender, esclarecer;

- Aos demais funcionários do UNILASALLE de outros setores pelo apoio;

- À minha querida orientadora, Aline Accorssi, a quem não tenho palavras para descrever o carinho e a atenção recebida. Os encontros de orientação eram sempre esperados, pois ali encontraria os rumos a serem seguidos.

- À minha querida co-orientadora, Paula Pinhal de Carlos, pelos questionamentos, indicações precisas e apoio.

- Aos meus queridos colegas de curso, pelos belos momentos vividos; e, em especial, Anajara Carbonell Closs, Miguel Ângelo Ribeiro de Ribeiro, Rosângela Gomes da Silva, Helenice Maria de Moraes Christaldo, Lenise Di Domenico Colpo, Elise Maria Di Domenico Coser, João Bosco Torres Santos, com quem mais de perto compartilhei dúvidas, dores, emoções e alegrias;

- Ao grupo de pesquisa, Carla Nunes, Caroline Gonçalves Nascimento, Nathalia Amaral e Kellen Cristina Varisco Lazzari, pelas discussões e belas tardes que passamos juntas;

- À minha amada filha, Paula Lima Vanacor, e aos meus amados, filho, Vitor Lima Vanacor, e marido, Vinicius Paiva Vanacor, pelo companheirismo, pelas discussões para os entendimentos dos conceitos, pelas revisões dos textos, pelo apoio e carinho;

- À Gislaíne A. M. Monteiro, pelas belas e necessárias revisões de português;

- À direção do Centro de Processamento de Dados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela oportunidade de realizar o mestrado;

- Aos meus colegas de trabalho da Divisão de Sistema de Informação e, em especial, ao grupo do Ensino, pelo incentivo e apoio recebidos;

- Às pessoas que carinhosamente compartilharam suas memórias: Ignez Maria Serpa Ramminger, Nilce Cardoso Azevedo, Jair Krischke, Antonio Losada (em memória), e Raul Ellwanger; e

- À Mercedes Bodê, professora de Yoga, pelas aulas de recomposição física e mental, importantes para o alívio das dores do corpo e da mente, e que me permitiram manter o equilíbrio em muitos momentos da caminhada na construção deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre como as mulheres que sofreram violência dos agentes do Estado no período da ditadura civil-militar de 1964-1985 convivem com as memórias de dor e reconstróem suas vidas. Nessa época, torturas, prisões, assassinatos e desaparecimentos fizeram parte da vida daqueles/daquelas que, de alguma forma, se opuseram à ordem instituída. As mulheres submetidas à violência dos agentes do Estado foram mortas, suicidaram-se, desapareceram ou reconstruíram suas vidas. O presente estudo busca conhecer como as memórias de dor atuam sobre suas vidas, as experiências que lhes permitem reconstruir sua história, e como as questões de gênero perpassam essas vivências. A abordagem metodológica foi orientada pelos pressupostos da pesquisa qualitativa através do uso de narrativas. Gênero foi a categoria balizadora na análise, com a utilização do método hermenêutico dialético. Na perspectiva transdisciplinar do conceito de memória social, em construção, áreas como Filosofia, História, Sociologia, Feminismo, Psicologia e Psicologia Social foram entrelaçadas. Os resultados demonstraram que, assim como não existe “a história”, e sim “as histórias”, a vida das pesquisadas foi reconstruída com base em experiências como cooperação, amizade, oportunidade de estudar, participação em organizações sociais, e de relações sexuais menos repressoras. A dor dos momentos vividos sob a submissão do Estado permaneceu em suas memórias, mas as vivências de relações mais igualitárias lhes propiciaram condições favoráveis para a reconstrução de suas vidas.

Palavras-chave: Gênero; Ditadura; Memória; Memórias de Dor; Feminismo.

ABSTRACT

This paper's objective is to reflect about how women who suffered violence from the agents of the state, during the 1964-1985 civil-military dictatorship, live with the memories of pain and reconstruct their lives. In that time, tortures, prisons, murders and disappearances were part of the life of those who, somehow, opposed themselves to the instituted order. Women submitted to violence from the agents of State were killed, committed suicide, disappeared or reconstructed their lives. This study seeks to know how the memories of pain act on their lives, the experiences that allow them to reconstruct their history, and how the gender spans these experiences. The methodological approach was oriented by the conjuncture of qualitative research through the use of narratives. Gender was the guide category in the analysis, using the hermeneutical dialectic method. In the trans-disciplinary perspective of the social memory concept, under construction, areas like Philosophy, History, Sociology, Feminism, Psychology and Social Psychology were interlaced. The results show that, as well as it doesn't exist "the history", but "the stories", the lives of the researched women were reconstructed based in experiences like cooperation, friendship, opportunity to study, social organizations participation and less oppressive sexual relationships. The pain of the moments lived under submission of the State remained in their memories, but the experiences of more equal relationships provided them favorable conditions to reconstruct their lives.

Keywords: Gender; Dictatorship; Memory; Memory of Pain; Feminism.

LISTA DE SIGLAS

AI	Ato Institucional
AIDS	Síndrome de Deficiência Imunológica Adquirida
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CEV	Comissão Estadual da Verdade
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
DOI	Departamento de Operações de Informações
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
OBAN	Operação Bandeirantes
ONU	Organização das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
POC	Partido Operário Comunista
PRT	Partido Revolucionário de Los Trabajadores (Argentina)
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
UDN	União Democrática Nacional

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Motivação para a Tortura.....	18
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Sujeitos da Pesquisa e as Formas de Obtenção dos Dados	42
Tabela 2 - Percentual de Mulheres e Homens no Curso Normal.....	80
Tabela 3 - Tabela: Percentual de Mulheres e Homens no Curso Propedêutico	80
Tabela 4 - Distribuição dos Ouvintes por Curso	96

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Convite do Evento.....	94
Figura 2 - Palestrantes	95
Figura 3 - Público no Evento	95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA.....	15
1.2 QUESTÕES NORTEADORAS.....	15
1.3 OBJETIVOS.....	16
1.4 JUSTIFICATIVA.....	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE.....	20
2.2 MOVIMENTO DAS MULHERES NO SÉCULO XX.....	25
2.3 TRABALHO DE MEMÓRIA.....	27
2.4 DITADURA CIVIL-MILITAR DE 1964-1985.....	31
3 METODOLOGIA	38
3.1 SUJEITOS DE PESQUISA.....	38
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS.....	39
3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA: NARRATIVAS.....	40
3.4 MÉTODO DE ANÁLISE: HERMENÊUTICA DIALÉTICA.....	43
3.5 PERCURSO DA ANÁLISE.....	45
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	47
4.1 AS NARRATIVAS.....	47
4.1.1 Marie.....	47
4.1.2 Nilce.....	52
4.1.3 Ignez.....	56
4.1.4 Celina.....	61
4.1.5 Berta.....	63
4.2 EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NA DOR.....	69
4.2.1.1 <i>Mera Vida</i>	69
4.2.1.2 <i>Amizade</i>	74
4.2.1.3 <i>Impactos Subjetivos e Físicos</i>	76
4.3 RECONSTRUÇÃO: OS CAMINHOS PERCORRIDOS.....	78
4.3.1.1 <i>Estudo e Trabalho</i>	79
4.3.1.2 <i>Participação em Movimentos</i>	82
4.3.1.3 <i>Maternidade</i>	84
4.3.1.4 <i>“Revolução dos Costumes”</i>	86
5 CONCLUSÃO	89
6 EVENTO “A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA DITADURA CIVIL-MILITAR DE 1964-1985”	93
7 REFERÊNCIAS	97

1 INTRODUÇÃO

A ideia deste trabalho surgiu no VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política, ocorrido em São Francisco de Paula (RS), no mês de novembro de 2012, durante a Conferência de Memória Política – Movimento de Justiça e Direitos Humanos – realizada por Jair Krischke, um dos fundadores oficiais do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul¹. Ele relatou a história das mulheres submetidas à violência e à tortura nas ditaduras civil-militares do Cone Sul², nas décadas de 1960-1970. A fim de saber mais sobre essas histórias, foi realizado, no mês de dezembro de 2012, um encontro com Krischke. Primeiramente, ele relatou a vida de uma uruguaia, presa e torturada, que após sair da prisão passou por 26 intervenções cirúrgicas de reconstituição. Atualmente, ela trabalha na Corte de Haia; Em seguida, falou sobre a sua visita a uma prisão chilena, onde uma jovem, com idade entre 21-22 anos, carregava nos braços um filho, resultado de estupro e outras torturas. O menino se chamava Pablo Salvador: Pablo, em homenagem ao poeta chileno Pablo Neruda, e Salvador, que homenageia Salvador Allende, presidente chileno deposto pela Ditadura Chilena em 1973.

Em 08 de março de 2013, houve os depoimentos de três mulheres que sofreram torturas durante a Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 no Brasil, concedidos à Comissão da Verdade do Estado do Rio Grande do Sul. As histórias relatadas na Comissão, e também por Jair Krischke, possuíam aspectos comuns (como tortura), entre eles: violência sexual³ e reconstrução de vida.

Ouvir essas histórias fez surgir a pergunta: como essas mulheres reconstruíram suas vidas após a experiência⁴ de tortura que deixou marcas invisíveis (memória) e visíveis (corpo e filho), recordando as dúvidas sobre as razões para se viver.

¹ Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Quem Somos. Disponível em:

<http://ong.portoweb.com.br/direitoshumanos/default.php?p_secao=30>. Acesso em: 19 jan. 2014.

² Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.

³ Violência Sexual ou Abuso Sexual, entendido como “ato ou jogo sexual que ocorre nas relações hetero ou homossexual, e práticas eróticas, e visa estimular a vítima ou utilizá-la para obter excitação sexual e práticas eróticas, pornográficas e sexuais impostas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças.” (MINAYO, 2006, p. 82).

⁴ Experiência compreendida por Maria Rita Kehl, a partir de Benjamin, como um saber que pode ser passado adiante, enriquecendo a vida de quem ouve e de quem conta (KEHL, 2009). Um aprendizado que deixa marcas, memórias.

Cresci em uma família onde castigo, palmadas, tapas, chantagem foram métodos utilizados para “educação” das filhas e filhos, o que me levou a vários questionamentos. A violência também esteve presente nas diferentes fases da existência de minha mãe. Ela, sendo uma das filhas mais velhas, desde criança cuidou da casa, dos irmãos e irmãs menores e foi “educada” com violência. Morava no interior do RS, numa área rural, na década de 1940-50, e, em idade escolar, foi morar em casa de parentes para estudar. Nas horas fora da aula, fazia os serviços da casa, e, à noite, as tarefas escolares, sob a luz de velas. (FERREIRA; CERQUEIRA, 2012, p. 10). Trabalhou como professora primária⁵, casou e abandonou a profissão no meu nascimento (sua primeira filha) para se tornar “do lar”, como outras mulheres de sua época.

A violência na vida das mulheres brasileiras não é desconhecida. Em relação ao homicídio de mulheres, o Brasil ocupa o 7º lugar entre 84 países, conforme o “Mapa da Violência 2012” (WASELFISZ, 2012). A experiência da violência produz memórias de dor que podem afetar a autoestima das mulheres, expondo-as, por exemplo, a um risco maior de depressão e, até mesmo, a tendências ao suicídio (DAY et al, 2003). As mulheres que de alguma forma se opuseram ao governo estabelecido na Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 foram vistas como cometendo dois pecados: “[...] o de lutar junto com os homens, e o de ousar sair do espaço privado, a ela destinado historicamente, adentrando no espaço público, político e masculino” (COLLING, 1997, p. 80). Algumas foram mortas, outras se suicidaram, mas também houve aquelas que conseguiram reconstruir suas vidas, como, por exemplo, Dilma Rousseff, presidenta do Brasil, e Eleonora Menicucci, secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. A pergunta é: como as mulheres que sofreram violência dos agentes do estado na Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 convivem com as memórias de dor e reconstróem suas vidas? Essas mulheres tiveram suas memórias marcadas por dor em um tempo distante, possibilitando a análise dos seus desdobramentos até o presente.

Como ferramenta para a construção desta pesquisa, foram utilizadas narrativas, como forma de se obter as memórias das pesquisadas (segundo Walter Benjamin), e a análise de gênero, definido por Joan Scott como a construção do feminino e do masculino, baseado na diferença entre os sexos (SCOTT, 1989). Pela

⁵ Ensino primário correspondia aos quatro primeiros anos de escolarização.

sua temática, este trabalho vinculou-se à linha de pesquisa *Memória, Cultura e Identidade* por contemplar estudos de memória social sob a ótica de como a memória participa e atua no desenvolvimento de identidades e na cultura.

1.1 PROBLEMA

Houve mulheres durante o período da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 que questionaram o governo e, por isso, sofreram ações por parte dele, dentre as quais: prisões, tortura, violência sexual, assassinato e desaparecimentos. A pergunta é: Como as mulheres que sofreram violência dos agentes do estado no período da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 convivem com as memórias de dor e reconstróem suas vidas? Das pessoas submetidas aos abusos⁶ de poder, algumas não sobreviveram ou se suicidaram⁷. A submissão das mulheres à tortura deixou sequelas, fazendo com que elas necessitem lidar com situações da violência que impactaram suas vidas no aspecto “físico, subjetivo, sexual e afetivo” (OLIVEIRA et al, 2005, p. 381). A possibilidade de conhecer suas memórias permite a reflexão sobre as estratégias de sobrevivência, a convivência ou talvez a superação. A história das mulheres é composta de silêncios, movimentos para rompê-los, ações por direitos, pela igualdade e de poder contar suas histórias (PERROT, 2005).

1.2 QUESTÕES NORTEADORAS

A partir do problema de pesquisa: Como as mulheres que sofreram violência dos agentes do estado no período da ditadura Civil-Militar de 1964-1985 convivem com as memórias de dor e reconstróem suas vidas, foram levantados alguns questionamentos:

- Como as memórias de dor atuam sobre a vida dessas mulheres?

⁶ Os abusos podem ser físicos, psicológicos ou sexuais (MINAYO, 2006, p.82).

⁷ Relato de suicídio em decorrência de abusos cometidos por agentes do estado no período da ditadura: “Em 01 de agosto de 1982, Solange atirou-se da janela de seu apartamento (no terceiro andar da Rua Barão da Torre), no Rio, vindo a falecer no hospital Miguel Couto. Embora a data de sua morte seja muito posterior ao episódio da prisão e dos maus-tratos sofridos nos órgãos de segurança do regime militar, a CEMDP considerou comprovado que o suicídio decorreu dos traumas irreversíveis sofridos em 1971” (MERLINO, 2010, p. 191). Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP), vinculada à Secretaria de Direitos Humanos, Presidência da República, instituída pelo Decreto de 18 de dezembro de 1995 (Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cemdp>).

- Quais são as experiências construídas por elas para reconstruírem suas vidas?
- Como as questões de gênero perpassam as suas experiências e memórias?

1.3 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é conhecer como as mulheres que sofreram violência dos agentes do estado no período da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 convivem com as memórias de dor e reconstróem suas vidas.

Para este fim, busca-se, especificamente, com vistas a cumprir o objetivo proposto:

- identificar as memórias de dor produzidas pela Ditadura Civil-Militar de 1964-1985, permitindo refletir como elas atuam sobre a vida das pesquisadas;
- conhecer as estratégias de enfrentamento a que essas mulheres recorreram para reconstruírem suas vidas;
- refletir como os papéis de gênero perpassam as suas experiências e memórias; e
- organizar um evento acadêmico que promova a reflexão sobre a ditadura e seus reflexos no momento atual.

1.4 JUSTIFICATIVA

Durante o período da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985, fizeram parte das ações dos agentes do estado: a tortura, o desaparecimento, a morte e a prisão de quem o regime considerou seu inimigo (ARNS, 1985). As pessoas discordantes, de alguma forma, eram consideradas “subversivas”. As ações passíveis de classificação como atos “subversivos” poderiam ser: reunir-se com amigos, ler um livro que não fosse romance, falar de política (COLLING, 1997).

Na publicação realizada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, “Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura” encontram-se os seguintes números de pessoas atingidas pela repressão do estado: 50 mil pessoas presas, 20 mil torturadas, 356 mortas ou desaparecidas, e 04 crianças, provavelmente, sequestradas (BRASIL, 2009a).

Um rastro de dor e sofrimento atingiu o país; os movimentos pela Anistia se ampliaram. Em 1979, foi promulgada a Lei de Anistia, que anistiou os presos políticos e permitiu o retorno dos exilados. Essa lei promoveu o esquecimento dos atos repressivos executados pelos agentes do estado, não permitindo que eles respondessem pelos seus atos.

Em decorrência disso, foram levantados alguns questionamentos: É possível simplesmente esquecer? É possível um dia acordar e pensar na minha filha, no meu filho, marido, esposa, e outros entes queridos desaparecidos, mortos, torturados e dizer que não aconteceu? Se não existiu, onde estão os desaparecidos? É possível passar por situações de sofrimentos e esquecer suas marcas? O que acontece com as estruturas desenvolvidas para a repressão pelo estado?

O ato de violentar não é esquecido por quem o pratica, por decisão de uma lei. Esse “esquecimento” produz um sentimento de impunidade, de poder continuar executando-o; é socialmente uma espécie de “naturalização” da violência. As citações abaixo procuram demonstrar a permanência da violência praticada, principalmente, pela polícia brasileira no período atual.

[...] a polícia brasileira é a única na América Latina que comete mais assassinatos e crimes de tortura na atualidade do que durante o período da ditadura militar. A impunidade não produz apenas a repetição da barbárie: tende a provocar uma sinistra escalada de práticas abusivas por parte dos poderes públicos, que deveriam proteger e garantir a paz. (KEHL, 2010, p. 124)

Com o objetivo de esclarecer mortes registradas como autos de resistência em operações da Polícia Militar, a Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro lança a campanha **Desaparecidos da democracia: pessoas reais, vítimas invisíveis**.⁸ O lançamento oficial da campanha será terça-feira, dia 27⁹, na sede da OAB/RJ.

A necessidade da campanha ganha força ao analisar dados oficiais do Instituto de Segurança Pública, vinculado à secretaria de Segurança do RJ, que mostra **que mais de 10 mil pessoas foram mortas em confronto com a polícia entre 2001 e 2011**¹⁰. Esse número deu à corporação fluminense o título de campeã mundial de letalidade. (OABRJDIGITAL, 2013)

O sofrimento causado pela tortura e pelos maus tratos continua a fazer parte da sociedade brasileira, sendo que uma parte deste é oriunda dos agentes do estado. Essa permanência se vincula pela não revisão das práticas policiais, que ainda são treinados em uma lógica de segurança nacional, conforme observado na

⁸ Grifo da pesquisadora.

⁹ 27 de agosto de 2013

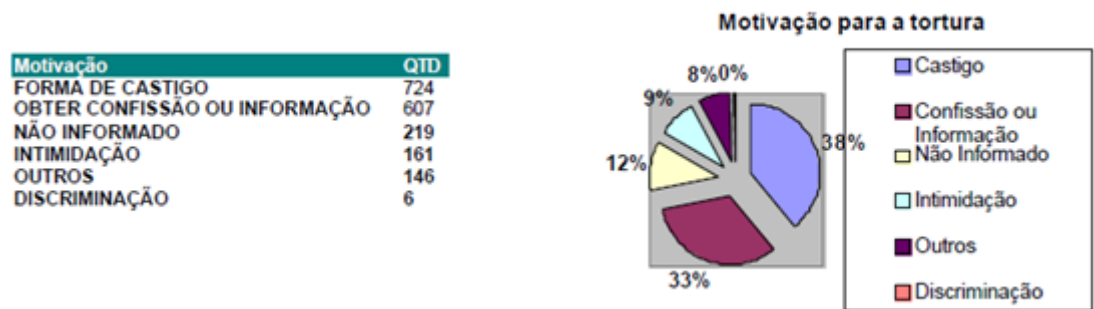
¹⁰ Grifo da pesquisadora.

pesquisa de Sandra Jovchelovitch: “Sociabilidades Subterrâneas”, realizada em favelas da cidade do Rio de Janeiro.

Os entrevistados da polícia relatam a ideologia de segurança nacional contra um inimigo interno como sendo fundamental para a sua forma de pensar e treinar como soldados/policiais. Deixando de ter um alvo claro após a ditadura militar, as disputas territoriais com o tráfico de drogas foram enquadradas nessa ideologia, que homogeneizou todos os moradores de favelas como inimigos. Por meio da guerra contra o tráfico de drogas – e, por extensão, contra os moradores da favela – era possível encontrar o inimigo e sustentar os rituais e os quadros mentais que preparam os policiais para a guerra. (JOVCHELOVITCH, 2013, p. 99)

A citação acima corrobora com os dados encontrados no relatório sobre tortura no Brasil, produzido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara Federal de Deputados, no ano de 2005, recolhidos a partir de denúncias ocorridas entre 31 de outubro de 2001 e 31 de janeiro de 2004, referentes a 1.863 casos que estão sendo acompanhados pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). Os locais com maior incidência de tortura são as delegacias de polícia (40%), seguidas pelas unidades prisionais (21%) (CDHM, 2005, p. 12), conforme mostra o Gráfico 1, abaixo:

Gráfico 1 - Motivação para a Tortura



Fonte: CDHM (2005, p. 12)

A história do país é marcada por três séculos de escravidão, pela Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 e pela continuação do uso da tortura pela polícia, pelo alto índice de violência por homicídio de homens e alto índice de outras violências diferentes de homicídio contra as mulheres. Mesmo que o índice feminino de homicídio seja menor que o dos homens, o Brasil ocupa a 7ª posição, se comparado com outros 80 países nas estatísticas da ONU “com alto índice de feminicídio”¹¹,

¹¹ Dolores Mota (2013) define *Feminicídio* como “homicídio decorrente do fato de ser mulher”, “em um contexto social e cultural que as coloca em posições, papéis, ou funções subordinadas, contexto

acompanhado, frequentemente, de altos níveis de tolerância” (WAISELFISZ, 2012), conforme o “Mapa da Violência 2012”. Para se moverem em direção de modificar a sua situação e poderem ocupar um lugar diferente da casa, as mulheres se colocaram em movimento, criaram espaços na sociedade e romperam silêncios (PERROT, 2005). Em um contexto onde: “As mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra este bloco de representações que as cobre, e que é preciso, necessariamente, analisar, sem saber como elas as viam e as viviam [...]” (PERROT, 2005, p. 11), é que se faz a opção por conhecer suas memórias e a reconstrução de suas vidas.

que, portanto, favorece e as expõe a múltiplas formas de violência”, como explica Vásquez. (VÁSQUEZ, Patsilí Toledo. Tipificar el Femicidio? In: Anuario de Derechos Humanos. Universidad de Chile, Facultad de Derecho, N° 4, ano 2008., p. 203”).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho foi desenvolvido em um curso interdisciplinar (CAPES, 2014), organizado de forma a propiciar o encontro e o aprendizado em diversas áreas do conhecimento não só na sua estrutura curricular, mas na presença de professores de diferentes áreas (ao mesmo tempo), tanto na organização como na execução das aulas (PAVIANI, 1993). O encontro propiciou as condições favoráveis para se buscar respostas ao problema proposto, utilizando o conceito de memória social (ainda em construção), na perspectiva transdisciplinar (BERND, 2013), entrelaçando, direta ou indiretamente, áreas como Filosofia, História, Sociologia, Estudos de Gênero e Feministas, Psicologia e Psicologia Social em momentos de transbordamento ou retraimento da memória. As memórias de dor foram produzidas em um contexto histórico, e conhecê-lo é um dos ingredientes para compreensão das histórias de vida.

A sequência de apresentação dos conteúdos se define pela trama existente entre eles: gênero, feminismo, memória e contexto histórico.

2.1 GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

As mulheres, ao longo da história, realizaram diversos movimentos por direitos. A partir do século XVII foram encontrados registros de movimentos requerendo igualdade sexual, que foi definido como o início do feminismo (GARCIA, 2011). O feminismo, como filosofia e movimento de tomada de consciência da condição da mulher como coletivo, vivendo em situação de subordinação ao homem, e, assim, sujeita à opressão e à dominação em uma sociedade organizada sobre regência do patriarcado¹², se mobiliza na direção da transformação social (GARCIA, 2011).

Nos estudos feministas, Joan Scott apresenta o conceito de gênero, sendo ele o “elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, e “forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). Dito de outra forma, o feminino e o masculino se definem a partir da relação entre os sexos, e com esta, as relações de poder. Em *Sexo e Temperamento*,

¹² O patriarcado “designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens.” (DELPHY, 2009, p. 173)

Margaret Mead mostra em seus estudos antropológicos, na observação de três tribos da Nova Guiné (entre 1931-1933), o gênero se apresentando diferentemente.

Aqui, procurando reconhecidamente alguma luz sobre a questão das diferenças sexuais, encontrei três tribos, todas convenientemente situadas dentro de uma área de cem milhas. Numa delas, homens e mulheres agiam como esperamos que as mulheres ajam: de um suave modo parental e sensível; na segunda, ambos agiam como esperamos que os homens ajam: com bravaria iniciativa; e na terceira, os homens agem segundo nosso estereótipo para as mulheres, são fingidos, usam cachos e vão às compras, enquanto as mulheres são enérgicas, administradora, parceiros desordenados. (MEAD, 2011, p.10)

Outra construção de gênero se encontra na comunidade Mosuo, na China, com vinte e cinco mil habitantes. “É uma sociedade de mulheres fortes, dominantes e de caráter, mas ser atraente, manter a capacidade de sedução e ser considerada bela é tão importante quanto nas sociedades patriarcais.” (COLER, 2008, p. 31). As mulheres são responsáveis pela família, pela propriedade. Os homens moram na família da sua mãe, trabalham, por exemplo, na construção de habitações, nas barcas; o chefe da comunidade é homem, e o responsável por cuidar, zelar por esta.

As tarefas do chefe de uma aldeia são poucas, mas importantes. Uma é ser mediador para os moradores. Ser agressivos, tanto fora quanto dentro da família, desonra-os. [...] A violência, em todas suas variantes, gera repúdio. Qualquer reação desmedida, especialmente o uso da força, é malvista. O que em nosso mundo pode ser traduzido como valentia, virilidade ou um tempero nos esportes, para eles é intolerável. A expressão exata é que os envergonha. É por isso que recorrem ao chefe da aldeia para que imponha sua autoridade a tempo, antes que as disputas se compliquem. (COLER, 2008, p. 75)

Nessa comunidade não existe a figura do pai: as crianças são cuidadas por todas/todos da casa; não há casamento (homens e mulheres podem estabelecer relações sexuais livremente, podendo ser por uma noite ou por um tempo maior, desde que os dois concordem); o bem estar é valorizado (COLER, 2008).

As comunidades apresentadas por Margaret Mead e Ricardo Coler demonstram diferentes modelos de gênero, facilitando a compreensão e a construção cultural do masculino e do feminino. Na comunidade Mosuo e na que Mead apresenta, homens e mulheres agem de “suave modo parental e sensível” (MEAD, 2011, p.10); são organizações onde violência não é marca, e, sim, cooperação. Nas outras duas comunidades expostas por Mead a violência estava presente; quatro comunidades foram apresentadas com quatro construções de gênero e organizações sociais diferentes.

Isso permite compreender o aspecto relacional do conceito de gênero, e que a mudança nessa relação possibilita a transformação social, isto é, que a organização social está constituída, mas não é imutável, podendo se organizar diferentemente, conforme se altera a relação entre os sexos. Nessa transformação, a relação de poder também pode ser alterada, pois esta é construída através de instituições, discursos, saberes, etc (FOUCAULT, 1979).

Riane Eisler, ao reexaminar a “sociedade humana a partir de uma perspectiva holística no tocante ao gênero” (EISLER, 2007, p. 30), demonstra a mudança de gênero na sociedade ocidental e seus valores. Deste estudo, foram extraídos dois modelos de organização social: sem hierarquia e com escalonamento, denominados, consecutivamente, de *parceria*¹³ e *dominador*. O modelo dominador subdivide-se em: matriarcal (o feminino sobre o masculino), e patriarcal (o masculino sobre o feminino), tendo como característica a manutenção das hierarquias humanas “pela força ou ameaça do uso de força” (EISLER, 2007, p.32). As características sociais são dependentes dos modelos. Algumas delas são: no dominador, encontra-se o autoritarismo, a violência social e institucional, atividades sexuais repressoras; premissa da competição; e, na parceria, encontra-se a cooperação, a tecnologia voltada para o social, e o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo. Esse conhecimento possibilita a reflexão sobre a organização social e para qual caminho se pretende seguir.

As características apresentadas permitem classificar a sociedade brasileira como patriarcal. Para essa colocação, o estudo se apoia em Eisler (2007) e Heleieth Saffioti (2011). Eisler prefere utilizar o neologismo *androcracia*¹⁴ no lugar de patriarcado “para descrever com maior exatidão um sistema social regido pela força, ou ameaça de uso de força pelos homens.” (EISLER, 2007, p. 165), ou seja, um conjunto de valores que sustentam as relações sociais, tendo como base a dominação masculina, o autoritarismo e a violência social e institucional (EISLER,

¹³ Gilania é o neologismo proposto por Eisler (2007) para definir a organização social sem escalonamento entre os gêneros, parceria. “*Gi* deriva da raiz grega *gyne*, ou “mulher”; *an* deriva de *andros*, ou “homem”. A letra “*l*” entre as duas sílabas tem duplo significado: representa a ligação entre as duas partes da humanidade – ou seja, não se trata de um escalonamento, como na *androcracia* – e em grego deriva do verbo *lyein* ou *lyo*, que, por sua vez, também tem duplo significado: resolver ou solucionar (como se vê na palavra *análise*), e dissolver ou libertar (como na palavra *catálise*).” (EISLER, 2007, p.165).

¹⁴ *Androcracia*: “deriva das raízes gregas *andros* ou ‘homem’, e *kratos* ou ‘governo’.” (EISLER, 2007, p. 165).

2007). O termo parece ser o que melhor representa um sistema que privilegia as características de força, competição, dominação associadas ao gênero masculino. Essas características são encontradas, por exemplo, no conceito de governo ligado ao direito de alguns comandarem e os outros obedecerem, os governantes e os governados, que chegam até nós pelas referências a Platão e Aristóteles.

Historicamente, o conceito de governo, embora originado na esfera doméstica e familiar desempenhou seu papel mais decisivo na organização dos assuntos públicos e, para nós, está inseparavelmente ligado à política.” (ARENDETT, 2005, p. 236)

A esfera doméstica e familiar grega era chefiada pelo homem, tendo sobre o seu domínio a mulher e os escravos, “[...] a mulher se encontrava em uma relação de domínio e submissão diante do homem, e onde “necessidade”, “violência”, “dominação” e desigualdade eram os conceitos que melhor definiam a vida doméstica [...]” (ORTEGA, 2002, p.26). É baseando-se neste contexto de dominação que o conceito de governo se organiza. A hierarquização de dominação encontra-se no espaço público, na organização social, e nas suas diversas formas de instituição, como o exército, a polícia, o judiciário, a religião, a educação, a família.

A construção da dominação masculina também se referencia historicamente na conquista de um povo sobre o outro, e do tratamento concedido às mulheres e aos homens. Os homens do povo conquistado, por representarem ameaça, eram eliminados, e as mulheres submetidas para efetuarem diversos tipos de trabalho, entre eles sexual. Em outras palavras, o gênero feminino foi colocado a serviço do gênero masculino (SAFFIOTI, 2011; EISLER, 2007). Esse comportamento histórico ainda pode ser observado na sociedade brasileira a partir da análise dos registros de óbitos, que mostra o maior percentual de homicídio de homens, e da análise dos registros de atendimentos, no qual se tem o maior percentual de mulheres atendidas por violência física. O percentual sobre o registro de violências de crianças e adolescentes de 0-19 anos mostra o sexo masculino como a maior vítima de homicídios no registro de óbitos (90%), e o sexo feminino como a maior vítima de atendimentos por violência (60%), subindo para 83,2% quando se trata de violência sexual (WAISELFISZ, 2012).

- 71,8% das agressões aconteceram no domicílio da vítima
- Em 43,4% dos casos o agressor foi o parceiro ou ex da vítima (na faixa de 30 a 39 anos de idade, essa proporção se eleva a 70,6%)
- 19,8% os pais (nos primeiros anos de vida, essa proporção fica acima de 80%)
- 7.5% irmãos ou filhos (WAISELFISZ, 2013, p.81)

Os dados apresentados acima reforçam outros estudos:

A violência sexual é uma das formas de abuso frequentes no ambiente familiar. Os estudos mostram que as principais vítimas são meninas, e os agressores são o pai, o padrasto, ou ainda pessoas conhecidas e do relacionamento familiar com a vítima. (MINAYO, 2006, p. 89)

A violência se entranha na rede social, apresentando-se em outros contextos, como, por exemplo, na relação entre vizinhos, brigas de trânsito, discussões, ciúmes, etc. Os números de homicídios apresentados pelos motivos expostos acima são maiores que os cometidos pelas estruturas do crime, indo em direção contrária a divulgações realizadas pelos meios ligados à Secretaria de Segurança Pública (WAISELFISZ, 2013). Na linguagem, essas características também são encontradas nos vocábulos, por exemplo: enfrentamento, luta, controle, morte, castigo, guerra, submissão (no sentido de subjugar o outro), mérito. Nas promoções de ações, utilizam-se expressões como: luta contra a dengue, enfrentamento à violência contra a mulher, enfrentamento à estiagem, entre outros (MATURANA, 2007).

A cultura patriarcal ocidental à qual pertencemos se caracteriza, enquanto rede particular de conversações, pelas coordenações peculiares de ações e emoções que constituem nossa convivência cotidiana de valorização da guerra e da luta, de aceitação das hierarquias, da autoridade e do poder, de valorização do crescimento e da procriação e de justificação racional do controle do outro através da verdade. (MATURANA, 2007, p.14)

O conhecimento de gênero contribui para o entendimento sobre a existência dos governos ditatoriais, que se desenvolveram em organizações sociais e relações de gênero onde a violência já se faz presente; não é um elemento estranho. Em épocas de governos ditatoriais, a violência se acentua por parte dos governantes sobre os governados (através das instituições), o que pode ser demonstrado por meio de números de pessoas vítimas das ditaduras civil-militares nos países do Cone Sul, no período de 1960-1970. O número de pessoas atingidas diretamente não é exato, mas, sim, levantamentos de algumas fontes, pois os governos ditatoriais não prestaram conta de seus atos à sociedade. No Brasil, 366 mortos ou desaparecidos, 3.800 presos submetidos a algum tipo de tortura, 200.000 presos políticos; no Chile, 3.197 mortos ou desaparecidos, 61.300 presos submetidos a algum tipo de tortura, 200.000 presos políticos; no Uruguai, 241 mortos ou desaparecidos, 1.500 presos submetidos a algum tipo de tortura, 4.200 presos políticos; e, na Argentina, 8.961 mortos ou desaparecidos, 150.000 presos

submetidos a algum tipo de tortura e 500.000 presos políticos¹⁵. A partir de diversas fontes, Mariana Joffily (2011) apresenta os seguintes dados sobre as mulheres atingidas pela repressão: no Brasil, os dados estimados por Marcelo Ridenti, a partir de “processos movidos pela Justiça Militar contra os militantes de esquerda, a participação feminina nos grupos armados brasileiros entre 15% e 20%” (p. 221); na Argentina, o percentual de mulheres desaparecidas foi de 30% conforme a Comisión Nacional sobre a La Desaparición de Personas (CONADEP)” (p. 222); no Uruguai, conforme pesquisa do Servicio Paz y Justicia (SERPAJ), para levantamento das pessoas atingidas pela repressão, estima-se que elas representavam 18%; e, no Chile, “o número de mulheres assassinadas pelo governo ditatorial, de acordo com a Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação, representava 6%.” (p. 222).

As violências cometidas pelo Estado e na relação de gênero têm sido discutidas, provocando movimentos para a mudança na sociedade brasileira, e, aqui, são destacados os movimentos realizados pelas mulheres.

As mulheres têm avançado nas suas conquistas, como no direito ao voto, ao divórcio, nos direitos legais e políticos, nas políticas públicas, no reconhecimento de diversos tipos de violência (através da Lei Maria da Penha), no direito constitucional de igualdade de direitos e obrigações (PEDRO; GUEDES, 2010). No entanto, ainda há um caminho a ser trilhado na direção para uma sociedade onde a dominação e as diversas formas de violência não sejam a marca social.

2.2 MOVIMENTO DAS MULHERES NO SÉCULO XX

No início do século XX (década de 1910), as mulheres iniciaram a luta pelo direito ao voto, lideradas por Bertha Lutz (PINTO, 2010). Esse ato foi reconhecido como constitucional e sem restrição pela Constituição de 1946, embora ele existisse no Código Eleitoral Brasileiro desde 1932 (BRASIL, 2012). O Movimento das *Sufragetes* pelo direito ao voto, iniciado na Inglaterra e conquistado em 1918, marcou a primeira onda do feminismo (PINTO, 2010). Após essas conquistas, o feminismo passou por um período de baixa, revigorando-se na década de 1960 nos Estados Unidos e na Europa. O seu objetivo não era só por ocupação de espaço, mas, sim, “por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em

¹⁵ Dados obtidos na Exposição: *Movimento de Justiça e Direitos Humanos – Onde a Esperança se Refugiou*, em Porto Alegre, 05 de maio de 2013.

que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo.” (PINTO, 2010, p. 16).

O feminismo começou a tomar força no Brasil a partir da década de 1970. No período da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985, cresceu o número de movimentos de mulheres questionando o custo de vida, os baixos salários e reivindicando creches. O Movimento Feminista e o de Mulheres se diferenciavam em relação aos seus objetivos.

A expressão “movimento de mulheres” significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho. Quanto ao “movimento feminista”, refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história. (TELES, 1993, p.12)

A aproximação do Movimento Feminista com o Movimento de Mulheres colocou na agenda deste último assuntos como aborto, sexualidade, violência sexual e doméstica, e controle da fertilidade. O encontro sofreu oposição tanto de religiosos como por parte dos partidos de esquerda, apoiadores do movimento de mulheres, por considerarem a agenda colocada pelas feministas como divisora de homens e mulheres. Entre esses movimentos, existiu também o Movimento pela Anistia (TELES, 1993; MACHADO, 2010).

Em 1975, a cidade de São Paulo iniciou o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), por iniciativa de Therezinha Zerbine (advogada) (PADRÓS et al, 2010), com o objetivo de “conscientização das entidades de classe e organizações civis sobre a importância da concessão da anistia aos presos políticos e exilados.” (VARGAS, 2008, p.1). O MFPA se estendeu por oito estados brasileiros: São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Sul, Sergipe, Pernambuco (VARGAS, 2008). O ano de 1975 foi declarado, pela ONU (Organização das Nações Unidas), como o Ano Internacional da Mulher, e veio apoiar os movimentos de mulheres brasileiras em um contexto adverso (TELES, 1993); os demais movimentos somaram-se na reivindicação pela Anistia (PADRÓS et al, 2010).

Na década de 1960, mais especificamente em 1964, quando o regime ditatorial tomou o poder, ele encontrou a sociedade com papéis definidos para mulheres e homens (as mulheres eram educadas para casarem virgens e se relacionarem sexualmente com um único homem - o marido). O espaço público era o de atuação do homem, e o privado da mulher (COLLING, 1997). Nesse contexto

social, havia mulheres questionando o governo estabelecido. Elas, na sua maioria, eram estudantes. O direito ao estudo, para elas, foi uma conquista que, aos poucos, se consolidou. A porcentagem de mulheres matriculadas no ensino superior era: em 1956, 26%, 1961, 29%, 1966, 31%, e 1971, 40% (BARROSO, 1975, p. 51).

A repressão submeteu mulheres a prisões, torturas, morte, desaparecimentos. Elas foram olhadas como elemento estranho e citadas pelos órgãos repressores, não por suas ações propriamente ditas, mas pelas relações com os homens.

As mulheres não são consideradas sujeitos capazes de decisão política. Quando aparecem nos documentos, é porque são esposas, filhas e amantes de homens procurados. Elas não têm vontade própria. Isso não causa estranheza, já que a mulher militante, a mulher “subversiva”, é um desvio de mulher para a repressão, é aquela que rompe com os modelos tradicionais e que está na militância por outros motivos, que não a política; por exemplo, à procura de homens. Ela será sempre aquela que não foi bem educada pela família, ou aquela que é mal-amada. (COLLING, 1997, p. 96).

Conforme a autora Olívia Joffily, as mulheres foram alvos de torturas específicas, como estupro e sevícias sexuais, entre outras; o uso do gênero foi utilizado para submeter (MACHADO, 2010).

Os papéis do que é ser homem e mulher foram levados para os movimentos que lutavam contra a repressão, e assuntos como desigualdade de gêneros não entrou em pauta. Independente do seu papel social, elas estiveram presentes na resistência e, dentro dos grupos que pertenceram, exerceram várias funções (umas em mais número que outras), como: comando, fazedora de café, guerrilheira, pombo-correio, entregadora de correspondência (TELES, 1993).

As mulheres estiveram presentes, por exemplo, desde os movimentos que levaram à queda do governo de João Goulart, passando pela resistência, pelo movimento por direito à creche, pela Anistia, Feminismo, e pelo comando de muitos deles.

2.3 TRABALHO DE MEMÓRIA

Homens e mulheres, durante a Ditadura Civil-Militar de 1964-1985, foram submetidos à prisão, tortura, assassinatos, desaparecimentos; nem mesmo crianças foram poupadas (ARNS, 1995; BRASIL, 2009a).

A justificativa do Estado para o uso da tortura foi a obtenção de confissão. Os mecanismos utilizados foram: “pau-de-arara”, choque elétrico, “afogamento”, “cadeira do dragão”, “geladeira”, insetos, e outros tipos de animais, produtos químicos, espancamentos, palmatórias, introdução de objetos na vagina e/ou no ânus. Outras formas de tortura, além das mencionadas acima, e depoimentos podem ser encontrados, por exemplo, em ARNS (1985), CNV(2013), BRASIL (2009a), MERLINO e OJEDA (2010) e no *site* da Comissão da Nacional da Verdade. As torturas eram aplicadas por várias horas seguidas, dias ou meses. Mas o que é tortura? “Expressão tenebrosa da patologia de todo um sistema social e político. Visa à destruição do sujeito humano, na essência de sua carnalidade mais concreta.” (PELLEGRINO, 1982); é a vivência com a situação limite entre corpo e mente; é a transformação do outro em mero objeto; deixa traumas físicos, psicológicos e nas próximas gerações; sentimento de culpa por estar vivo enquanto outros morreram. No Brasil, não há índice de suicídios resultantes da experiência de tortura, mas no Uruguai “o índice de suicídios dos sobreviventes a tortura é 23% maior que a população em geral” (MARTÍN, 2005, p. 440).

Como então lidar com essas memórias? Ricoeur recorre a Freud para falar de memória impedida. O ponto principal é a obstaculização da recordação de memórias traumáticas, por não permitir trazer à consciência o trauma, chamado por Freud de “resistências do recalque”. A lembrança consciente não ocorre, mas se manifesta em forma de comportamento sem que exista um entendimento consciente do evento. A proposta de resolução é a análise. Essa ação teria como objetivo fazer com que a lembrança obstaculizada pudesse retornar ao presente. Na lembrança, ela poderia ser trabalhada de forma a produzir um comportamento consciente (RICOEUR, 2007). Tanto a memória pessoal como a de grupo pode ser trabalhada; é na clareza dos fatos que as ações podem ser pensadas. Ao serem avaliadas, as memórias transmitidas para as novas gerações não são as literais, e, sim, a sua elaboração.

Toda sociedade tem o encargo da transmissão, através das gerações, daquilo que ela considera suas conquistas culturais. Aprender é, para cada geração, fazer a economia, como sugerimos acima, do esforço exaustivo de reaprender tudo a cada vez. (RICOEUR, 2007, p. 75).

A história ocidental é marcada de violências, assim como a história do Brasil, e conhecê-la, interrogá-la, se faz necessário para se direcionar em outro sentido a geração de novas possibilidades de futuro. A ação de lembrar, esquecer e trabalhar

essas memórias é o que permite intervenções no presente, visando um futuro com novas perspectivas (TODOROV, 2000).

Os indivíduos constituem a sociedade, e a sociedade é constituída de indivíduos que formam uma rede (ELIAS, 1994). Ao infligir dor em um indivíduo, outros são tocados na rede, e esta se espalha em diferentes potências através dos indivíduos próximos. Não se pode mais falar somente em memórias de indivíduos, pois, agora, pertencem ao grupo. Se as memórias de dor estão no indivíduo e no grupo, então os dois precisam ter suas memórias trabalhadas.

Para o tratamento das memórias doloridas, Todorov recorre à psicanálise, assim como Ricoeur, e é na forma como a psicanálise trata memórias reprimidas que eles se baseiam para levantar a questão do que fazer com elas. No trabalho de recuperação da memória pessoal, a memória reprimida é trazida à consciência. Na consciência, ela precisa ser trabalhada para que o indivíduo possa refletir e gerar novas possibilidades de memória. As memórias não são esquecidas, e, sim, colocadas em uma posição marginalizada. A recuperação do passado é indispensável; isso não significa o passado regendo o presente, mas escolhendo o que fazer com ele. A recordação ilimitada dos eventos mais dolorosos da vida é uma crueldade; existe o direito ao esquecimento. A análise das memórias, ao contrário da recordação literal, cria a memória exemplar. A memória recordada, trabalhada no presente, pode ser direcionada para gerar novas compreensões e entendimentos (TODOROV, 2000).

Memória é também aprendido, e este aprendizado é construído a partir das experiências do passado. A forma como uma questão é planejada, executada e resolvida também se torna memória. A resolução entre lembrar/esquecer pode definir a sequência de ações individuais ou do grupo no futuro. Se existem memórias em conflito e estas não são refletidas, analisadas, como este indivíduo/grupo segue para o futuro?

A dicotomia entre lembrar/esquecer nas sociedades que viveram governos totalitários, por exemplo, levanta questionamentos entre os autores sobre as possibilidades das formas de lidar com as memórias em conflito. Todorov propõe o uso da memória exemplar (ou seja, o uso da memória traumática como base para uma releitura de uma situação semelhante no presente), um modelo extraído da experiência do grupo (TODOROV, 2000). A memória exemplar se apresenta como

uma ferramenta para análise de algumas práticas institucionais, como, por exemplo, as de polícia, que ainda são mantidas desde a época da ditadura. (AMNESTY, 2013)

Ricoeur fala de memória ferida, doente. Memória ferida pode ser conhecida nas narrativas pelo reconhecimento de palavras que indiquem dor, sofrimento (RICOEUR, 2007). Assim como as doenças podem ser tratadas, a memória também pode. O passado e o fato ocorrido não podem ser mudados, alterados, mas a sua percepção no presente, sim. A mudança da percepção não é feita utilizando-se o abuso de memória (como o excesso de lembrar ou esquecer), muito menos o esquecimento como resolução para as memórias de dor, e, sim, um trabalho de memória no sentido de trabalho de luto¹⁶ (o luto como reação a uma perda, por exemplo, de uma pessoa amada, da liberdade ou de um ideal), conceito que ele busca em Freud. As lembranças e recordações do passado, quando trabalhadas no presente, refletem possibilidades de resolução de conflito entre lembrar/esquecer (RICOEUR, 2007).

O trabalho de memória promove o rompimento com o silêncio. O silêncio conhecido das mulheres e utilizado para propiciar condições para o esquecimento de violências a que são submetidas. Mas, assim como os familiares de presos políticos e desaparecidos que não se calaram, as mulheres também romperam o silêncio: “Pois o silêncio era ao mesmo tempo disciplina do mundo, das famílias e dos corpos, regra política, social, familiar – as paredes das casas abafam os gritos das mulheres e das crianças agredidas -, pessoal.” (PERROT, 2005, p. 10).

Os rompimentos com os silêncios têm permitido as mulheres escreverem suas histórias, conhecer suas atuações e, assim, criar outras possibilidades de existência. O não esquecimento das violências cometidas pelos agentes do estado na Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 possibilitaram ações como a criação da Comissão Nacional da Verdade, eventos acadêmicos sobre o período, conhecimento dos locais de torturas, entre outras. A elaboração do trabalho de memória propicia condições para a revisão de memórias e da organização social.

¹⁶ “O trabalho de luto é o custo do trabalho da lembrança; mas o trabalho da lembrança é o benefício do trabalho do luto.” (RICOEUR, 2007, p. 86).

2.4 DITADURA CIVIL-MILITAR DE 1964-1985

De 1964 a 1985 instalou-se, no Brasil, a Ditadura Civil-Militar, que aconteceu em um momento de efervescência política nacional e internacional: movimentos populares, Plano Trienal do Governo Goulart, movimentos pelas reformas de base (agrária, fiscal, bancária, etc), Guerra Fria (ARNS, 1985; BRASIL, 2001). A ditadura brasileira se classifica como um regime autoritário, “[...] onde as liberdades individuais encontram-se cerceadas em nome de um difuso conceito de segurança nacional.” (SPINDEL, 1981, p. 36).

Os militares, com o apoio da classe média, dos latifundiários, dos empresários, da Igreja Católica (especialmente sua elite), dos movimentos de mulheres¹⁷, de parte do Congresso Nacional e dos Estados Unidos da América (EUA), assumiram o poder (VECHIA, 2012; ARNS, 1985) em resposta a movimentos que questionavam as regras sociais estabelecidas, hierarquias.

Quando os líderes eleitos não resolvem os problemas econômicos, sociais e políticos, o povo vai buscar respostas em outros líderes. Para a mente androcrática que valoriza acima de tudo as hierarquias e está condicionada a equiparar o direito ao poder, tais respostas tendem a ser identificadas com a violência e a lei do mais forte (EISLER, 2007, p. 254).

A Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 se inicia com registro de abusos. No ano de 1964 ocorreram 20 mortes, denúncia de 203 casos de tortura e campanha contra a tortura pelo jornal “Correio da Manhã” (GASPARI, 2009). Os atingidos foram aqueles que se opuseram à nova ordem: políticos, militares que estavam a favor da Constituição, estudantes, sindicalistas, movimentos de esquerda, organizações comunistas (ARNS, 1985).

O Ato Institucional de 09 de abril de 1964 expandiu os poderes do executivo, cassou mandatos, cancelou direitos políticos de congressistas e limitou-os do Congresso (GASPARI, 2009; BRASIL, 2013).

O presente Ato institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos em Chefe das três Armas, que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os

¹⁷ Movimento de mulheres que se opunham às mudanças de caráter popular e tinham medo do “avanço comunista”, como a União Cívica Feminina, o Movimento da Arregimentação Feminina (MAF), a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) (TELES, 1993).

instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. (BRASIL, 2014a).

Desde o início da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 até o seu fim houve questionamentos por parte da sociedade. O governo ditatorial reagiu, editando Atos Institucionais¹⁸ que ampliavam seus poderes e aumentavam a repressão. O regime se comportava como “[...] promessa de um “líder forte”, que, como o “pai forte” da infância, “cuidará de tudo” em troca de obediência fiel.” (EISLER, 2007, p. 255).

Os atos institucionais foram sendo editados conforme necessidade de maior controle. Isto é, havia resistência¹⁹ na sociedade. O Ato Institucional nº 2 (AI-2), publicado em outubro 1965, dissolveu os partidos.

Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. (BRASIL, 2014b).

Após o AI-2, os partidos tiveram suas licenças cassadas e dois novos partidos foram criados: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A maioria dos filiados aos partidos cassados, UDN²⁰ e PSD²¹, se filiou ao partido ARENA, os do PTB²² ao MDB (GUILHERME, 2010). Houve partidos que optaram por atuar na clandestinidade, como o Partido Comunista do Brasil. Para o militante do partido, a clandestinidade significava assumir outra identidade, outro nome, outra vida (SCARPELLI, 2009). Aos poucos, os partidos na clandestinidade foram se dividindo, ultrapassando o número de 40 (COLLING, 1997). Participaram dessas organizações principalmente estudantes universitários.

Os partidos, agindo na clandestinidade, seguiam basicamente duas orientações quanto à atuação contra o sistema de governo estabelecido: por uma linha pacífica ou por luta armada. Independentemente de sua opção, recebiam o mesmo tratamento pelos órgãos repressores.

¹⁸ Atos Institucionais são “Normas elaboradas no período de 1964 a 1969, durante o Regime Militar. Foram editadas pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Esses atos não estão mais em vigor.” (BRASIL, 2013).

¹⁹ Resistência como possibilidade de modificar uma relação de poder conforme determinada estratégia. (FOUCAULT, 1979).

²⁰ União Democrática Nacional (UDN).

²¹ Partido Social Democrático (PSD).

²² Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Em dezembro de 1968 foi publicado o AI-5, que fechou o Congresso e suspendeu os direitos civis (GASPARI, 2009; BRASIL, 2014c):

CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la; (BRASIL, 2014c).

Na época, a violação dos direitos humanos pelo governo foi uma prática recorrente. Prisões, mortes, torturas, desaparecimentos foram cometidos por agentes do estado. O projeto “Brasil: Nunca Mais” realizou uma pesquisa em processos que transitaram na Justiça Militar de abril de 1964 a março de 1979, onde consta que o grupo pesquisado era composto por 88% homens e 12% mulheres. Desses, 38,9% tinham idade inferior ou igual 25 anos, sendo que desses, 3,17% eram menores de 18 anos (ARNS, 1985).

Um panorama dos atingidos pode ser visto pelos números apresentados por VECHIA (2012) no final do Governo Geisel, no período entre 1974 e 1979:

Ao final do governo Geisel mais de 10 mil funcionários públicos foram demitidos; mais de 10 mil exilados; 245 estudantes foram expulsos das Universidades, sem direito de estudar durante o período de 10 anos; mais de 3 centenas de pessoas foram mortas ou desaparecidas; 4.682 pessoas foram cassadas, mais de 5 mil inquéritos policiais, envolvendo mais de 40 mil pessoas; milhares de presos e torturados. Das prisões ocorridas, 84% delas não foram comunicadas aos juízes (6.256); 12% foram comunicadas fora do prazo legal (816 casos) e apenas 4% (295 casos) foram prisões comunicadas aos juízes nos prazos legais (VECHIA, 2012, p. 96).

A Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 contou com o apoio de diversos setores da sociedade, incluindo, na repressão, grupos empresariais. Um exemplo é o financiamento realizado pela iniciativa privada na Operação Bandeirante (OBAN), um centro de repressão criado em 1969 pelo II Exército e pela Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, constituído por um grupo paramilitar de repressão que recebia verbas do Grupo Ultra, Ford, General Motors, entre outros. Depois, foi oficializada como Departamento de Operações de Informações (DOI) e Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) (VECHIA, 2012; ARNS, 1995). Esse período, caracterizado como terrorismo de Estado, utilizou o “terror como forma de dominação política” (BAUER, 2011, p. 35);

Por estratégia de implantação do terror, em sua faceta repressiva, entende-se o conjunto de práticas como o sequestro, a tortura, a morte e o desaparecimento, assim como a censura e a desinformação, e de

consequências, principalmente a formação da “cultura do medo” (BAUER, 2011, p. 44).

e o medo como sua ferramenta:

[...] o medo, nas suas diversas formas de manifestação, surge como sensação fantasmagórica diluída, introjetada, asfixiante, pairando entre os indivíduos, contaminando suas relações e definindo estratégias de sobrevivência. Tal medo é um fator fundamental de dominação no contexto das ditaduras; sua percepção e lembrança, durante os processos de transição, constitui fator essencial na lógica de disputas entre memória e de memória dos fatos acontecidos, bem como das responsabilidades decorrentes (PADRÓS; BAUER, 2012, p. 480).

Conforme a repressão aumentava as denúncias cresciam, e eram, principalmente, vindas de familiares dos que sofreram a violência do Estado, as mobilizações. Entre eles, destaca-se o Movimento pela Anistia, do qual participaram diversos grupos da sociedade, mas, principalmente, os familiares de presos, torturados, desaparecidos e mortos (TELES, 1993). Foi iniciado em 1975 por Terezinha Zerbini, esposa de um general cassado que conseguiu reunir vinte mil assinaturas de mulheres pela Anistia (MEZAROBBA, 2003).

Para aqueles considerados criminosos políticos pelo regime entre 1961 e 1979 (BRASIL, 2009b), em 1979 foi promulgada a Lei da Anistia - com exceções - no governo de João Baptista Figueiredo, permitindo a liberação de quatro mil pessoas e o retorno dos exilados (PERES, 2010). Entretanto, não foi ampla.

A lei garantia, entre outros direitos, o retorno dos exilados ao país, o restabelecimento dos direitos políticos e a volta ao serviço de militares e funcionários da administração pública, excluídos de suas funções durante a ditadura (BRASIL, 2009b).

A interpretação do artigo e do parágrafo primeiro - “Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política” - não permitiu, e não permite até hoje, conforme decisão do Superior Tribunal Federal em 2010, a possibilidade de ações contra os agentes do estado que violaram os direitos humanos (BRASIL, 2010). Essa interpretação promove o *esquecimento* dos abusos cometidos como tortura, mortes, extermínios, desaparecimentos (VECHIA, 2012), construindo uma memória oficial e desconsiderando o terrorismo promovido pelo Estado.

A avaliação da memória é realizada através da sua capacidade de evocação, da busca das informações armazenadas. O esquecimento se refere a não evocação da informação desejada, isto é, a informação existe, mas não pode ser recuperada.

A lembrança ou recordação é a evocação da memória. A seletividade do que deve ser lembrado ou esquecido faz parte da memória (IZQUIERDO, 2004). A questão colocada, quando se trabalha com memória de vida pública, recai sobre o que lembrar, o que esquecer, e quem tem o direito de definir o que deve ser lembrado ou esquecido, principalmente em relação a períodos de governos totalitários (TODOROV, 2000). A Lei de Anistia promoveu o esquecimento ao possibilitar condições para que as ações dos agentes do estado, dos promotores e dos executores da repressão não sejam conhecidas.

A aposta no esquecimento das ações executadas pela ditadura não produziu o efeito esperado, mas contribuiu para estimular a resistência e as ações para o reconhecimento dos atos praticados, principalmente por parte dos grupos atingidos, corroborando com a análise realizada por Pollak.

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite, cuidadosamente, as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p.5).

As ações para o reconhecimento dos atos do Estado continuaram. Em 2002, foi promulgada uma lei para ampliar o grupo de anistiados²³ e promover indenizações. Apesar de as leis de reparação, não existe, por parte de quem promoveu memórias de dor, o reconhecimento como abusador.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instaurada pela Lei 12.528 de 2011 (BRASIL, 2011) para apurar graves violações dos direitos humanos ocorridos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, com o período definido de dois anos para trabalho; teve início em 16 de março de 2012 (CNV, 2012). Seu principal objetivo era “descobrir, esclarecer e reconhecer os abusos ocorridos no passado, dando voz às vítimas, e, quando isso não era possível pelo fato de estarem mortas ou desaparecidas, ou através de seus familiares.” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 310). Ela não tem caráter punitivo, assim como não tiveram as demais comissões da verdade no mundo, e está inserida no contexto da justiça de transição, criado no século XX, para dar conta da transição de países com sistemas totalitários para democráticos. Nasceu por definição no Plano Nacional de Direitos

²³ A análise dos Movimentos de Anistia, com seus avanços e obstáculos, no sentido de esclarecer, reparar, as violações ocorridas no período da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985, são encontrados em Glenda Mezarobba (MEZAROBBA, 2003).

Humanos 3, publicado no ano de 2009 pelo Governo Federal, que faz referência ao período da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 por necessidade de erradicar políticas de violência, já que a tortura ainda faz parte da realidade brasileira (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2013).

Para auxiliar a Comissão Nacional da Verdade, têm sido instaladas comissões estaduais, municipais ou de iniciativa da sociedade civil. O Estado do Rio Grande do Sul criou a Comissão Estadual da Verdade, que pode requisitar documentos e informações sigilosas a órgãos públicos estaduais, ouvir depoimentos em público ou em sigilo. Ao final de seus trabalhos, deve entregar o relatório à CNV e uma cópia no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul para acesso público (CEV, 2013). Além desta, há outras comissões atuando no Estado, como o Comitê de Memória, Verdade e Justiça Carlos de Ré, em Porto Alegre, de iniciativa da sociedade civil²⁴. No país, há, pelo menos, 26 comissões da verdade que atuam junto a Comissão Nacional da Verdade, buscando afinar suas parcerias para as “convocações de agentes públicos e troca de informações, a fim de apurar casos de mortos e desaparecidos e a elaboração do relatório da Comissão” (CNV, 2014). A existência destas está amparada na Resolução nº 4 da Comissão Nacional da Verdade, de 17 de setembro de 2012.

Art. 1º A Comissão Nacional da Verdade promoverá contínua cooperação e intercâmbio de informações com as Comissões Estaduais ou quaisquer outras comissões de natureza semelhante, visando à eficácia dos procedimentos investigatórios, preservadas suas atribuições específicas para a realização dos atos instrutórios definidos no art. 4º da Lei no 12.528, de 2011 (CNV, 2014b).

A existência da Comissão Nacional da Verdade, como as demais comissões criadas para apoiá-la, são consequências de Lei de Anistia de 1979, que propiciou condições para o esquecimento da violência cometida pelo Estado (BAUER, 2011). As instituições e os agentes de estado que cometeram abusos não sofreram nenhuma sanção, seus atos não foram questionados, as formas de interrogatório não foram revistas e as práticas institucionais permaneceram. Em resumo, os direitos humanos não entraram na pauta, e novos fazeres não foram apresentados. A Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 saiu e deixou de herança a violência. Conforme Castor Ruiz, a violência contamina as pessoas e as estruturas que toca, sendo

²⁴ Convite de lançamento do Comitê à Memória, à Verdade e à Justiça Carlos de Ré. <http://comitedaverdadeportoalegre.wordpress.com/about/27-06-convite-lancamento-comite-a-memoria-a-verdade-e-a-justica-5/#jp-carousel-48>. Acesso em 24 jan. 2014.

exercida por mimese: “Mimese pode ser definida como o impulso a repetir por imitação a conduta externa. O que caracteriza a mimese é a reprodução imitativa do comportamento externo.” (RUIZ, 2011, p. 113). Trazer para o campo da memória significa dizer que aprendeu com o comportamento do outro. A imitação é uma forma de aprendizado, e aprendizado passa pela memória. Nesse sentido, ao ver determinado comportamento e, mais do que isso, executar este comportamento, ele pode ser aprendido. O conceito é importante por mostrar também que, através da imitação, a violência se mantém na sociedade. Apesar de já presente na história do Brasil, a violência continua a ser reforçada, como, por exemplo, na aula ministrada na 1ª Companhia da Polícia do Exército, em outubro de 1969, para oficiais e sargentos do Exército, Marinha e Aeronáutica. O número de pessoas presentes para assistir à aula era em torno de 100 (GASPARI, 2009).

Como não houve ações para cessar a violência cometida pelo Estado e seus agentes, ela continua a se manter, se espalhando pela sociedade.

A Anistia ampla e irrestrita nos absolveu sumariamente dos crimes praticados, mas como nosso grupo passaria a sobreviver? Nós, que éramos proprietários de uma enorme quantidade de armamentos e conhecedores de tantos segredos? (GUERRA²⁵; NETTO; MEDEIROS, 2012, p. 193).

Pode-se perceber também que o período de transição do Regime Militar para a democracia coincidiu com um sólido aumento da criminalidade, especialmente dos crimes violentos. A partir de meados da década de 80, as cidades brasileiras foram gravemente afetadas pelo crescimento do comércio de drogas e do tráfico ilegal de armas. Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife (17) e Vitória se tornaram os principais centros para o comércio de drogas local e regional, sendo que o índice de mortes por armas de fogo para cada 100 mil habitantes aumentou nacionalmente de 7,2 em 1982 para 21,8 em 2002. Partes consideráveis das cidades, ou seja, as comunidades socialmente excluídas foram sendo cada vez mais dominadas por gangues criminosas e facções do tráfico (AMNESTY, 2005).

A Ditadura Civil-Militar de 1964-1985, por ação de seus agentes, submeteu homens e mulheres (incluindo crianças) ao sofrimento e à dor. Esses atos geraram memórias de dor. A Comissão Nacional da Verdade brasileira pode ser uma possibilidade de reconhecimento social da dor infringida. O silêncio dos ditadores sobre os abusos faz pairar uma memória em suspensão. Os depoimentos dos que sofreram colocam em xeque essa memória. A memória social fica como “suspensa”, como se estivesse faltando uma parte. Existem duas memórias em conflito ou existem memórias negadas? Como viver em dúvida?

²⁵ Cláudio Guerra, ex-delegado do DOPS.

3 METODOLOGIA

O objetivo geral da pesquisa foi conhecer como as mulheres que sofreram violência dos agentes do estado no período da ditadura civil-militar de 1964-1985 convivem com as memórias de dor e reconstroem suas vidas. Para respondê-lo, os seguintes objetivos específicos foram propostos: identificar as memórias de dor produzidas pela ditadura civil-militar de 1964-1985, permitindo refletir sobre como elas atuam sobre a vida das pesquisadas; conhecer as estratégias de enfrentamento às quais essas mulheres recorreram para continuarem suas vidas; e refletir sobre como os papéis de gênero perpassam as experiências e as memórias de tais mulheres.

Com a finalidade de atingir os objetivos propostos, foi necessário conhecer as experiências, memórias e histórias de vida das pesquisadas. As experiências são afetos, vivências que deixaram marcas na memória; marcas possíveis de serem conhecidas nos seus significados. Nessa direção, a abordagem qualitativa apresenta-se por operar em um “nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 1997, p. 21).

Em pesquisas de significado das experiências humanas, a escolha tem sido por solicitação, aos atores, de que narrem suas histórias de vida (MINAYO, 2008). Seguindo essa orientação, utilizam-se as narrativas como instrumento de coleta de dados, e a hermenêutica dialética como método de análise, por propiciar a compreensão e crítica social.

3.1 SUJEITOS DE PESQUISA

As pesquisadas são mulheres que, diretamente, sofreram violência executada por agentes de estado do Governo Civil-Militar de 1964. O número de participantes era de cinco, considerando ser esta uma pesquisa qualitativa, que tem como objetivo compreender como essas mulheres se reconstruíram após viverem um período de suas vidas sobre o domínio da repressão ditatorial (MINAYO, 2010).

As pesquisadas autorizaram suas identificações, mas, durante as entrevistas, pode-se perceber que umas, mais que as outras, ao falarem sobre o período vivenciado na repressão, ainda sentiam sofrimento e medo. Uma segunda autorização via email foi solicitada e em resposta obtivemos uma autorização, uma

não respondeu e duas não autorizaram. Optou-se então por identificar quem autorizou e de quem obtivemos os dados publicamente. As mulheres que não autorizaram ou não se manifestaram foram identificadas por nomes fictícios.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Em 08 de março de 2013 começaram os primeiros contatos para as entrevistas: três mulheres se dispuseram a participar. Uma delas tinha começado a falar sobre o assunto há um ano, concedeu o número do seu telefone, mas, após algumas tentativas em vários períodos, não se obteve sucesso, pois ainda era difícil dela falar. A dificuldade apresentada pela provável pesquisada foi compreendida, pois memória não é passado, e, sim, um processo vivenciado a cada momento quando as lembranças são acessadas (neste caso, a dor), tornando difícil a fala, a concessão de entrevistas. Uma das entrevistas concretizou-se; outra, não. Então, optou-se por utilizar as já publicadas e conferidas por ela.

Se para quem concede as entrevistas o processo foi doloroso, difícil também foi para quem as realizou. A cada uma, paradoxalmente, se tornava mais complicado. Estar com elas e sentir suas emoções, vê-las lembrar de vivências doloridas, mexer nos “armários” de suas memórias, tudo ia tornando o processo árduo. As entrevistas aconteceram orientadas no limite de cada uma delas. Uma foi diferente da outra: uma descoberta de mulheres cheias de possibilidades, de carinho, de determinação, de atenção. A terceira entrevista foi através da amiga de uma amiga, quando ela falou sobre alguém que tinha vivido a repressão. Assim, conseguiu-se o contato para a quarta entrevista. A quinta estava mais difícil. Ocorreu durante a entrevista para uma disciplina do curso de mestrado, na qual a entrevistada começou a contar sua experiência no período da ditadura. O tempo de duração de cada conversa foi em torno de duas horas; houve um encontro com cada uma das pesquisadas. Para a primeira entrevista o contato ocorreu pessoalmente; nas demais, a marcação aconteceu por e-mail. Os encontros foram realizados em restaurantes, bares ou lanchonetes. Antes de iniciar as entrevistas propriamente ditas, havia um momento de aproximação, reconhecimento. Passava-se, então, para a explicação do projeto, os objetivos, assinatura do “termo de consentimento informado”, até a solicitação para que elas falassem um pouco sobre as suas vidas antes da repressão, durante e, se possível, após. A conversa corria tranquila até a

ligação do gravador. Nesse momento, acontecia certa tensão; o desligar do gravador era o momento de alívio. A tensão inicial não foi obstáculo, cada uma iniciou a narração do ponto desejado, pois não havia uma sequência cronológica. Conforme as memórias iam sendo acessadas, elas eram narradas. O mesmo período (evento) poderia ser abordado mais de uma vez, com mais ou menos detalhes. Uma lembrança levava à outra.

Em “Mulheres e Militância: Encontros e Desencontros durante a Ditadura Militar”, a autora relata não ter condições de partilhar com as pesquisadas os sentimentos e sensações, por ser de uma geração mais recente (GIANORDOLLI-NASCIMENTO; TRINDADE; SANTOS, 2012). Com a pesquisadora, foi um encontro de memórias; não de memórias vividas na repressão, mas de uma mesma época. A infância e a adolescência vividas nas décadas de 1960-70 permitiram que alguns relatos a remetesse a experiências individuais. Acessava a memória partilhada das pesquisadas, da pesquisadora, e a das mulheres que viveram naquela época. Foi uma experiência de, através das memórias das pesquisadas, a pesquisadora revisitar suas próprias memórias (HALBWACHS, 2006).

Procurou-se tornar próxima a experiência vivida pelas pesquisadas, desenvolvendo narrativas sobre as memórias relatadas. Elas foram escritas na terceira pessoa e, em alguns momentos, deixadas com a própria narração, considerando que a linguagem e as expressões utilizadas expressam melhor a intensidade da experiência (BENJAMIN, 1985).

3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA: NARRATIVAS

Uma das maneiras de expressar memórias, inclusive as dolorosas, é através de narrativas. A narrativa é uma das formas de transmissão das informações contidas nas memórias, de contar a experiência de uma pessoa para outra, do narrador para o ouvinte. Quanto mais natural a narrativa acontece, mais o ouvinte se entrega a escutá-la. Na entrega do ouvinte é assegurada a possibilidade de memorização, então ele será capaz de contar também; é uma forma de comunicar experiência, tradição, perpetuar memórias entre gerações (BENJAMIN, 1985).

Ricouer, assim como Benjamin, diz que a narrativa é a memória levada à linguagem; a narrativa como a arte de contar, narrar. Ela é utilizada nas trocas da vida cotidiana através da linguagem, como forma de expressão. É por meio do uso

da narrativa e do trabalho de lembrança que se conta ao outro as memórias pessoais; é no exercício crítico desse contar que se desenvolve a possibilidade de construção de um trabalho de memória, visando um futuro melhor que o passado. No trabalho de memórias individuais e partilhadas²⁶ existe a possibilidade de desobstaculizar o futuro (RICOEUR, 1996).

A entrevista narrativa é um dos métodos indicados para projetos que contemplem narrações de vida, e o mais apropriado ainda é quando se deseja focar em uma parte dessas histórias (BAUER; GASKELL, 2002), neste caso, a vivência de abuso pelo regime autoritário da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985. A entrevista narrativa permite à entrevistada contar suas histórias de vidas, suas experiências.

Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 91).

A entrevista narrativa possibilita condições para a pesquisada narrar suas memórias com a menor influência possível da pesquisadora. O roteiro não possui uma estrutura fixa. Primeiro, há a apresentação do contexto da pesquisa à pesquisada, definindo o foco da entrevista sem uma estrutura demarcada. O papel da pesquisadora, nesse contexto, é o de estimular a narração e, de preferência, de forma não verbal. Na sinalização de fim da narrativa pela pesquisada, a pesquisadora poderia realizar perguntas que permitissem completar as lacunas do que foi contado. A finalização é o momento de novos questionamentos (BAUER GASKELL, 2002). A tessitura da narrativa possibilita à pesquisadora definir as categorias para análise.

O método descrito foi realizado pela pesquisadora, ou seja, nessa pesquisa também foi utilizada a entrevista narrativa realizada por terceiro (Comissão Estadual da Verdade - CEV). Esse caminho apresentou-se como possível, por se estar trabalhando com memórias de dor e vivendo o momento histórico da instalação de Comissões da Verdade no país. Os depoimentos realizados pelas Comissões

²⁶ Paul Ricoeur prefere utilizar memória partilhada à memória coletiva de *Halbwachs* (2006). Os questionamentos a memória coletiva são, por ela, não inserir o indivíduo como ator na construção dessa memória. O indivíduo acessa, referencia, mas ele não está nela. O termo “memória partilhada” se encontra em (RICOEUR, 2007). Memória coletiva, segundo *Halbwachs*, “consiste em afirmar que é impossível conceber o problema da evocação e da lembrança sem considerar os quadros sociais como pontos de referência para a memória” (GRAEFF, 2013).

podem ser públicos ou privados, dependendo da decisão da/do depoente. Aqui, foram utilizados os depoimentos públicos. Nos momentos das entrevistas, as memórias foram acessadas. A memória foi compreendida como um processo de reelaboração do passado no momento presente (quando acessada). A recordação de um ato do passado pode ser diferente em cada instante de sua requisição, isto é, o passado é reinterpretado, considerando a trajetória de vida e o momento da recordação. O ato de recordar possibilita reviver as sensações das experiências vividas. A intensidade das sensações depende da força, das marcas e da sua elaboração ao longo da vida. A memória da pessoa forma-se na interação com outros; a pessoa vive em um grupo social. O reviver das memórias acontece em um contexto social que interfere no ato de recordar. Essa explanação faz-se importante para tornar presente que o ato de recordar pode proporcionar vivências de dor.

A CEV, como um instrumento social, permite conhecer as memórias a partir da perspectiva de quem sofreu violações dos direitos humanos por agentes do estado, as quais a história oficial não contempla. Os depoimentos públicos seguem o roteiro de entrevista narrativa. Os depoentes foram convidados a narrarem suas memórias relacionadas ao momento histórico especificado. A narração ocorreu sem interrupção, como regra, e, no final, novos questionamentos puderam ser realizados pelos membros da CEV para esclarecer ou especificar alguma parte narrada.

As pessoas que viveram o momento histórico referenciado e aceitaram contar suas histórias tem recebido atenção, entre outros, de pesquisadores. Esse interesse têm motivado diversas publicações, como entrevistas e artigos (memórias) escritos por elas. Utilizou-se também esse material como instrumento de pesquisa.

Abaixo, apresenta-se um quadro-síntese dos sujeitos de pesquisa, e informações sobre como os dados foram obtidos.

Tabela 1 - Sujeitos da Pesquisa e as Formas de Obtenção dos Dados

Sujeitos de Pesquisa	Formas de Obtenção dos Dados para Análise	Confirmação de autorização de identificação
Ignez	Entrevista narrativa realizada em 15 de abril de 2013. Depoimento à Comissão Estadual da Verdade em 08 de março de 2013.	Ignez Maria Serpa Ramminger

Nilce	Depoimento à Comissão Estadual da Verdade em 08 de março de 2013. Entrevista publicada no Relatório Azul 2011.	Nilce Azevedo Cardoso Todo material analisado é de domínio público
Celina	Entrevista narrativa realizada em 06 de novembro de 2013.	Não
Berta	Entrevista narrativa realizada em 10 de junho de 2013.	Não
Marie	Entrevista narrativa realizada em 06 de novembro de 2013.	Não

Fonte: Elaborado pela autora

3.4 MÉTODO DE ANÁLISE: HERMENÊUTICA DIALÉTICA

Antes, durante e após o período da Ditadura Militar observou-se o contexto social sendo modificado pelas interações entre os grupos sociais e as pessoas. O contexto não é estanque, já que há movimento. Contexto social-histórico e memória são compreendidos como processos, movimentos e mudanças. Essas características são consideradas para a escolha do método de análise hermenêutico dialético:

Nesse método, a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida. Essa compreensão tem como ponto de partida o interior da fala. E, como ponto de chegada, o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala (GOMES, 2008, p. 77)

Esse método faz a ligação entre a hermenêutica e a dialética, em que:

[A hermenêutica] realiza o entendimento dos textos, dos fatos históricos, da cotidianidade e da realidade, ressalta que suas limitações podem ser fortemente compensadas pelas propostas do método dialético. A dialética, por sua vez, ao sublinhar o dissenso, a mudança e os macroprocessos, pode ser fortemente beneficiada pelo movimento hermenêutico que enfatiza o acordo e a importância da cotidianidade. (MINAYO, 2008, p. 349).

A hermenêutica é a arte de compreender textos. A compreensão do texto ocorre no presente, sobre a narrativa do que aconteceu no passado, em um contexto histórico-social diferente do agora (momento da análise). Para a compreensão, a pesquisadora exercitou a capacidade de se colocar no lugar do outro: a pesquisada. O processo de intersubjetividade e objetivação do outro ocorre em um contexto histórico-social diferente do agora (MINAYO, 2008).

A dialética pressupõe que para se conhecer os fenômenos é preciso realizar operações de síntese de análise. Essas operações possibilitam conhecer as narrativas na sua dimensão imediata, na aparência e na sua dimensão mediata. A dimensão mediata vai sendo conhecida conforme é construída e reconstruída. O conhecimento da dimensão passa a ser conhecido pelos questionamentos realizados sobre ele: questionar, rever, olhar. No questionar, as contradições não podem ser suprimidas. O conhecimento de uma parte depende de conhecer a parte contraditória (KONDER, 1985). Nesse trabalho, o entendimento das memórias de dor se faz a partir do conhecimento do contexto histórico-social da época, por ocorrer nele a produção dessas memórias. Há interação do contexto histórico com as pesquisadas, em um movimento de conhecer o todo para conhecer as partes, e das partes para conhecer o todo. Esse movimento leva em conta as contradições, as oposições e a permanência.

Mudança e permanência são *categorias reflexivas*, isto é, uma não pode ser pensada sem a outra. Assim como não podemos ter uma visão correta de nenhum aspecto estável da realidade humana se não soubermos situá-lo dentro do processo geral de transformação a que ele pertence (dentro da totalidade dinâmica de que ele faz parte), também não podemos avaliar nenhuma mudança concreta se não a reconhecermos como mudança de um *ser* (quer dizer, de uma realidade articulada e provida de certa capacidade de durar) (KONDER, 1985, p. 54).

A análise realiza-se no exercício hermenêutico dialético, que se inicia pelo uso das categorias analíticas gênero e memória com o objetivo de conhecer o contexto e suas “relações mais abstratas e mediadoras” (MINAYO, 2008, p. 355).

A hermenêutica possibilita a compreensão da realidade expressa em um texto, no movimento de entender o outro e se entender no outro. A dialética pensa o “todo” incluindo as partes, e as partes incluindo o “todo”, em um processo dinâmico e analítico que contempla os fenômenos de oposição, contradição, interdependência, as relações entre as partes, e o todo (MINAYO, 2008).

As categorias operacionais, resultantes do trabalho de análise das narrativas, expressam relações e representações do material analisado. A partir dessa construção, a pesquisadora volta-se para a teoria inicial, questiona as ideias inicialmente construídas e se há algum tema a ser aprofundado. No movimento de aproximação das categorias construídas com o objeto pesquisado, há possibilidade de novas categorias, pensadas em um processo de negação e não de exclusão, pois elas participaram do processo mesmo que não agora (MINAYO, 2008).

Para operacionalizar a realização da análise, (MINAYO, 2008; GOMES, 2008) propõem a organização e ordenação das narrativas, seguida da classificação dos dados. A classificação compreende duas fases: a leitura horizontal e exaustiva. Cada narrativa deve ser lida atentamente, possibilitando o surgimento de categorias. Há, também, a leitura transversal, na qual se faz a leitura de cada subconjunto e do conjunto em um movimento de organização e reorganização do material anteriormente trabalhado, possibilitando rever as categorias criadas e permitindo o surgimento de outras; é um novo movimento de reflexão, um novo processo de refinamento, foi o que aconteceu com a categoria paternidade surgida em uma das análises e no refinamento foi descartada. A análise final é o processo de responder às perguntas de pesquisa, articulando as categorias encontradas na fase de classificação e o referencial teórico.

3.5 PERCURSO DA ANÁLISE

Assim como se planeja uma viagem para um lugar distante e desconhecido, indo atrás de informações, procurando na *internet*, em livros, indo a eventos, conversando com amigos que nos indicam outros amigos, aos poucos, torna-se conhecido o que antes era totalmente desconhecido. Esse “caminhar” foi um desvendar do desconhecido, não sendo ainda o lugar que se planejava conhecer. Assim, ele foi construído com aproximações, leituras, idas a eventos, assistindo filmes, encontrando mulheres e homens que viveram na época de referência desta pesquisa. O ano de 2013, em Porto Alegre, foi um ano especialmente rico em eventos sobre o período aqui citado. Essa vivência possibilitou saber sobre o contexto histórico de diversos olhares, propiciando uma melhor compreensão da época, facilitando a análise. As entrevistas foram realizadas em diversos meses do ano de 2013.

As análises das entrevistas foram realizadas balizadas pelas referências teóricas de gênero e memórias de dor, após o estudo do contexto histórico do período referenciado na pergunta de pesquisa, e seguiram o seguinte trajeto:

- iniciou-se com uma leitura individual, permitindo uma aproximação às memórias das pesquisadas e um panorama memorial do contexto geral de cada pesquisada;

- após, procurou-se identificar o que havia de comum entre elas, agora entrecruzando as entrevistas. Em linhas gerais, as pesquisadas, na época da prisão, eram jovens (com idade média de 20 anos, variando de 18 a 24), e todas foram torturadas. Estudavam em cursos de nível superior, participaram de movimentos estudantis e de outros movimentos sociais, casaram, separaram, nem todas tiveram filhos e nem todas fizeram terapia;
- as entrevistas foram relidas individualmente, identificando as referências às memórias de dor e, após outra leitura, as referências às questões de gênero;
- por último, foram criadas as categorias. Durante o período de análise, algumas categorias deixaram de existir ou foram fundidas em uma existente. As análises contêm trechos das entrevistas e depoimentos das mulheres entrevistadas. Essa opção de apresentação segue a de Walter Benjamin, para quem a experiência pertence a quem vivenciou. Elas, as pesquisadas, são quem conseguem exprimi-las com a intensidade experimentada (BENJAMIN, 1975).

Para a elaboração dos resultados da pesquisa, retorna-se à pergunta de pesquisa e às categorias elaboradas, balizadas pelas categorias de análise gênero e memórias de dor. Para apresentar o resultado deste processo, optou-se por apresentar, primeiramente, cada uma das pesquisadas e, após, os resultados da análise, divididos em dois grandes capítulos. O primeiro é sobre a experiência na repressão, e o segundo sobre as trajetórias de vida que podem ter possibilitado a reconstrução.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Primeiramente, foram apresentadas as narrativas de cada uma das pesquisadas, objetivando uma aproximação com as experiências de vida. Após, os resultados das análises foram divididos em duas partes: em “Experiências vividas na dor”, foram identificadas as memórias no período em que elas estavam sendo construídas, e em “Reconstrução: os caminhos percorridos”, as estratégias para a reconstrução de suas vidas. As experiências de dor e as estratégias de enfrentamento não são separadas no tempo, elas ocorreram conforme a vida foi sendo transcrita, e assim foram se atravessando.

4.1 AS NARRATIVAS

Neste item apresentamos as narrativas das pesquisadas permitindo conhecer suas memórias de dor e suas experiências de reconstrução.

4.1.1 Marie

Marie nasceu em uma família de classe média, na capital. O pai trabalhava como corretor da bolsa, e a mãe como dona de casa. Ela e seus três irmãos estudaram em escola pública; adorava estudar. Não quis fazer o curso normal. Escolheu cursar o científico, no começo dos anos 60. Com a chegada da ditadura, foi um expurgo geral, com professores sendo demitidos. No primeiro ano do curso científico, participou de um concurso e ganhou uma bolsa para estudar nos Estados Unidos da América. Permaneceu durante um ano em uma escola pública no país. Ao retornar, fez exame de equivalência, concluiu o científico e ingressou na Universidade.

Considera que a sua politização teve início nos Estados Unidos, em 1963, época em que viviam o período do *Beatnik*²⁷, *movimento*²⁸ *literário muito forte, com muitos*

²⁷ *Beatnik*: movimento de jovens estadunidenses do final da década de 50 e início de 1960, que questionava a sociedade de consumo. Influenciou o movimento *hippie*. BENFATTI, Flávia Andrea Rodrigues. Um olhar crítico sobre a recepção de escritores norte-americanos da geração *beat* no Brasil. Disponível em: <http://ppgi.posgrad.ufsc.br/files/2013/11/Estudos-Anglo-Americanos.pdf#page=70>. Acesso em: 03 jan. 2014.

²⁸ O texto foi permeado com trechos das entrevistas que foram diferenciados pela escrita em itálico.

questionadores, muitos críticos. [...] Cheguei lá no dia em que Martin Luther King²⁹ estava fazendo um discurso na frente do Capitólio, eu acho, naquela marcha maravilhosa, em 1963, pelos direitos civis [dos negros]. Voltou ao Brasil, em 1964, onde começava um movimento artístico-cultural contra a ditadura. Então aquele movimento de teatro, de música, eu cheguei aqui, estavam começando. Então eu tive, eu peguei dois momentos, assim, não tinha como eu não ser politizada.

Em 1967, iniciou sua militância na dissidência do Partido Comunista Brasileiro (uma dissidência jovem). Nesse momento, o Partido estava se dividindo em muitas tendências, e ela entrou numa delas sem saber por que; conhecia as pessoas, ficou amiga, eram jovens. Militou no Movimento Estudantil. Em 1971, seguiu para a Argentina, onde foi militar, pois considerava o país mais interessante dos movimentos das organizações políticas, já que lá havia grandes organizações armadas. Ingressou no Partido Revolucionário de los Trabajadores (PRT), vivia na clandestinidade. *A clandestinidade é horrível porque tu perdes o contato com a tua família, com os teus amigos. Tu vives fechado em ti mesmo, tem uma identidade falsa que ninguém pode saber. Tu não podes ver as pessoas com quem tu te dás, porque as pessoas também são militantes. Todos que eu conhecia eram militantes, estavam sendo procurados, então eu não podia estar na casa dessas pessoas. A gente vivia, assim, dormindo em casa emprestada, dormia uma noite, depois, na outra, a gente tinha que ir embora. Era muito ruim, instável.* Largou a graduação e foi para São Paulo.

Ser mulher? Era militante. Nas organizações políticas onde militou não via separação *ou aquela coisa: mulher, ah, é porque é mulher.* Não faz isso porque é perigoso, não existia; todos participavam igualmente. Ela achava essa igualdade ruim, *porque te botavam mais em risco como todo mundo, mas era legal, porque criava um parâmetro de igualdade com os homens.* Ela viveu em ambientes onde tinha muita liberdade para dizer o que pensava, para agir, fazer coisas, *assim, que mulheres normalmente não fazem. As mulheres normalmente não fazem “coisas” perigosas. [...] Os homens saem correndo: “não, isso deixa que eu faço”. Ou coisas pesadas, por exemplo, de perigo, os homens pegam para si essas tarefas ditas “masculinas”. Mas, nos meios que eu vivi, não era assim, todo mundo participava*

²⁹ Discurso de Martin Luther King pelos direitos civis dos negros estadunidenses. Martin Luther King e o protesto violento que nunca aconteceu. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/08/130826_martin_luther_manifestacao_nb_cc_gm.shtml. Acesso em: 03 jan. 2013.

igual, e até em uma cooperativa onde eu trabalhei na França, [...], a cooperativa teve que fazer uma limpeza no sótão e todo mundo foi convocado a participar, e eu fui. E a gente carregava móveis, cocô de rato para tudo que era lado. O sótão estava abandonado fazia anos. Caindo aos pedaços, tinha muita coisa velha, muita coisa pesada, e eu fui ajudar a participar e todo mundo gostou disso, porque dizia: “ah, finalmente, uma daquelas mulheres que levam a sério” essa igualdade... Para mim, se a gente quer lutar por alguma igualdade, que hoje eu já sou mais reticente a esse tipo de coisa, de igualdade, assim, na política social e na questão de gênero. Considerou complicada a questão da igualdade, mas queria ser igual aos homens, então fez as mesmas coisas que eles. Não se permitiu ficar em casa por sua condição de mulher, mais delicada, mais isso, mais aquilo. Na Argentina, na militância, havia muitas atividades perigosas e todos participavam igualmente. As celas onde ficavam homens e as mulheres eram misturadas. A escolha da participação era com relação à competência como militante, mas não à condição de mulher ou de homem, ou até de outra coisa, diferente do Brasil, onde havia uma diferença em ser responsável: o chefe, no Brasil, era meio poupado, na Argentina, não era poupado, participava igual; se arriscava como qualquer outro militante de base. No Brasil, não fazia diferença ser homem ou mulher, mas, sim, se era um dirigente ou não. O dirigente se arriscava menos, porque a ideia era: o dirigente não podia ser preso porque comprometia a organização. Na Argentina, mesmo sabendo disso, eles botavam em risco os dirigentes, se arriscavam igual aos outros militantes.

*Ela não gostou da experiência como militante clandestina; ficava completamente isolada, não falava com ninguém. Ela tinha um companheiro brasileiro e um argentino, e vivia entre eles. A lembrança de Anos Novos e Natais é a de irem para um restaurante comer. Não tinham para onde ir, não tinham casa para fazer festa. Foram datas que ficaram marcadas pela tristeza. Foi presa na Argentina em 1975 e saiu em janeiro de 1977. O período na cadeia foi considerado o melhor de sua vida: *porque eu saí da clandestinidade, que foi medonha. A clandestinidade não dá para entender até tu viveres, porque, assim, tu tens uma identidade que não é a tua, tu tens um documento com o nome de outra pessoa; às vezes, até eu tinha a nacionalidade de outra pessoa, outra nacionalidade diferente da minha. Então tinha lugares que eu não podia abrir a boca para falar porque notavam que eu era brasileira. E eu não tinha uma nacionalidade brasileira, eu tinha uma nacionalidade que eu não sabia fazer o sotaque. Então... Eu acho que por aí tu já percebeu um**

pouco como era difícil ser clandestina, porque tu perdias total as tuas referências, é... Nacional, de idade, de tudo, nome, então tu dizia ser outra pessoa que tu nem sabia quem era, e tu não podia compartilhar com amigos. Ninguém podia saber esse nome, só tu. Nem o meu companheiro podia saber. [...]

Não estudava nem trabalhava, porque não podia. Era militante em tempo integral. Antigamente, ela gostava de falar, conversar com muitas pessoas. Hoje, não mais. Na época, adorava conhecer pessoas e, confinada em uma personalidade que não podia ficar falando, expondo (estava clandestina), não podia chamar atenção. Ela e o namorado não tinham documentos, pois o governo brasileiro não expediu o passaporte, por isso ficaram presos por mais tempo.

Na prisão, havia um sistema de organização entre os presos que preparavam atividades permanentes e muito criativas, atividades de aprendizado de idiomas, de alfabetização, de trabalhos manuais, de ginástica, de leitura de jornal e de diversão. Havia um tempo tão organizado que chegavam a dizer uma para a outra: *"oh, preciso falar contigo"*. *Só o mês que vem, porque eu "tô" sem tempo*. Quando ocorreu o ingresso na prisão legal, a tortura em geral terminava; era assim na Argentina e no Brasil. Prendiam para obter informações, torturavam e aí ocorria a prisão legal, o que não quer dizer que quem estava preso legalmente não podia ser torturado. Muitas pessoas foram tiradas da prisão para serem torturadas novamente. No Brasil aconteceu muito; na Argentina, em certas regiões, depois do Golpe Militar de 76, foi assim. Houve prisões em que a polícia e o exército invadiram e foi um massacre dos prisioneiros, fizeram coisas horríveis, violências, abusos de toda ordem contra os presos que já estavam ali há muito tempo, vingança pelas ações feitas pelas organizações políticas que continuavam agindo.

Então era assim... A sua história foi igual à de todo mundo. *Tirar a roupa é quase, assim, uma, uma regra, do primeiro momento da detenção, porque você fica muito vulnerável sem roupa, dá um pavor, assim, porque tu já não sabe o que vai acontecer, você sabe que vai ser medonho, mas se te tiram a roupa é pior ainda, porque você fica assim querendo te esconder e sentindo frio, mesmo que seja calor, então acho que isso dá uma vulnerabilidade do preso absoluta, já é o primeiro momento que ele te quebra, ele quebra, assim, de diminuir a sua capacidade de resistência, porque ele já fica mais vulnerável, e as mulheres também. Comigo e com os relatos que eu vi sempre têm situações de violência sexual, não necessariamente um estupro físico, assim, mas tem violência sexual sempre. E,*

violência física, sim... É, isso aí. Os detalhes não importam. [...] eu não falo disso porque eu não estou a fim de falar, porque eu acho assim: já foi falado, muito falado, todo mundo, mais ou menos, sabe o que acontece. Então, eu não preciso estar acrescentando mais, porque vai ser "variações" em torno da mesma coisa, só por isso, mas... Porque tem que falar... Agora é gozado tu falar isso, porque eu, apesar de tudo... Eu não tenho medo de falar disso em certas situações. Agora, eu já vi, aqui nesse momento, eu fiquei meio constrangida. Mas eu não tenho problema de falar, em geral, mas quando eu posso, eu não falo. Não é fácil.

Ela saiu da prisão como asilada política do governo Francês, e eles ficaram à disposição do poder executivo argentino: *tu "era" presa, passava diante de um juiz, nós passamos, nosso grupo de pessoas passou, eu e meu companheiro fomos liberados por causa de falta de provas, tivemos que ficar mais de dois anos dentro da cadeia depois desse veredicto do juiz, porque a gente não tinha passaporte e nossas mães não conseguiram que nenhum país nos desse asilo político para gente, mas a gente não quis ir para lá, um país muçulmano, complicado, muito complicado. Ainda bem que a gente não foi para lá. A gente terminou conseguindo depois do Golpe de 76, e nós fomos presos antes do Golpe. A mãe de Marie estava em Porto Alegre: era uma dona de casa, assim, que não sabia de nada da vida. De repente, ela foi para a para Argentina, pegou trem sozinha, não falava espanhol, ia falando português até chegar à prisão em que sua filha estava.*

Marie conseguiu asilo na França, ficou asilada até que o presidente da junta, Argentino, concedeu a oportunidade de sair do país. Na França, fez curso na área gráfica e, durante muito tempo (mais de dez anos), trabalhou no ramo, em várias empresas. Aprendeu muito, vivendo toda a mudança tecnológica nesse setor, a como usar o computador para o diário de gráfica. *Ah, foi muito bom, assim, eu acho que eu dei um salto profissional muito grande lá. Fez sua vida profissional e afetiva. Separou-se do companheiro brasileiro e casou-se com um francês. Separou, namorou muito. Os seus amigos retornaram antes; muitos se deram mal. Ela, observando, preferiu ficar mais tempo. Sua mãe desejava o seu retorno, mas decidiu finalizar suas questões, trabalho, relação amorosa.*

Retornou ao Brasil, comprou um terreno e continuou trabalhando na área gráfica. Atuou no Partido dos Trabalhadores (PT), nas campanhas eleitorais e na Prefeitura (traduzindo o *Le Monde*). Fez cadernos que foram usados por professores com essas traduções. Trabalhou por dez anos na Prefeitura e aposentou-se pelo Instituto

Nacional de Seguridade Social (INSS) recebendo pouco, mas ela gasta pouco (mudou suas necessidades). Não se queixa do que aconteceu, pois foi por sua escolha. Retornou aos estudos por incentivo de um vizinho.

Militou no Movimento Feminista, na França, composto por um grupo de mulheres brasileiras (várias ex-militantes (ou não), professoras, estudantes). Esse grupo de mulheres se reunia periodicamente e tratava das “coisas” feministas; era o auge do Movimento na França. No Brasil, havia um pessoal que voltou antes e já tinha certa experiência. Foi... Muito ruim. Fizeram casas de apoio às mulheres espancadas pelos maridos antes da Lei Maria da Penha, mas não deu nada certo. Aos poucos, elas foram desistindo e se decepcionando.

4.1.2 Nilce

Nilce, paulista, estudou e morou muito tempo no interior. Queria ser bailarina. Sua mãe e seu pai eram educadores. O pai foi inspetor e delegado de ensino, por isso ela visitava fazendas. Lembra-se dele ensinando matemática, tabuada. Aos 17 anos, em 1964, entrou na Universidade. Participou das passeatas, das pichações, dos comícios relâmpagos. Um namorado dessa época dizia: “você gosta porque acha divertido”. E ela: “Olha, eu achava divertido mesmo”. Foi militante da Juventude Universitária Católica (JU) e da Ação Popular (AP). Na AP fez parte do setor de serviços, cujas tarefas era *fazer conexão com a direção nacional, estudar, montar infraestrutura para a ação política, pensar a vida interna da organização*. Foi presa em 1971 e, hoje, é anistiada. Veio para Porto Alegre em 1971 para reconstruir o partido, pois muitos militantes tinham sido presos; a repressão estava intensa no Estado. Quando estudante, morou no Centro Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP), onde participava e organizava as discussões políticas todos os dias, as programações de atividades diárias, os bailes, os comícios relâmpagos, dançava, namorava e *corria da polícia*. Ao terminar o curso, foi dar aula de Física. Certo dia a repressão invadiu o CRUSP e prendeu a todos, inclusive a lista dos antigos moradores, na qual também constava o nome de Nilce.

Casou e foi viver na clandestinidade. Trabalhou como operária quando aprendeu o valor da vida, da solidariedade e o significado da morte: *Aprendi a enfrentar a dureza de bater ponto às 4h da manhã, a dureza de aguentar aqueles chefes que nos tratavam como coisa. [...] Eu nunca tinha visto bebê morrer. Para*

mim, bebê era para viver, não era para morrer. E aí, morriam-se muitos, muitos bebês morriam. [...] Era uma realidade dura, muito dura que elas viviam. No dia seguinte, estava todo mundo trabalhando. Aí descobri que a vida tem seu ritmo e que ela vai continuando. Essa experiência foi importante quando teve que se levantar para continuar a vida após a tortura. Ela veio para o Rio Grande do Sul, já muito esfacelada, reorganizar a Ação Popular: *Quem vinha mesmo era meu marido, e eu vim por ser sua mulher na época, e valia o mesmo para a militância clandestina. E eu vim de arrasto, mas vim.* Era uma situação típica, que a deixou furiosa. Havia muita “coisa” do Movimento Estudantil dos intelectuais, mas precisava recompor a parte do Movimento Operário, do trabalho dos operários, parte que lhe foi atribuída. Esse foi um período de novas aprendizagens: conviveu com pessoas de outros partidos, com o pessoal do PCB. Ficou com o Movimento Operário, então não militava muito. O seu marido ficou com os estudantes e os intelectuais. A vivência com os operários trouxe vantagens para sua vida, o que ela chama de “sustança”, e foi importante para o contexto da ditadura, onde quem conseguia sobreviver, sair do sequestro, a tortura matava. Era muito duro saber sobre os que tinham sido presos, torturados, e isso era diário; sentia angústia muito grande por não conseguir ajudar.

Nilce foi presa em 1972, quando a colocaram dentro de um carro onde estava quem viria a ser um de seus torturadores; e os socos vieram juntos. Foi levada para DOPS, no Palácio da Polícia, enfiaram-lhe o capuz e fizeram-lhe caminhar aos empurrões para um determinado lugar, no qual entraram homens que a mandaram tirar a roupa. A partir daí, sentiu que seu mundo tinha acabado; estava em pânico, num pavor muito grande. *Até hoje, meus dentes são tudo mole, porque de tanto que eu tranquei os dentes de ódio, de raiva, porque aquilo tudo gente, vocês não podem imaginar, o que é ouvir tudo que uma mulher escuta. Eu nunca tinha ouvido, para falar bem a verdade, de origem cristã ainda por cima, de família religiosa que não podia falar palavrão, imagina aquilo tudo que eu ouvi.* Ainda hoje, ao sonhar, ela sente o horror de estar nua na frente daqueles homens. Foi esbofeteada, esmurrada, teve o osso esterno quebrado. *Não teve nenhum buraquinho, nenhum lugar que eles não tentaram dar choque.* Ela não sabe dizer quanto tempo durou a tortura: *um minuto, um segundo, um século.* O tempo foi preciso trabalhar na terapia: *17 anos de divã.* Ficou muda, não contou histórias, não falou, conhecia os dirigentes nacionais, os operários com quem se reunia, ficou quieta. *Aí eu fiquei ali, já toda*

machucada, e eles resolvem me botar no "pau de arara". Nós fazíamos preparação para aguentar aquilo tudo, mas ninguém imagina que aquilo lá dói daquele jeito. Dói tudo, as pernas doem, os braços doem, as juntas. Agora, hoje os meus joelhos estão uma coisa, porque tá chegando a idade (68 anos); outro veio e deu aula no seu corpo: mas eu não lembro, não lembro nada deles. Lembro daquela presença asquerosa me olhando, aquele olhar. Eles fazem o que eles quiserem com o seu corpo, o corpo não é um corpo, não é uma pessoa, é um nada. Eles continuavam batendo, torturando. Quando desfalecia, levavam para outro quarto: "ela aguenta"; voltava tudo de novo. Eles tiram do pau-de-arara, o médico examina e diz: "pode continuar". Os que batiam, torturavam, mudavam, não eram sempre os mesmos. [...] elas [pessoas] comiam, comiam no meio daquilo tudo, no meio daquela mulher nua, ensanguentada. Elas comiam! Ao ser levada para o outro quarto e retornar para a sala de tortura, eram mulheres que carregavam. Elas não batiam, mas ajudavam. Ela não falava, e isso os irritava. O psiquiatra disse que ela deveria ter gritado, berrado, mas ela não o fez. Aí resolveram queimá-la por dentro. Eles queimaram todo o seu útero com choque. Só que para isso vocês imaginam que eles enfiavam a mão. Estupro é pouco numa hora dessas, né? A gente pendurada, com todos os genitais à mostra, para que eles fizessem o que quisessem, e faziam o que tinham vontade. Aquele corpo ali pendurado, e eles me queimaram inteira. O sangue começou a jorrar e eles botaram uma bacia embaixo para a sala não poder ficar tão suja. Para poder falar, ela teve que trabalhar muito na análise. Ela recebeu tantos psicotrópicos dos médicos que acabou entrando em coma, ficando oito dias internada. Quando voltou a si, o pessoal do Movimento Estudantil tinha caído todo em São Paulo. A ordem era dizimar toda e qualquer resistência. Foi então levada para o Rio de Janeiro. Do que eu me lembro é que nós fomos em direção ao rio, porque ele disse que ia tacar, me enfiou o capuz e disse que ia me tacar no rio e nós fomos pro rio mesmo, né? Então, é uma questão que eu tratei muito em análise, porque como é que eu me lembro dessas falas, né? Após retornar para Porto Alegre, as torturas continuaram. Pensou em contar alguma história baseada na carteira com foto e o nome de outra pessoa que ela usava para buscar correspondências, mas desistiu. Mandaram-na para São Paulo, onde ocorreria um novo processo, com torturas da OBAN. Ela chegou mal fisicamente. Passou a receber remédios, muitos deles responsáveis pelos seus transtornos psíquicos. O médico ia visitá-la todos os dias para saber como ela estava e medicá-la. Uma das

presas avisou-a para não tomar mais os medicamentos, porque eles a estavam dopando. Ao ser levada para São Paulo, lhe foi tirada a medicação, fazendo com que tivesse alucinações e perdesse o comando do corpo. *Era uma coisa tão absurda tudo o que aconteceu, porque a tortura ela não tem de objetivo só arrancar informação. [...] Mas o que ela quer mesmo é terminar com aquele ser humano. [...] A tortura tem como objetivo, foco, é acabar psicicamente com a pessoa.*

O seu segundo marido, pai dos seus filhos, era uma pessoa tranquila apesar de também ter sido torturado e preso. Quando ela estava "loqueando" muito, ele baixava um pouco, ficava com as crianças. A solidariedade e o cuidado entre eles a ajudaram muito. Ela trabalhava de manhã, de tarde, de noite. Ele era operário e não conseguia emprego com facilidade, pois tinha ficado quase cego; ele tinha muita dificuldade de sustentar a família; organizar-se psicicamente foi difícil. Ela estudou Psicopedagogia, pois sabia que tinha um grupo que trabalhava com reconstrução. Fez trabalho de reconstrução cognitiva, afetiva, atividade que ela realiza. Dessa forma, pode se superar, se encontrar e buscar sua identidade, unidade. O assunto da sua monografia foi suicídio, porque *eu não me conformo dos nossos companheiros que não conseguem fazer a vida, seguir a vida e se suicidam. [...] Vocês não pensam que para falar aqui eu dormi tranquilamente nesses dias. Eu não dormi nada, porque eu ainda, apesar de vinte anos de análise, de divã, eu não consigo ainda ter uma tranquilidade de sair. Eu brinco, eu recupero minha alegria com facilidade, por conta de muito trabalho, e por conta de saber que é a única maneira que eu tenho de sobrevivência, é com a minha alegria e junto com os meus amigos sobreviver. [...] Eu tenho quase 17 anos de tratamento e ainda não consegui, porque em cada momento que me aproximo ao núcleo do terror, aquele núcleo se rompe.*

Ela está empenhada junto com a Comissão dos Mortos e Desaparecidos para encontrar os corpos dos desaparecidos. E reflete se errou, e na vida se erra. *Vamos acertar, vamos procurar, vamos procurar como fazer.* A sua mãe é uma pessoa muito importante: *uma das mulheres mais fortes que conheci na minha vida. Minha mãe foi forte, sempre. E na mão dos torturadores ela foi de uma firmeza, e de uma elegância, eu diria, nas respostas, de tão inteligente, e que realmente ela esteve ao meu lado durante toda a minha prisão, todos os meses, aqui e lá em São Paulo.* A irmã conseguiu vê-la no DOPS, mas até hoje não se organizou. Teve um surto catatônico no ano seguinte e, desde então, vem sendo tratada. A visita dela

aconteceu após quarenta dias de tortura, época em que Nilce estava muito quebrada, fisicamente quebrada.

Havia algumas mulheres no DOPS que não participavam das torturas, ficavam do lado. No período em que ficou muito tempo sem receber água e comida, algumas pessoas lhe alcançavam um torrãozinho de açúcar. Em seguida, uma dessas mulheres entrou em conflito e ia denunciar o torturador, quando, casualmente, morreu do coração.

Nilce passou em concurso público, mas não pode assumir, queria viajar e não podia, pois tinha ficha no DOPS. Quando precisou do registro, não tinha mais. A polícia política não conseguiu concluir o inquérito e o processo foi arquivado por falta de provas. Quando saiu, saiu muito mal, com problemas sérios no estômago, útero queimado e infecção generalizada. Procurou um ginecologista e o médico disse que ela não poderia engravidar. Engravidou e pensou: *Nós vencemos*. O recomeço foi difícil. Chorava, sentia medo, precisava andar de mão dada com alguém na rua, tinha medo de tudo, de gente. Com o incentivo de sua mãe, voltou a trabalhar, dar aulas de Física. A polícia sempre atrás, ameaçando tirar o emprego, pegar seus alunos. Da última vez em que foi à televisão, entre 2010 e 2011, bateram à sua porta e fizeram ameaças. Aos poucos, foi reconstruindo sua vida. Fez concurso para a rede estadual, participou das lutas do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), participou do processo pela Anistia, da Campanha das Eleições *Diretas Já*, fez contato com o movimento de mulheres, se aposentou como professora e fez curso de Psicanálise.

4.1.3 Ignez

Ignez nasceu em 1948. Filha única do primeiro casamento de seus pais, os quais se separaram quando ela era bebê. Nasceu na capital, mas viveu sua infância no interior, cidade da fronteira. Estudou em colégio de freiras, teve aulas de piano e, por um período de sua vida (infância), desejou ser freira. Sua mãe casou-se novamente e teve três filhos e, na metade de 1958, veio morar em Porto Alegre. Ignez ficou no interior, na casa de uma tia (irmã da sua mãe) para terminar os estudos. O marido da sua tia era comunista e considerado a “ovelha negra da família”; ele era dirigente do Partido Comunista do Rio Grande do Sul. Ignez gostava

de fazer perguntas sobre a miséria e quem respondia era o seu tio. Ele lhe explicou o que era “mais valia” e alguns conceitos do Capital numa linguagem de “criança”. Anos mais tarde, quando estudou o Capital, lembrou-se do seu tio. O relacionamento com ele se manteve mesmo após ela ir morar com a mãe na capital. Nas férias, ia para a casa do tio, com quem conversava, discutia por longos períodos; lia livros que os subsidiavam e, além disso, livros de poesia. Ela o considera muito importante na sua formação, até mais que a escola e a sua mãe. Desse relacionamento ela incorporou valores, como a importância do coletivo e no trabalho, receber o suficiente para viver, não acumular dinheiro. Sua mãe, a quem considerava intelectualizada, oferecia-lhe os livros clássicos da Literatura Brasileira, sobre os quais discutiam.

Em torno dos 15, 16 anos, ficou de pombo-correio do Partido Comunista. Ignez, nesta época, também estudava russo, pois o seu tio lhe falou da possibilidade de ela ir estudar na Rússia. Entretanto, com o Golpe Militar, seu sonho ruiu. Ela se afastou do Partido Comunista e foi fazer paraquedismo e teatro. O paraquedismo fazia com que ela se sentisse solta, livre. Tanto no paraquedismo como no teatro exercitou a confiança no próximo: no primeiro, por arrumarem o seu paraquedas, e no segundo, pelos exercícios de confiança que havia no curso. Não participou do Movimento Estudantil no período em que cursava o científico, por recomendação do seu tio, para que ela não se expusesse naquele momento e fosse estudar, se preparar. Ela teve uma família bem constituída. Embora seus pais fossem separados, mantinha uma boa relação com o padrasto e se sentia amada. Às vezes, brigava com sua mãe, a quem considerava muito protetora, pois ela não a deixava ir aonde queria. Se fosse namorar, o irmão tinha que ir junto.

Na faculdade, participou do Movimento Estudantil. Nesse período, os estudantes de várias áreas desenvolveram um projeto (chamado “extra-muros”) na Vila Mapa, Porto Alegre - RS, onde criaram hortas comunitárias, pequenos animais, convívio com animais domésticos, assuntos voltados à saúde. Este trabalho foi proibido pelo prefeito na época, que considerou essa atuação como “subversiva”.

A atuação de Ignez no POC e no Movimento Estudantil a levaram para a prisão, ao Presídio Feminino *Madre Pelletier*, onde viveu um longo tempo sozinha. Das quatro mulheres que foram presas com ela, uma foi liberada após quinze dias, e as outras duas levadas para São Paulo. Assim, mulheres entravam e saíam da cadeia, enquanto ela permanecia. Ela percebeu que a dimensão do tempo na cadeia

era outro: um mês parecia muito mais, os dias eram longos, o tempo não passava; o que não parecia importante, se tornava. Ela ficou mais introspectiva: lia, escrevia, desenhava nas paredes, em latas, vidros, precisava ocupar o tempo. Ao sair da prisão, sentiu dificuldades para conviver, sentia medo, não queria ir para a faculdade ou para o trabalho. Sua vida era controlada pelos agentes do estado, medo. Uma vez a levaram para uma delegacia, pois não sabiam que ela tinha sido liberada da prisão.

Antes de chegar à prisão, foi torturada, tortura esta que continuou no período em que esteve presa. A falta de privacidade lhe fazia mal, a qual ela se refere como “a tortura diária”, ou seja, se fosse ao banheiro, um guarda a acompanhava, e na hora da descarga tinha que chamá-lo para ele fazer. O banho era na própria cela, e frio; a torneira ficava fora da cela e, no momento do banho, tinha que chamar o guarda. A comida não era boa. Ela conseguia uma alimentação melhor através do dinheiro que sua mãe deixava, e com o qual alguns guardas compravam alimentos como tomate, cebola, ovos. Alguns brigadianos³⁰ ajudavam as presas, outros não. A vigilância era permanente, o que fez com que passasse a usar sempre calças compridas, abolindo o vestido.

Após sua saída e retorno às atividades, foi um período difícil. Ela não queria sair de casa, sentia medo, o barulho a incomodava. Os amigos foram importantes, pois eles a levavam às reuniões da pesquisa, ao teatro, ao cinema. Aos poucos, ela foi retornando à faculdade, namorou e casou. Isso aconteceu em quatro meses. Na época, não fez terapia, pois não tinha dinheiro para pagar. Desde que foi presa, e durante muito tempo, não contou à mãe que tinha sido torturada. Acreditava que sua mãe não iria suportar a verdade. A busca pela terapia aconteceu após ter o segundo filho e ter mais condições para pagar, mas essa experiência durou pouco tempo. Fez terapia por um tempo (anos depois), quando se separou e passou por uma fase dolorosa: *Tem uns esqueletos no armário que eu tenho, que eu não deixo. Chega perto deles ali, eu volto para traz.* Questiona-se se irá retornar à terapia, se vale a pena, neste momento da vida, mexer nos “esqueletos”. Considera que há sequelas da tortura, como: tendência à depressão, medo do escuro, claustrofobia, não conseguir dormir de porta fechada, ir ao banheiro e fechar a porta, e acredita que

³⁰ Policiais.

elas tenham sido a causa da sua separação; ranger os dentes e bruxismo tem até hoje.

O relacionamento com o seu pai não era bom. Ela diz que sempre o procurou, escrevia, mas não obtia resposta. Quando foi presa, seu pai foi até a um quartel general da cidade onde morava, contando que ela estivera em sua casa carregando uma arma na bolsa; ele nunca foi visitá-la na prisão.

Após sair da prisão, ela se entregou à faculdade e quando terminou, estava grávida. Trabalhava em uma clínica e acredita que o fato de ter tido filhos lhe ajudou na recuperação, principalmente quando compara sua vida com a de dois de seus amigos torturados com ela: um se suicidou, e o outro bebe muito. Pensa que por se mulher, mesmo tendo sofrido violências sexuais, poder gerar uma vida foi um ponto que contribuiu para reconstruir sua história. Ela teve três filhos, e um deles recebeu o nome do seu tio comunista. O envolvimento com eles e o sentimento da “maternidade” lhe ajudou a trabalhar várias questões internas. *Porque aquilo ali me ajudou a trabalhar várias questões internas. Me envolvendo com esses seres que eu estou formando, que eu estou ajudando a formar. Então, eu acho, podem falar o que quiserem algumas mulheres. Acho que nem toda mulher tem esse sentimento de maternidade como eu tenho. Como algumas de nós têm. Eu acho que é um direito de cada uma. Agora, eu sou uma pessoa extremamente maternal. Isso é muito forte em mim. E eu tenho até tendência de ser assim com amigos e amigas, meio querendo proteger, é um jeito que eu tenho.*

Após sair da prisão ela ficou dois anos com liberdade vigiada. Uma vez por semana tinha que se apresentar a uma autoridade militar da cidade para registrar sua presença; se fosse sair da cidade, precisava avisar. A prisão trouxe dificuldades na obtenção de emprego, principalmente público, pela exigência do “atestado ideológico”, que era emitido pelo DOPS. Esse atestado foi exigido até a Anistia.

Ignez participou do movimento pela Anistia no Rio, onde morava nessa época, do Movimento de Solidariedade aos Povos Latino-Americanos, que era a Cosplan – Comissão de Solidariedade aos Povos Latino-Americanos, pois havia vários argentinos e uruguaios ilegais no Brasil, da Associação dos Militares que foram atingidos pelos atos constitucionais, da Comissão de Recepção aos Ex-presos e Exilados Políticos e do Movimento Pró-PT, da criação do jornal *Em Tempo* (1978), no Rio de Janeiro, do Movimento da Reforma Sanitária, base do Sistema Único de Saúde. Atualmente, participa do Partido dos Trabalhadores, desde o Movimento Pró-

PT, do Movimento Popular, fazendo parte da Central dos Movimentos Populares e do Movimento da Saúde, atuando como conselheira municipal de saúde e conselheira estadual há muitos anos. Assim, ela se sente bem, trabalha no que chama de “base”, com objetivo de fazer uma transformação social, não faz questão de cargos. Se não participa, não se sente bem. Isso faz parte dela. Acredita numa possibilidade concreta de fazer uma transformação social, de chegar realmente em uma sociedade mais justa. Só que para isso tem que trabalhar as consciências, tem que trabalhar na base. Já trabalhou muito nas vilas populares e, hoje, trabalha com os índios, outra população, extremamente excluída; os excluídos sempre foram o seu foco.

Ignez deseja fazer doutorado, mas tem receio do preconceito com a idade. Ela tentou e está sentindo o preconceito agora que está mais velha, ainda mais sendo mulher. Ela sempre teve envolvimento com a libertação da mulher. *A gente faz parte da história da revolução dos costumes. A pílula foi uma aliada maravilhosa para gente poder começar a transar sem medo, porque o pessoal tinha medo de engravidar e coisa e tal. Naquela época, não tinha AIDS. Ora, se ela [mãe] imagina que eu casei, que eu não era virgem. Ela ia ficar louca. [...] Essa abertura com a minha mãe eu não tinha. Tinha outras aberturas, mas essa aí não tinha. Ela era muito conservadora, apesar de ela ter sido uma revolucionária também, à moda dela, porque ela era de uma família tradicional. Uma família tradicionalíssima. Aí ela casa duas vezes. Isso para eles já foi um horror. Sim, ela separou do meu pai em 48. Ela era jovenzinha, tinha 23 anos na época e... Então ela foi, ela “peitou”. E aí ela casa com um cara que já era separado também. Casa modo de dizer, vai viver com o cara. Aí para dizer que “tão” casados, vão pro Uruguai. Eles iam pro Uruguai casar no Uruguai, mas na lei brasileira eles eram só juntados. Então, a mãe, de todos os irmãos e irmãs dela, ela foi a única, a única... E sofreu muita discriminação por isso, por ser uma mulher separada e, ainda por cima, ela se separa do segundo. Quando eu tinha 15 anos, a mãe separou do segundo. A mãe tinha essa coisa do preconceito, de não querer que case, que transe antes de casar. Sente-se amada, mas sente uma “dor” com o seu pai. Ela acredita que as transformações estejam no cotidiano, não nas grandes revoluções.*

4.1.4 Celina

Celina foi presa em 1969, quando militante no PC do B. A prisão ocorreu em 1968, época em que ficou sequestrada por alguns dias. Estudava em Curitiba. Contam que, na noite em que ela passou por Lajes, uma menina de um grupo ou alguma organização que tinha o primeiro nome igual ao dela assaltou uma loja de armas. O Exército, a Marinha, no caso, foi atrás do ônibus. Celina havia esquecido no ônibus a pasta com documentos para o grupo dos 11 (que seu pai fazia parte), e eles pegaram. Eram umas 4h da manhã, mais ou menos, e seu pai a acordou e disse: *olha, não dá para fugir, a nossa casa tá cercada, você vai com eles e eu vou atrás. Eles não vão permitir que eu vá junto. Já tentei negociar, não conseguimos, e não tenta fazer nada, porque não tem como. Se tu tentar fugir, eles te matam. E me levaram para Florianópolis, onde eu fiquei três meses desaparecida. E... Eu tive hospitalizada no Hospital Militar, eu via o mar da cama que eu "tava", e três meses depois o meu pai me localizou. Durante esse período, foram noites de interrogatório, tipo... Como tortura, porque levava tapa, caía, levantava, e não sabia do que estava se tratando, não tinha ideia, porque eu não conhecia o movimento, então eu... Era, eu digo que era fácil não falar, porque eu desconhecia completamente. Depois de cinco meses, foi para Curitiba, para o quartel onde, atualmente, está uma praça. Lá, permaneceu por um mês. Os estudantes que realizaram um Congresso em Curitiba, da UNE, todos foram presos. Ela os encontrou. Havia uma conversa de que ela ia pro Rio de Janeiro, então isso era uma tortura, cada vez que eu ouvia "chave", eu: "vão me levar". Eles a tiraram do presídio e a levaram para um lugar onde foi torturada. Eles nos levaram para um lugar. Era uma coisa terrível. E foi um dia... Aí sim foi tortura, porque nós chegamos 5h da tarde, e foi, assim, das coisas mais bárbaras, pau de arara, eu perdi os dentes, porque caí "dum"... Assim, foi um dia tenebroso! Aí me levaram de volta, não vou te detalhar... Levaram-na de volta para o presídio, continuou presa com os estudantes, com a turma que tinha ido à Ibiúna, no Congresso.*

Ela voltou para Porto Alegre, na clandestinidade, e foi presa de novo. Saiu para ir à casa de umas meninas da antiga AP e, quando viram, a polícia derrubou a porta e entrou. Na clandestinidade, informou que era filha de uma uruguaia, o que foi difícil explicar. Como explicar que a mãe não era guerrilheira? Então, não sabe com

certeza, ficou mais uns dois meses presa e saiu. Saiu da clandestinidade, mais ou menos, em 1976.

Desde que saiu de Curitiba para Porto Alegre não parou de militar nenhum minuto. Costuma dizer que as sequelas das torturas são devido a não parar de militar. Celina passava as pessoas que vinham do nordeste para a Argentina, para o Uruguai. Foi um período de militância muito intenso, não pensava em outra atividade. Após esse período, ela casou, teve dois filhos. Eles estudaram, e ela continuou militando. Quando veio a Anistia, ela voltou para o PC do B. Os filhos foram estudar em Cuba, e ela foi para Cuba por seis anos, onde fez dois mestrados. Retornou para Porto Alegre junto com os estudantes de Medicina formados pela Escola Latino Americana de Medicina (ELAN). Eram da primeira turma da ELAN, filhos de pessoas envolvidas no Movimento Sem Terra, da Sem Moradia, de Movimentos Sociais. Essa era a proposta da ELAN. Os meninos, como ela se refere, voltaram em 2005, e encontraram grandes dificuldades para revalidarem o diploma. Fundaram a MAC - Associação de Médicos e Amigos de Cuba. *"Passado" os anos, conseguimos revalidar, todos trabalhando, ahhh...* Fizeram uma reunião e entenderam que a MAC não tinha mais razão para existir. Criaram a União da América Latina, pois havia jovens formados em toda a América Latina. Os meninos a visitam até hoje; ela é avó de muitos nenéns por aí.

Em 1964, quando seu pai foi preso, começou a militar. Desde aquela época, pensava em mudança, e só isso justifica passar por coisas pelas quais passou. Com a força, porque uma das coisas mais difíceis que uma mulher pode passar, o Ser Humano, como disse Vladimir Herzog (ela pensa que foi ele), *tipo, fazendo essa coisa, tu te pergunta: "mas, isso aí é um ser humano, eu sou isso". Porque é uma coisa tão terrível você passar por isso e ser um humano que executa, e do meu caso uma mulher. Então, assim, sabe, é uma... Só uma ideologia forte, uma esperança, sabe? Um sonho para você levantar a cabeça e dizer: vamos embora. Sim, foram os dois. Nós também temos mulheres capazes de fazer, de torturar, de fazer coisas... Porque você, a tortura te despe. Então tem uma coisa de entrar numa peça acompanhada de uma mulher para te despir, para daí sair. Tem uma coisa de hipócrita. Passa ali acompanhado por uma pessoa e depois sai pela... Bom, isso é uma das coisas mais violentas que se pode fazer com o ser humano. E te botou no pau de arara, mas isso foi o de menos, e exercia um papel muito degradante para o ser humano, mas... Levantar a cabeça e ir adelante.*

Como é viver com essas memórias? Raramente ela pensa sobre isso, muito raro, ela não para, não pode parar e nem pensa em fazer terapia. Se para, ela é incentivada a depor na Comissão da Verdade: *E eu sempre digo: "não tenho problema...". Só que tem que me empurrar. Acho que de livre e espontânea vontade não faço, mas eu não tenho, sabe...*

Casou-se em 1976 (e continua casada). Ela diz que não deve ter sido fácil para ele, de uma família cristã (ele se rebelou e se diz ateu). Com todo o padrão machista, ela saía meia noite de casa sem dizer aonde ia: *"olha aqui, quanto menos tu souberes, melhor para a tua segurança". Agora imagina ver a mulher saindo meia noite e voltando às 5h da manhã? E ele aguentou. Aguentou um ano e pouco isso. Claro que, de vez em quando, dá umas "esperrinhadas", mas isso foi um... Pouca gente teria essa... Até companheiros da gente, que a gente sabe que o machismo fala mais alto.* Sua formação: Socióloga. Carregou os filhos para cima e para baixo: natação, escola, e toda aquela jornada que é de casa, até hoje, e... Não ficou quieta. Um amigo psiquiatra um dia lhe perguntou: "escuta, quando é que você vai vir aí para gente conversar?". Eu disse: "para conversar eu venho agora; abrir gaveta, meu filho, nessa altura do campeonato, não abro mais".

4.1.5 Berta

Na época, apareceu um rapaz, provavelmente do Movimento Estudantil Organizado, com aquelas conversas de quem queria engajar as pessoas. Ele tinha um sotaque, assim, que parecia de carioca. De repente, podia até ser um cara da polícia. Isso lhe ocorreu mais tarde, mas, enfim... Ela começou a ficar interessada e, naquele período, o Movimento Estudantil estava no auge. Eles eram todos lindos, era a revista *Realidade* com suas matérias; eram todos maravilhosos. Depois, assim, tinha os Palmares do Uruguai, sequestrando, dando para os pobres. Aquilo tudo a encantava... Ela era uma garota deslumbrada... Quando veio para Porto Alegre, entrou em contato com um grupo que era da luta armada, os conheceu através de uma amiga, que talvez os conhecesse bem ou não. A amiga sempre teve um comportamento de vanguarda. Na época, vivia um drama, pois o padrão era as mulheres casarem virgem. Decidiu não segui-lo. Entrou em contato com homens que se reuniam em um bar, era uma meia dúzia, ficavam discutindo política até altas horas da noite e, muitos deles, já estavam engajados.

Na faculdade quando perceberam o seu interesse, passou a ser disputada. Entrou para o Partido Operário Comunista (POC), que era aberto à luta armada. Havia o que eles chamavam de Organização Para-Partidária, que eram organizações de estudantes. Eles eram preparados para serem militantes, então discutiam textos. Havia um dirigente, um coordenador, que eram militantes do partido e se reuniam com eles. Começaram se encontrando na casa de um deles. Ela morava com uma tia e depois foi morar no apartamento de um amigo ligado ao POC. Ele lhe ofereceu o apartamento, mas tinha que tirar os atuais moradores. O local tinha virado um aparelho: tinha armas e panfletos que não eram da POC. *"ai que bom, né? Vou ter um lugar para ir... Um dia eu fui lá com a chave, já tinha passado do período dele sair, eu bati na porta ninguém atendia. Bati, bati, ninguém atendia. Botei a chave na porta, abri, quando eu abri tinha dois homens com a arma apontada para mim. E eu, eu não tinha medo gente, eu não tinha medo. Eu olhei para eles e disse: "Epa, o que é isso?". "Tu é a moça do apto?". Eu disse: "Sou". Eram militantes que estavam achando que era a polícia, fugindo pro Chile. [...], um dia ele saiu. Começou a fazer as reuniões no apartamento. E assim a vida transcorria até o antigo morador procurá-la: Ele disse: ontem, quando nós saímos, terminamos a peça. Estava o DOPS me esperando do lado de fora, me levaram para lá, eu fiquei a noite inteira lá dando depoimento, e agora eu quero te dizer que aquele apartamento lá, agora, eu abri. [...] Continuei morando lá. Eu não tinha medo guria. Eu tava sempre alerta, mas eu era ingênua. Eu dizia: "não, mas eu não tenho nada a ver com isso, então eles não vão me envolver". Um belo dia bateram na porta. Era um domingo. "Ahhh agora é a polícia". E fui, assim, apreensiva. Abriram a porta, puxaram uma bandeira para dentro da minha casa, a bandeira do Divino... Eu quase morri de susto.*

Os dirigentes do POC, todos caíram. Começaram a prender em São Paulo. O grupo que se reunia era da organização da OPP - Organização Para-partidária. Havia uma combinação: tinham cinco encontros semanais, mas começou cada um indo para um lado, ou seja, começaram a fugir ou se esconder. Em um desses encontros, ela ficou esperando até que veio quem ela estava esperando. Ai eu pensei: *"ele vai indo para lá, então eu vou para cá". Daí eu fiz assim: eu ia para lá e ele vinha para cá, assim, assim... Eu cheguei aqui na rua, me pegaram. Um de cada lado. [...] me levaram num fusquinha. Dentro do fusquinha tinha dois policiais, tinha um policial. Eu nem me lembro o que eu disse, eles já foram me pegando, me*

levando... [...] Aí mandaram a gente entrar, eles botaram uma touca na gente, absolutamente fedida, preta, mal passava ali daquela recepção, digamos, deles, entrava no corredor eles te giravam, davam um pontapé, tu batia numa parede, batia em outra, tropeçava, caminhava, caía. [...] Era no segundo andar, ali no Palácio da Polícia. Aí eu entrei na sala onde tinha a maricota, sala de tortura, né? Aí o que eles fizeram? Pediram para tirar toda a roupa, né? [...] E... Bom, eu não sei quantas horas durou. E veio todos os homens que tinha lá, o dia que eles prendiam mulher eles iam para zona, [...] E ele, e aí eles estavam todos excitados. De ver uma mulher nua, ali. [...] Eu não sei quanto tempo aquilo durou, para mim parece que durou assim uma eternidade, e aí eu tava exausta, exausta, tava caindo, assim. Aí eles me vestiram, me arrumaram, passaram batom em mim, me levaram para rua para eu entregar outro. Eles sabiam onde ele trabalhava. Eles me sentaram num banco da praça que tinha, assim, no final da rua e disseram: fica cuidando. Quando ele sair, é aquele. Ele nunca saiu, ficamos horas esperando. Ele já tinha sido avisado. Pegaram-no depois, logo depois. Como eu tive um comportamento, assim, eles acharam que eu era muito dura, que eu nunca colaborei muito, eles tinham duas salas. Uma sala tinha uma menina que tinha engajamento na luta armada, era de São Paulo, ela ficou louca [...]. Colocaram-na junto com essa menina. Eu muito chorei lá na seção da psiquiatria quando eu falava dela, sabe? Que ela vinha no meu colo que nem uma criança... Até hoje me emociona isso. Ela chorou que nem um bebê. Berta ficou quarenta dias detida, porque eles queriam pegar o dono do apartamento. Quando o prenderam, soltaram-na.

As reuniões não aconteciam mais no apartamento onde morava; ela passou a dividi-lo com uma mulher que retornava de um intercâmbio nos EUA e queria morar sozinha; era professora de inglês e não sabia da militância de Berta. Um mês depois de prenderem Berta os agentes do estado foram ao apartamento, o reviraram e levaram todos os livros. Foi aí que a professora de inglês descobriu. Um dia o marido dessa amiga entrou em contato contando que estava escrevendo um livro e gostaria que Berta escrevesse sobre este episódio. Ela concordou. *Eu fui escrevendo, escrevendo, aí de novo eu fiquei mal, de novo fiquei mal. Ai fiquei... E as feridas não cicatrizaram ainda...* Ele quis saber muito sobre um torturador. *Não, eu tava inquieta, porque ele me fez falar muito do torturador. Aí eu estava quieta e eu fiquei com medo. Eu vi que eu tava com muito medo ainda, tenho medo ainda.*

Tinha uma pessoa da ditadura na Universidade, um representante que a chamou. Ela tinha um advogado maravilhoso que assumiu a sua defesa. *Porque o meu pai acho que teria dito: "deixa ela mais tempo lá para ela aprender", entendeu? Ele era desse tipo, entendeu?* O advogado ficou de plantão no escritório e disse: se ela não aparecesse em tanto tempo iria tomar providências. *Ele me humilhou muito, esse velho [...] aí. Me humilhou muito, assim, dizia: "Eu tava aqui esperando uma mulher assim, assado, aí vem essa moça tímida aqui na minha frente, que não responde as minhas perguntas, por aí foi.* O médico para quem trabalhava ficou com medo e a dispensou.

Ela foi para casa de seus pais; o pai não sabia da prisão. *A minha mãe sabia e não contou para ele, porque foi ela que assinou a procuração do advogado. E eu fui para casa e contei para ele. Disse: "aconteceu isso, isso e isso". E ele disse: "o que as pessoas, os meus amigos, a sociedade vai dizer". "Que vergonha". [...]* Coitada da minha mãe. *Minha mãe sofreu horrores. Bom, para ela foi um horror. [...]* Durante muito tempo ela vinha para cá, eu via aquele sofrimento que me doía muito. *A minha avó, que morava em uma cidade do interior, que é uma cidade lá confinada, disseram para ela que eles estavam me arrancando todas as veias, e ela teve um ataque, ela teve um ataque cardíaco e morreu. Olha, aquilo me deu uma culpa. Bom, meu tio, minha tia, que tinham me acolhido, ela era casada com um português e me proibiu de botar os pés naquela casa, e eu adorava aquelas crianças, porque eu tinha visto todas nascerem, eu não acompanhei mais o fato... [...]* Hoje é que eu retomei o contato com eles, mas eles estão todos adultos. *Eu sinto como uma perda. A minha tia, ela ia me ver... Ela sempre foi, ela nunca me abandonou essa minha tia, mas eu tinha um ódio desse homem...* Os seus irmãos sempre a apoiaram.

Berta permaneceu presa por 40 dias no DOPS. Uma vez, após a prisão, acompanhou os pais do dono do apartamento em uma visita no DOPS. O delegado a levou para uma sala, lhe deu um soco e disse para não aparecer mais lá, que ela sumisse. *Eles me seguiram na rua, [...]* *Passei um inferno durante um tempão.* A Organização acabou, foi desbaratada. As pessoas seguiram para a Argentina, pro Chile. Ela trabalhava em uma biblioteca da Universidade, e um dia da semana trabalhava com os estudantes, organizando a biblioteca do Diretório Central do Estudante, onde começaram a chegar livros que não podiam ser comprados no Brasil: livros de sociólogos, de pesquisadores (que eram proibidos), marxistas e tal.

Um dia, um jovem de trinta e poucos anos que acabou de chegar da Alemanha e estava organizando um órgão de estatística colocou um casaco na frente do elevador e disse que estava interessado em entrevistar quem estivesse se formando na área naquele ano. Alguns de seus colegas foram escolhidos. Ela não estava se formando. Os seus colegas entraram e a chamaram como estagiária, e *aconteceu o seguinte: no começo, eram cinco, assim, cinco técnicos contratados, [...], mas tinha gente de outras áreas também, e sempre que precisava de gente eu ia lá no Diretório Acadêmico, que era de esquerda, e eu dizia: "olha, estão precisando de estagiário". E assim foi todo o pessoal mais de esquerda que tinha na universidade, [...] [O chefe] não tinha ideia do que ele tinha lá. Chegou uma hora, assim, que nós éramos em quarenta estagiários, e um de nós resolveu fazer uma greve, eu não lembro mais o que a gente tava reivindicando, entendeu? Aí eu acho que a ficha começou a cair, mas ele foi chamado à Brasília, aí mostraram para ele que ele tinha dentro da fundação um monte de comunistas; ele foi muito legal. [...] não botou ninguém para rua, ele aguentou. Ele pagou caro e... A gente vivia sobre um terror, porque tinha a história da tal da lista. [...] Então, tinha um monte de gente fichada, um monte... Ela se diplomou e continuou a trabalhar no mesmo lugar. Foi estudar na França (com bolsa). Chegou em 1976 e, em 1977, foi divulgada uma lista com nome de comunistas que estavam trabalhando em órgãos do governo. Um dos nomes era o dela. Aí eu fui lá na Varig. Quando a gente tava lá em Paris, na época da ditadura, a Varig funcionava como a embaixada dos brasileiros. [...] Tinha uma sede maravilhosa, sofás enormes, a gente sentava lá e lia diariamente os jornais. [...] Todos os que estavam na lista foram demitidos, menos ela. Todos os exilados latino-americanos que estavam lá se protegiam, se uniam, estavam sempre assim, fervilhando. Tinha chilenos, [...], argentinos, brasileiros. Foi um momento, assim, incrível em Paris, assim, incrível, incrível... Foi de uma riqueza, e todos aqueles intelectuais exilados lá, foi uma coisa muito, por experiência... Eu não sei se foi por isso, em mim, ninguém tocou, mas quando eu fui para lá eu estava morta de medo. Lá na França, eu fui seguida. Eles tinham um esquema bem forte para acompanhar os brasileiros. Para voltar ao Brasil (com muito medo), foi montado um esquema com os franceses: ela tinha que chegar e ligar em determinado tempo; se não o fizesse, eles tomariam providências.*

Mas eles me seguiram aqui em Porto Alegre acho que até 89. Eu tinha ficha lá. Sentiu medo. No dia do lançamento do livro para o qual contribuí, sentiu medo.

Em 81, eu fui para Garopaba passar o verão lá. A gente alugou uma casa e quando eu fui entrar no ônibus que eu voltei para cá, para Porto Alegre, eu encontrei o [torturador] dentro do ônibus, se despedindo de um familiar dele lá. Eu fiquei louca de medo. Acho que ele me viu, me reconheceu e fez de conta que não... Ele tem uma cara de safado.

Participou das reuniões iniciais de organização do PT e atuou no Movimento Feminista na França e no Brasil. O Movimento só começou a ficar desinteressante depois que os partidos começaram a se formar e as suas ideias passaram a ser incorporadas. Ela não queria militar dentro de um partido, então saiu.

No Movimento Feminista estudavam bastante; havia discussões que interessavam a muitas mulheres na cidade. Existia mais de um Movimento (talvez uns três), mas ela atuava no *Ação Mulher*. Tinham muitas mulheres engajadas. O que faziam? Escreviam e se manifestavam na mídia. O dia 08 de março era de grande movimentação, reuniam um público muito grande, homens, inclusive, em vários locais. *Ah... As mulheres falavam, iam à televisão, em rádio.* Havia um radialista que as atacava muito, gostava de polemizar, e ela sentia *um ódio*. Na França também era assim. Havia manifestações, elas iam para rua, usavam a mídia, quem dava espaço. Os assuntos? Elas uniam tudo que estava sendo editado na época. Quando as mulheres daqui estavam engajadas nos partidos, elas começaram a discutir juntas. Veio da França disposta a discutir o Movimento, as questões das mulheres, a sexualidade, a divisão de tarefas. A dupla jornada de trabalho, a opressão da mulher na sociedade, os salários apertados... Mas havia mulheres mais engajadas, do PT, que queriam discutir a mulher de vila, o esgoto, a infraestrutura e não havia concordância, acontecia muita briga. As reuniões eram no sábado de tarde ou à noite. Criaram uma casa para assistência às mulheres maltratadas. Havia advogados, estudantes de Direito... Os advogados entravam no Movimento para dar assistência. Quando começaram as reuniões de fundação do PT, achou tão velho tudo o que era dito ali. Dizia: *"nossa, essa geração passou por tanta violência, exílio..." E agora parece que não mudou nada. Eu não vejo uma proposta assim, maior que, ou diferente... Aí eu fiquei meio desiludida.* Casou-se com um homem mais jovem, viveu uma grande paixão; foram morar afastados, meio isolados do mundo.

4.2 EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NA DOR

Neste item, serão abordadas as experiências das pesquisas no período em que estiveram sobre o domínio da repressão. Em *Mera Vida*, analisa-se como as vidas dessas mulheres foram tratadas; em *Amizade*, sobre os estabelecimentos de vínculos e sua importância; e em *Impactos Subjetivos e Físicos* sobre as sequelas da tortura.

4.2.1.1 *Mera Vida*

Mera Vida, conceito de Walter Benjamin, de como a vida não tem valor simplesmente por sua existência (BENJAMIN, 2011), a vida da mulher ou do homem não tem significado por si só. A partir disso, procura-se compreender como o sistema de repressão englobava a todos que fossem considerados inimigos. O aniquilamento do outro, o prisioneiro, o “subversivo” faziam parte do processo, e para este fim havia normas, procedimentos. O corpo do outro era usado como ferramenta para atingir o objetivo, como um tanque de guerra, um revólver. Os prisioneiros eram despidos de suas roupas, de suas crenças, de sua humanidade, e se no processo houvesse algum vestígio de um humano, era limpo, higienizado, como se pode observar nas palavras do coronel Adyr Fiúza de Castro³¹:

[...] Porque o medo é um grande auxiliar no interrogatório. Os ingleses, por exemplo, recomendam que só se interrogue o prisioneiro despido porque, segundo eles, uma das defesas do homem e da mulher, evidentemente, é a roupa. Tirando a sua roupa, fica-se muito agoniado, num estado de depressão muito grande. E esse estado de desespero é favorável ao interrogador. O [general] Frota não concordava muito com isso, mas usava-se. É uma técnica praticamente generalizada. E também por uma questão de higiene, porque o prisioneiro se suja, suja o chão... É impressionante. Não se pode parar um interrogatório e convidar: “Vamos mudar a roupa?” E o cheiro fica terrível. Interrogando o preso despido, é mais fácil qualquer limpeza. (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p.62)

Como pensar o processo de submissão? O exército mantém em sua estrutura hierárquica um processo de aprendizado de submissão, ou seja, o jovem, ao ingressar, é submetido (pelos mais antigos) à humilhação, desconsideração. A memória se constrói de que, para ser militar, é preciso passar pelo processo de

³¹ Adyr fiúza de Castro, militar, atuou no exército onde “foi um dos criadores do Centro de Informação do Exército” (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p.35) e chefiou o Centro de Operações de Defesa Interna(CODI) (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994).

transformação em objeto, pois é este aprendizado que permitirá submeter, em um primeiro momento, o principiante, e após, o prisioneiro, o outro. Nessa estrutura não é permitido ser humano, pensar, questionar; tem que obedecer às ordens, seguir as normas. Conhecimento aprendido e reproduzido por mimese. Aprendizado adquirido por quem um dia já foi ingressante e foi submetido. Um conhecimento que vai passando de um para outro por uma memória mimética, conforme se pode observar no relato do coronel Adyr Fiúza de Castro:

Agora tenho a assinalar o seguinte: os militares são homens mais ou menos rudes. Estão acostumados a uma escola de rudeza. Se eu fosse dizer ao grupo *Tortura Nunca Mais* o que sofri como “bicho” na Escola Militar – e graças a Deus sofri, porque isso me endureceu -, eles achariam que é tortura. Por exemplo, “telefone” – levei milhões. E todos os militares levaram. [...] Isso é tortura? E eu posso dar vários exemplos de coisas que os militares consideraram absolutamente corriqueiros e normais, porque endurecem. E nós não podemos deixar de ser duros porque mandamos homens à morte e matamos outros. Temos que endurecer os militares. Então, um desses garotos terroristas levava um “telefone” e clamava: “Fui torturado!” Na minha opinião, ele não foi torturado. O capitão ou tenente que fez aquilo, fez sem *animus* de torturá-lo. Apenas deu um castigo que ele já sofreu e aplicou numa porção de gente. Eu quero dizer que os militares não têm determinado tipo de sensibilidade: estão acostumados a arriscar a sua própria vida e estão acostumados a ver morrer. Então, são rudes (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 74).

A existência de instituições como o exército e a polícia, que exercitam a transformação do outro em *mera vida*, se torna possível em organizações sociais onde a construção de relações de gênero traz embutida a submissão. A submissão do outro é um exercício social no qual as características relacionadas como sendo de um sexo são valorizadas em detrimento das relacionadas ao outro, quando a força, a competição e a guerra, associadas ao masculino, são valorizadas em relação à leveza, à cooperação e ao cuidado ligado ao feminino. Esses valores são expandidos e, conseqüentemente, encontrados em diversas instituições sociais, como família, partido político, escola, exército, polícia; é o aprendizado de dominação, de aniquilamento do outro, que vai se aperfeiçoando em um exercício de diferenciação, na transformação deste em alguém diferente do eu, o feminino, o novato no exército, o prisioneiro, o comunista, o subversivo. Não há mais uma relação entre homens, entre mulher e homem; há, sim, uma relação entre o eu e o outro. O processo de submissão realizado pelos órgãos repressores também pode ser encontrado na relação conjugal, e nesse caso, definido como violência conjugal, “modalidade de violência doméstica que ocorre entre os cônjuges no espaço da

intimidade” (CUNHA, 2008, p. 167), independente da situação social³². Para exemplificar, destacam-se duas falas: uma da Ignez, torturada pela repressão, e a outra fala foi extraída de uma mulher submetida pelo marido (CUNHA, 2008).

As palavras de baixo calão que eles usavam para nós, que nós “era” tudo umas putas, não sei mais o quê, e por aí vai... Foi assim a tortura de degradação, que isso faz parte, na maior parte das vezes, para te botar para baixo, para te aniquilar como pessoa, entende? [Ignez]

[...] Ele exigia de mim submissão. Uma coisa me chocou muito, ele falou, por exemplo, que quando eu fosse pedir as coisas a ele eu tinha que chupar o pinto dele. Eu nunca ia fazer isso na minha vida, para conseguir alguma coisa, nunca! Dizia que mulher tinha que ter um jeitinho especial com o marido e fazer isso, fazer aquilo [...]. Aquilo me chocou pra caramba! [...] (Suzana, 37 anos, 3º Grau) (CUNHA, 2008, p. 172).

O processo de experiência de submissão deixa cicatrizes, doenças, dores no corpo e, na memória, lembranças de dor. As pesquisadas Ignez, Nilce, Berta, Celina e Marie carregam em suas memórias a experiência de serem transformadas em “o outro” o objeto.

A minha foi igual à de todo mundo. Tirar a roupa é quase, assim, uma, uma regra, do primeiro momento da detenção, porque você fica muito vulnerável sem roupa, dá um pavor assim, porque tu já não sabe o que vai acontecer, você sabe que vai ser medonho, mas se te tiram a roupa é pior ainda, porque você fica assim querendo te esconder e sentindo frio, mesmo que seja calor, então acho que isso dá uma vulnerabilidade do preso absoluta, já é o primeiro momento que ele te quebra, ele quebra, assim, de diminuir a sua capacidade de resistência, né? [Marie]

As pesquisadas foram tratadas como mero corpo, como objeto foram utilizadas, como se ali não existisse vida, um Ser Humano dotado de sentimentos, desejos, dores.

Dois cavaletes, uma coisa simples, dois cavaletes e um pau, que eles penduram a gente ali e a gente fica ali jogada, uma... Indescritível o que acontece naquele momento, porque você está entregue, eles fazem o que eles quiserem com o seu corpo, o corpo não é um corpo, não é uma pessoa, é um nada. Assim que eu acho que eles se organizam para continuar batendo. Nunca tinham me visto, nem sabiam quem eu era, tinha gente que tinha dúvida se eu era quem eu era, imagina ter que seguir dando choque, dando choque pelo corpo. [Nilce]

³² “apesar de 35,5% das cerca de cem mil denúncias anuais de violência terem sido feitas por mulheres com renda entre um e dois salários mínimos, há indícios de que a violência doméstica é, proporcionalmente, superior nas camadas mais favorecidas.” (CUNHA, 2008, p. 171).

Torturar seus corpos nem sempre foi o suficiente, mas torturar a mente, a psique, com o uso de medicação química, o uso da religião. Diversos conhecimentos e saberes foram utilizados.

[...] Nisso eu sou levada para SP, só que lá, claro, tiraram toda a medicação e eu cheguei alucinando. [...] E aí fomos na OBAN e eu cheguei completamente alucinada. É uma coisa muito interessante porque nós ficamos lá num banheiro e aí tinha que dizer: "olha, agora você faz tal coisa, agora você faz tal coisa", porque eu não tinha comando, eu não tinha comando do meu corpo. Era uma coisa tão absurda tudo o que aconteceu, porque a tortura ela não tem de objetivo só arrancar informação. Nada disso. Também isso. Mas o que ela quer mesmo é terminar com aquele ser humano. É terminar com toda existência humana que pode acontecer. [Nilce]

O tempo na OBAN, com o Brilhante Ustra no comando, foi muito difícil. Cada dia a gente era interrogado por uma equipe, e cada equipe tinha um método próprio. Comigo chegaram a usar até religião. Um líder de equipe, o Mangabeira, tentou me convencer da presença do diabo em uma sala. Misticismo do pior tipo. Então ele disse: "Hoje você vai falar! Você vai encontrar com o diabo". Minha resposta foi: "É mesmo? Estou... Estou vendo sim! É ele mesmo." Então ele falava: "Está vendo? Ele é assim e assim... Ele está te perguntando tal coisa". Minha resposta deve tê-los incomodado: "Estranho! O que eu estou vendo tem outra forma. O que vejo me dá força. O diabo não está do meu lado. O diabo está é do outro lado". [Nilce]

As ferramentas possíveis para feri-las, tanto física como afetivamente foram utilizadas (o amigo, o companheiro). Ignez recebeu choque junto com dois amigos seus. Eles tinham que dar as mãos, e a eletricidade corria o corpo dos três ao mesmo tempo.

Mesmo após sair da prisão, o controle se mantinha. Não bastava o domínio presencial, pois ele se mantinha à distância. Em 1968, ano da edição do Ato Institucional nº 5, é também o período da adoção do "Atestado de Antecedentes Políticos e Sociais", que ficou conhecido como Atestado Ideológico, documento emitido pelo DOPS para quem não tinha ficha e que era exigido para a obtenção de emprego, principalmente em instituições públicas³³. A não aquisição deste atestado causava os problemas relatados pela Ignez.

[Julgamento em 1973] Né? Me deram um ano, aí eles recorreram e ficou essa coisa rolando, rolando até a anistia, até 79. Mas isso o que que acontece? Isso me prejudicou profissionalmente, que eu não consegui, naquela época, me inscrever nem para especialização, tá? Eu tentei, mas não consegui. Emprego público e a minha área de trabalho, Veterinária, é muito voltada para setor público, e emprego

³³ DOPS: arquivos revelam mais de 400 rio-clarenses fichados. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=895&sid=5>. Acesso em: 23 dez 2013.

público eu não conseguia, porque tu “tinha”, tu “tinha” que ter o Atestado Ideológico, que eles chamavam, entende? Tanto que quando eu fui pro Rio, quando cheguei em Barra do Piraí, o pessoal queria, quando soube que eu era veterinária, que eu trabalhava com laboratório, eles tinham na secretaria, setor de uma, uma... Um escritório local na Secretaria de Agricultura do Estado, lá do Rio de Janeiro, lá em Barra do Piraí. Eles tinham, assim, um laboratório montado e sem nenhum veterinário que soubesse operar aquelas máquinas, aqueles aparelhos. Eu fui lá, olhei, disse: bah... Fiquei encantada, né? Aí eu tá... Só que eu sei fazer tudo isso aqui, entende? Mas, esbarrou no Atestado Ideológico. Aí os caras queriam me contratar, e aí eu digo: bah! Mas aí foram ver lá... Não, precisava do tal do Atestado Ideológico. Aí não deu. [Ignez]

Esse era um instrumento que dificultava ainda mais as já difíceis marcas deixadas pela tortura, pois impactava diretamente na possibilidade da reconstrução de suas vidas. Para quem estava fora do país, a forma de controle foi a não emissão de passaportes. A impossibilidade de se adquirir o passaporte fez com que Marie permanecesse dois anos a mais na cadeia da Argentina.

[...] tu era presa, passava diante de um juiz, nós passamos, nosso grupo de pessoas passou, eu e meu companheiro fomos liberados por causa da falta de provas, tivemos que ficar mais de dois anos dentro da cadeia depois desse veredicto do juiz porque a gente não tinha passaporte. [Marie]

A perseguição foi outro instrumento utilizado para continuar a manter o domínio. A política do medo era trazida constantemente através de perseguições na rua, vigília, interrogando pessoas nos lugares por onde ela passava, humilhações na Universidade, conforme relato de Berta.

[...] eu to indo pro trabalho, em pleno dia, um cara chega bem no meu ouvido e me diz assim: tarado... “Te vi nua, eu te vi nua, eu te vi nua...” aí eu saquei que eu estava sendo perseguida, entendeu? [...] Sabe, fui na casa de umas amigas e bateram na casa... Passei um inferno durante um tempão. [Berta]

Mesmo depois da Anistia as perseguições continuaram. No ano de 1989, Ignez ainda vivia a experiência de ser perseguida. Entre os anos de 2010 e 2011, bateram na porta da casa de Nilce e fizeram ameaças.

Como se observa nas narrativas, enquanto o objetivo não fosse atingido novas técnicas iam sendo utilizadas. O que importava era o resultado, o domínio; o outro era desconsiderado.

4.2.1.2 Amizade

No encontro com o outro, um vínculo pode ser estabelecido ou não, e estes podem ser permanentes ou não. O tempo varia, mas não é isso o que importa, mas, sim, a sua existência no momento em que foi vivenciado. O vínculo espontâneo, recíproco, sem hierarquia, sem contexto determinado e sem norma, chama-se amizade (ORTEGA, 1999); o vínculo que em determinados momentos é uma linha tênue de sustentação, é o fio que pode manter a vida, em um instante, suficiente para possibilitar a existência dos próximos instantes. Foi a experiência vivida por Foucault nas suas tentativas de suicídio, a amizade lhe possibilitou viver o próximo momento (ORTEGA, 1999).

Viktor Frankl, após viver três anos em campos de concentração no período do nazismo, relata sobre os vínculos ali estabelecidos. No encontro com o outro havia a possibilidade de fazer piadas da situação vivenciada, como, por exemplo, eles se comportariam em uma festa onde haveria comida diferente das batatas podres que estavam se alimentando, e riam. Quando um dos prisioneiros deitava-se na cama e fumava cigarros, isto é, consumia o bem de troca que permitia obter uma batata e, assim, viver por mais um dia, significava que os vínculos haviam se rompido; era a desistência da vida (FRANKL, 2001).

Susel Oliveira da Rosa trabalha o conceito de amizade como forma de cuidado; o encontro com o outro que, de alguma forma, acolhe, restituindo o vínculo com o mundo. É o rompimento com aquela situação que procura transformá-lo em uma mera vida. A amizade é o cuidar de si a partir do encontro com o outro. Nilce Cardoso e Delsy Gonçalves viveram essa experiência no período da ditadura, quando foram torturadas e presas. Delsy lia para Nilce, ou ambas cantavam, ou se maquiavam, para, por alguns momentos, esquecerem os abusos que estavam sofrendo.

Nilce lembra que Delsy lia para ela durante o período que dividiram a mesma cela no DOPS/RS. Delsy lembra desses momentos como uma maneira de fazer Nilce reagir e parar de pensar nos interrogatórios sucessivos, nas torturas, no extremo da tensão que estava submetida. (ROSA, 2009, p. 105)

O sentido de cuidado foi experimentado por Ignez, enquanto presa em uma cela solitária no Presídio Feminino Madre Pelettier, em Porto Alegre/RS. Seus

companheiros militantes, também presos, se organizavam para fazer chegar até ela mensagens e correspondências para que não se sentisse sozinha.

Aí um dos companheiros ficou responsável por fazer debate político comigo por carta, que era o [...]. Me escrevia, me mandava trechos assim de... Ele tinha alguns livros lá, ele copiava alguns trechos dos livros, mandava para mim [...] [Ignez]

As mensagens que chegavam até Ignez faziam ela se sentir apoiada; os vínculos se mantinham. Para que a entrega ocorresse, novos vínculos eram criados e ordens descumpridas. Ortega (2002) destaca o caráter transgressor da amizade, ou seja, um vínculo que se estabelece sem regras, livre, sem submissão do outro; relações sem controle, abertas, desconhecidas, consideradas perigosas nas sociedades hierarquizadas, pois o perigo de questionamento se faz presente. É essa característica que faz, por exemplo, a partir do século XIII, a igreja católica interpretar a amizade entre os monges perigosa para a manutenção da autoridade eclesiástica³⁴. O aspecto transgressor é vivenciado entre os “subversivos” presos e alguns dos guardas dos presídios. Os guardas da Penitenciária Feminina Pelettier e os guardas do Presídio, na Ilha das Pedras Brancas (no Rio Guaíba, em Porto Alegre), serviam de mensageiros entre os presos dos dois presídios.

Nós tínhamos conseguido fazer uma rede de colaboração dos brigadianos que ficavam de guarda lá no Presídio Madre Pelettier [...] E os brigadianos, esses soldados da PM, que faziam a guarda, eles estavam se arriscando também, porque se por acaso, algum chefe deles lá, mandante deles soubesse que eles estavam passando correspondência entre nós sem passar pela censura, entendeu? É um risco que eles estavam correndo, mas eles estavam fazendo isto: trocavam correspondência com os companheiros das ilhas, via alguns brigadianos que a gente conquistou... [Ignez]

Na citação acima, observa-se o aspecto transgressor ou subversivo da amizade na relação que se estabelece entre os presos e Ignez, e entre os guardas e os prisioneiros. A colaboração dos guardas com a prisioneira e os prisioneiros, neste evento, altera a relação de dominação para apoio. A colaboração dos guardas quebrou a ordem de isolamento de Ignez e permitiu a ela sentir e compartilhar um mundo além das quatro paredes a qual estava submetida.

Amizade e o vínculo que se estabelecem sem obedecer às regras e às normas podem servir de suporte em ocasiões importantes da vida, tanto na vivência dos momentos de dor como nos de reconstrução. Ignez relata a importância das

³⁴ “Francisco de Sales é o máximo expoente de uma tradição de desconfiança, receio e até mesmo de proibição das “amizades particulares” na comunidade monástica que perdurará até o nosso século”. (ORTEGA, 2002, p. 85)

amizades vividas nos grupos onde atuou no período da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985, e a ligação que permanece, apesar de não trilharem mais os mesmos caminhos.

Meus companheiros serão sempre meus companheiros por toda a vida. Eu amo esses companheiros profundamente, todos eles, porque nós fomos extremamente unidos, os companheiros daquela época. Para mim não me interessa hoje em dia que partido eles estejam, [...], mas serão sempre os meus companheiros, sabe? [Ignez]

No momento em que saíram da prisão, Ignez e Nilce contaram com o apoio e o estímulo dos amigos para reconstruírem suas vidas. Foi aquele convite para sair de casa, para ir ao cinema, para sair e enfrentar os seus medos, aquela demissão que não veio (quando o chefe soube que era uma “subversiva”, no caso de Berta). A amizade se manifestou de diversas formas apoiando-as, desde o convite para que, por alguns momentos, pudessem afastar suas lembranças dos horrores vividos até a não submissão a mais um sofrimento, neste caso econômico, com a perda do emprego.

4.2.1.3 Impactos Subjetivos e Físicos

A tortura praticada pelo Estado, planejada e executada para a “destruição da pessoa, dos seus valores e convicções” (MARTIN, 2005, p. 436), atravessa a vida de quem é submetido, deixando marcas e transformando-a. O limite da desorganização é vivenciado tanto na relação consigo mesmo como na relação com o outro (o mundo externo). É a experiência de ver, sentir seu corpo e suas emoções serem manipuladas como um objeto pelo outro (o torturador). O resultado são sequelas físicas e psicológicas (MARTIN, 2005).

Diziam que queriam destruir nossas mentes, porque esta seria a única forma de acabar com gente como nós. De alguma maneira, eles atingiram o objetivo. Anos depois, o [...] morreu em consequência do alcoolismo e o [...] cometeu suicídio, em 1985, após retornar do exílio. Quando tive meus filhos, a dor do parto me fazia recordar as torturas. [Ignez]

Ignez, após sair da prisão, passou a sentir medo do escuro, claustrofobia, fazendo-a manter as portas do quarto e do banheiro abertas (não chaveadas), além de tendência à depressão, não existente antes na sua vida. No presente, range os

dentes, propiciando condições para que eles se quebrem, e também fala enquanto dorme. Em outros momentos, essas marcas se fizeram presentes, como a dor do parto que a fez reviver as dores sentidas na tortura. O fim do seu casamento foi um momento muito difícil, doloroso, que ela relaciona ao fato de não ter feito terapia, não ter trabalhado as violências sofridas.

Nilce, ao ser submetida no pau-de-arara, narra a dor sentida nas pernas, braços e juntas; hoje, seus joelhos doem. Além das dores, carrega a cicatriz de um osso do corpo quebrado e a memória de seu corpo sendo utilizado como instrumento para ensinar a tortura. As formas de submetê-la foram diversas, entre elas, o uso de medicamentos que a alucinaram. Sentiu-se triturada física e psicologicamente, levando muitos anos para sentir um pouco de unidade. Nilce faz terapia há duas décadas.

Celina, ao falar sobre esse período, diz: “não penso, não paro”. Ela está sempre em movimento, sempre fazendo algo, não fica quieta e, assim, não abre espaço para suas lembranças. Terapia? Não, ela não fez e nem deseja fazer.

O medo e a dor pela qual passaram continuam presentes na vida de todas: Nilce, que fez terapia por muito tempo, apresenta dificuldades para dormir antes de conceder entrevistas; Marie dá voltas e mais voltas procurando não abordar os abusos sofridos; Ignez fala sobre o que lhe aconteceu até o ponto em que se aproxima dos “esqueletos no armário”, ou seja, não chega perto deles, volta; Berta sente medo de falar por temer o reencontro com os violentadores; Celina não fala, não quer lembrar.

Para compreender a violência, busca-se, em Ruiz, a diferença entre violência e agressividade: a agressividade, considerada como uma pulsão constitutiva de todo ser vivo, e a violência como uma construção social, “um ato de significação intencional com objetivo de negar, total ou parcialmente, a alteridade da vida humana.” (RUIZ, 2009, p.90). A importância de marcar a diferença está em demonstrar que a violência tem uma finalidade: não é casuística, é elaborada para atingir seus fins, e deixa sequelas.

As marcas deixadas pela tortura são psicológicas, físicas e sociais. Alfredo Guillermo Martín (2005), psicólogo, baseando-se em “sua experiência e bibliografia internacional”, levantou as seguintes sequelas:

- Mesmo não tendo um quadro sintomatológico único nem uma síndrome unívoca, as sequelas psicológicas são graves e permanentes, com tendência ao agravamento na velhice.

- A matriz da constelação identificatória, base do sentimento de pertença humana e da própria identidade, tem sido atingida no mais profundo do psiquismo.
- A experiência produz sequelas transgeracionais.
- O índice de psicose é 5 vezes mais elevado que na população normal.
- A taxa de suicídios é de 16 a 23% mais elevado.
- A inserção social é muito difícil; as rupturas familiares são frequentes.
- A capacidade laboral fica muito diminuída, às vezes, até impossibilitada.
- Além do traumatismo inicial, devem ser levados em conta os efeitos agravantes produzidos pela retraumatização posterior.
- Alguns sintomas de sequelas aparecem logo e depois de longos períodos aparentemente assintomáticos (20, 30 anos após...).
- As doenças físicas, as hospitalizações, as intervenções cirúrgicas, etc., são mais graves e frequentes. (MARTÍN, 2005, p. 447)

As marcas das violências sofridas pelas pesquisadas, nos seus corpos e mentes, também são encontradas nas mulheres que sofrem violência doméstica, estupros e abuso sexual na infância. Os rastros são: “lesões, obesidade, síndrome de dor crônica, distúrbios gastrintestinais, fibromialgia, fumo, invalidez, distúrbios ginecológicos, aborto espontâneo, morte”, destruição da sua autoestima, exposição a risco de problemas mentais, como “depressão, fobia, estresse pós-traumático, tendência ao suicídio e consumo abusivo de álcool e drogas.” (DAY et al, 2003, p. 16). Na vivência pós-traumática dos abusos, as mulheres experimentam a sensação de reviver o evento, apatia emocional, dificuldades para adormecer e se concentrar, e se assustam com facilidade (DAY et al, 2003).

O ato de submeter o outro é uma violência que deixa marcas, cicatrizes, tanto no corpo como na memória, não importando quem seja o violentador. As relações de gênero, baseadas em dominação, contêm, implicitamente e explicitamente, as condições para causar sofrimento, tendo a violência como principal ferramenta de atuação.

4.3 RECONSTRUÇÃO: OS CAMINHOS PERCORRIDOS

Neste item, serão abordados os caminhos percorridos pelas pesquisadas durante suas vidas e que podem ter possibilitado condições para a reconstrução. Ele foi dividido em quatro capítulos: *Estudo e Trabalho*, que trata sobre o acesso das mulheres brasileiras à educação e ao trabalho, e as escolhas das pesquisadas; *Participação em Movimentos*, que fala a respeito da atuação delas nos diversos

movimentos, desde a juventude até o presente; *Maternidade*, e qual o seu papel na vida de algumas pesquisadas e a atuação de suas mães; *Revolução dos Costumes*, que aborda o comportamento questionador sobre as regras da época a respeito da sexualidade.

4.3.1.1 Estudo e Trabalho

As mulheres brasileiras têm acesso à educação escolar desde 1827 através da Lei do Ensino, mas tal acesso era restrito. A restrição era justificada pelo fato de ser considerado que a missão feminina era ser mãe, além de ser compreendida a mulher como possuindo inteligência limitada e saúde frágil. A educação da mulher tinha como objetivo capacitá-la para as atribuições que lhe eram definidas socialmente, sendo esposa, educadora dos filhos e gerente da casa. Essa definição estava explícita na Lei Orgânica do Ensino Secundário, através do Decreto-lei 4244/1942, o qual orientava que a educação das mulheres deveria realizada em estabelecimentos exclusivos. Nos casos em que não fosse possível, era preciso ser solicitada autorização ao Ministério da Educação o ensino da disciplina de Economia Doméstica e a orientação metodológica, levando-se em consideração a personalidade feminina e a sua missão dentro do lar. As restrições diferenciadas para as mulheres foram retiradas em 1971, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de nº 5.692/1971, período em que foi instituído o ensino de primeiro e segundo graus (ROSEMBERG, 2012). O ensino de segundo grau tinha um caráter profissionalizante. De 1971 a 1985, havia as escolas polivalentes que, além das demais disciplinas, ofereciam as seguintes aulas práticas: agrícola, comercial, industrial e educação para o lar³⁵. Mantinha-se, ainda, a disciplina vinculada à educação do lar.

Para as mulheres, o panorama da educação brasileira, realizado por Fúlvia Rosenberg, permite visualizar as justificativas da educação das mulheres vinculadas à chamada “natureza feminina”.

Em um breve panorama, vemos que, no Brasil, denegou-se a educação formal às mulheres em nome de sua “natureza corruptível”: o modelo de educação feminina virtuosa até o século XIX era o de

³⁵ RESENDE, Luciana Araujo Valle de. Reorganização Educacional: as escolas polivalentes como uma das vias para a profissionalização do ensino. V Simpósio Internacional: o Estado e as Políticas Educacionais no tempo presente. Universidade de Uberlândia-MG. 2009. Disponível em: <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/EC57.pdf>. Acesso em: 25 dez 2013.

Sant'Anna Mestra, avó de Cristo, que ensinava a Virgem, sua filha, com seu livro de preces. Posteriormente, sustentou-se a necessidade de se educar as mulheres (comedidamente, porém) porque elas seriam “educadoras de homens”, necessários à nação. Defendeu-se a educação diferenciada, porque mulheres eram tidas como menos inteligentes e mais frágeis que os homens. Incluiu-se Economia doméstica em seu currículo, porque “a mulher é rainha do lar”. Criticou-se a escola mista, por ser “promíscua”. Estimulou-se a formação de professoras, porque elas, “verdadeiras mães”, têm “vocação para o sacerdócio” que é o magistério. Combateu-se a educação diferenciada, com o argumento de que servia para relegar a mão de obra das mulheres ao “exército de reserva”, fazendo com que ocupassem postos com menor remuneração que os ocupados pelos homens no mercado de trabalho. Defendeu-se a ampliação da educação de meninas e moças, porque “mulheres educadas adiam a primeira gravidez, espaçam os partos, cuidam melhor dos filhos, impedem a reprodução do círculo vicioso da pobreza”, e porque “seus filhos são mais educados” (ROSEMBERG, 2012, p. 338).

Os percentuais de distribuição de mulheres e homens no curso normal e propedêutico (científico e clássico), compreendido no período entre 1955 e 1970, conforme estudo elaborado por Carmen Lúcia de Melo Barroso e Guiomar Namó de Mello sobre o acesso das mulheres ao Ensino Superior (BARROSO; MELLO, 1975), são:

Tabela 2 - Percentual de Mulheres e Homens no Curso Normal

	1955	1960	1965	1970
Mulheres	63	60	67	63
Homens	8	2	3	7

Fonte: (BARROSO; MELLO, 1975, p. 49)

Tabela 3 - Tabela: Percentual de Mulheres e Homens no Curso Propedêutico

	1955	1960	1965	1970
Mulheres	19	21	18	24
Homens	54	55	52	52

Fonte: (BARROSO; MELLO, 1975, p. 49)

As tabelas acima mostram que os percentuais de mulheres no curso normal são superiores aos dos homens. No curso propedêutico (científico e clássico), os percentuais de homens são superiores ao das mulheres em, pelo menos, 50%. O grande percentual de mulheres em curso normal e seguindo a profissão faz com que este processo se chame de “feminização do magistério”, que está associado ao

vínculo da profissão, ao cuidado, isto é, à atividade relacionada à característica dita “feminina”.

A contextualização se faz importante para visualizar o contexto das escolhas de Celina e Ignez por cursos científicos: as duas escolhem seguir por caminhos que não são considerados padrão feminino na época.

Eu estudei em grupo escolar, depois no Instituto de Educação, eu fiz aquele exame de admissão que existia para entrar no Instituto de Educação, fiz o ginásio no Instituto, e depois eu não quis fazer escola normal porque eu tinha horror aquelas coisas, assim, femininas, entre aspas, sabe? Mulherzinha, digo hoje, né? Que ia para escola normal, eu não queria. Escolhi fazer o científico no Júlio de Castilhos, que era um colégio, na época, começo dos anos 60, extremamente politizado. [Celina]

Celina demonstra uma visão negativa em relação ao curso normal, com uma depreciação ao que é considerado feminino, optando por seguir um curso relacionado ao masculino. A opção de Celina também foi a escolha de Dilma Roussef, atual presidenta do Brasil, que se recusou a “cursar a escola normal e tornar-se professora, como fizeram as mães e as tias. ... [Dilma] decidiu prestar exames para o curso científico (equivalente, hoje, ao ensino médio)...”. (AMARAL, 2011, p. 34)

A diferente procura de cursos por mulheres e homens se verifica nos cursos de graduação no período de 1956 a 1971 (BARROSO; MELLO, 1975, p. 51). Os cursos de Letras, Ciências Humanas e Filosofia e de Serviço Social eram os três com mais alta concentração feminina; os de Engenharia, Agronomia, Medicina Veterinária e Ciências Econômicas tinham predominância masculina; Comunicação e Física, nas décadas de 1956 e 1961, eram de predominância masculina. Nos períodos de 1966 e 1971, no curso de Comunicação, essa situação se inverteu e, na Física, se equiparou. Os cursos de Medicina Veterinária, Economia, Física, Comunicação (Jornalismo) e Ciências Sociais foram as opções das pesquisadas.

O ingresso em cursos de graduação permitiu a elas condições de se manterem na época e, conseqüentemente, independência econômica nos dias atuais. No passado, foi um fator que auxiliou na reconstrução de seus caminhos: Berta foi realizar pós-graduação pela empresa em que atuava; Ignez trabalhou como veterinária; Nilce como professora de física e, mais tarde, como pedagoga; Marie, na área gráfica:

[...] operário não conseguia emprego com facilidade que tinha ficado cego quase, né? Então, o que que acontece, ele tinha muita dificuldade de nos sustentar, e eu tinha possibilidade, trabalhava feito doida, certamente, que como professora, né? De manhã, de tarde, de noite, mas tudo bem, né? Mas eu tinha possibilidade de trabalho e foi isso que eu fiz, né? [Nilce]

E aí quando eu terminei minha Faculdade eu “tava” grávida da minha filha, eu recebi o diploma grávida. Aí eu “tava” trabalhando numa clínica, eu fazia clínica, trabalhava com colegas na clínica, e eu me lembro que eu fiquei participando numa cirurgia de uma cesariana de urgência numa cadela velha, para salvar os filhotinhos... Naquela cirurgia, foi quase meia noite, que eu trabalhava à noite nesse consultório. [Ignez]

Rose-Marie Lagrave, em “Uma Emancipação sob Tutela. Educação e Trabalho das Mulheres no Século XX”, descreveu a caminhada das mulheres europeias sobre o processo de escolarização e o mundo do trabalho, mostrando os avanços nas áreas citadas e como o sexismo atua. Ela fala de um jogo viciado e de quanto mais às mulheres se aproximam dos objetivos, mais penalizações elas sofrem. Neste jogo, as atividades domésticas as colocam em desvantagem: “Ora, se os homens se lembrassem de entrar nos jogos domésticos das mulheres, perderiam, como elas, nas suas carreiras.” (LAGRAVE, 1991, p. 542). Nele, estudar é “a melhor proteção contra o desemprego, tanto para os homens como para as mulheres, é ser titular de um diploma do ensino superior [...]” (LAGRAVE, 1991, p. 537). Na vida das pesquisadas, o “estudar” foi fator importante após saírem da prisão, por propiciar condições de sustento econômico, como novas alternativas de vida, como estudar no exterior.

4.3.1.2 *Participação em Movimentos*

As pesquisadas estiveram envolvidas em movimentos sociais desde sua juventude, e algumas ainda continuam envolvidas. A participação em movimentos sociais revela um desejo de mudança que, segundo Serge Moscovici, “depende, sempre, de um posicionamento inquieto, desejante e descontente, que questione a ordem e a uniformidade das normas, condutas e opiniões.” (MOSCOVICI, 2011, p. 9). A minoria pode influenciar a maioria, reciprocamente, em ação e reação, gerando possibilidade de desestabilização do gênero. A inquietação, o descontentamento e o desejo são potências que as mulheres mobilizaram para questionarem e proporem mudanças não só no seu posicionamento social, mas como na própria sociedade quando se escreve sobre os movimentos das mulheres no século XX.

Celina, quando estudante, participou do Movimento Estudantil, atuando no PC do B. Por essa participação, foi torturada, presa e viveu na clandestinidade. Já no MDB, trabalhou intensamente no auxílio do deslocamento de pessoas entre Brasil, Argentina, Uruguai; casou-se, teve filhos, e estes foram estudar em Cuba. No Brasil, envolveu-se em atividades de reconhecimento de diplomas de brasileiros formados em Medicina em Cuba. Os médicos envolvidos eram filhos de pessoas relacionadas ao Movimento Sem Terra, ao Movimento Sem Moradia, e a outros movimentos populares.

Ignez, quando estudante, participou do Movimento Estudantil como militante do Partido Operário Comunista (POC) e, por essa atuação, carrega memórias de dor. Ao sair da prisão, terminou os estudos, mas passou a ter dificuldades em arrumar trabalho por ter ficha no DOPS. Fez parte de diversos movimentos sociais, como o Movimento Feminino pela Anistia, o Movimento de Solidariedade aos Povos Latino-Americanos, o Movimento da Reforma Sanitária, o Movimento Pró-PT e, atualmente, está no Partido dos Trabalhadores (PT).

Berta, quando estudante, participou do Movimento Estudantil como militante do POC. Diplomou-se e realizou mestrado na França, onde ingressou no Movimento Feminista. Ao retornar ao Brasil, continuou no mesmo movimento até as reuniões iniciais da fundação do PT, quando se afastou.

Nilce, quando estudante, atuou no Movimento Estudantil como militante da Juventude Universitária Católica e, depois, na Ação Popular (AP). Trabalhou em movimentos de preservação da memória dos abusos cometidos pela repressão na ditadura (pela condenação dos torturadores), participando de pesquisas e estimulando a realização de eventos, e ainda concedendo entrevistas.

Marie, quando estudante, participou do Movimento Estudantil como militante do POC. Esteve na França, onde atuou no Movimento Feminista (quando exilada), na Argentina, e fez parte do PRT. Após retornar ao Brasil, trabalhou no PT. Hoje, é aposentada e realiza curso de graduação.

As pesquisadas iniciam suas atuações em movimentos sociais ainda na juventude, principalmente nos movimentos estudantis. O acesso ao estudo abriu a essas mulheres a possibilidade de participarem de um espaço novo, potencializando seus desejos internos, além de novos caminhos. Em um espaço que antes era, preferencialmente, masculino, elas encontraram um ambiente propício para

aflorarem os seus questionamentos e, ainda, a possibilidade de influenciarem o espaço onde vivem.

4.3.1.3 Maternidade

Como já abordado anteriormente, a repressão utilizou diversos métodos para obter seus fins, entre eles, a tortura. As práticas de violência disponíveis foram a física, a psíquica e a de gênero. O outro deixou de existir, se tornou um mero objeto para atingir seus fins; aniquilar quem resistia à ordem era a regra. É nessa situação que Nilce saiu da prisão.

Então, eu saí no final de julho – foi do começo de abril até o final de julho. Saí dali completamente mal. Com problemas muitos sérios no estômago, o útero todo queimado e estava com uma infecção generalizada. Depois, quando eu procurei o ginecologista, ele disse que eu nunca mais ia ter a possibilidade de gerar filhos. O que me doeu muito! [Nilce]

A possibilidade de gerar um Ser Humano é uma capacidade das mulheres. A partir do século XIX e início do século XX, o papel de mãe é valorizado, sendo considerado um destino biológico (CARLOS, 2011), é um papel esperado para que as mulheres exerçam; e, nas décadas de 1960-1970, elas já eram educadas para serem esposas e mães. Hoje, há quem opte por não ter filhos (PATIAS; BUAES, 2012). Nilce, ao sair de um processo cujo objetivo era a destruição em seus diversos significados (entre eles a possibilidade de ser mãe, pois teve seu útero queimado), sofre por sentir que o torturador possa tê-la atingido nesta capacidade.

Mas a vida tem os seus mistérios. A vida se refaz! Quando eu percebi a possibilidade de ficar grávida e constituir uma família pensei: Nós vencemos (risos) Só isso, vencemos! [Nilce]

A descoberta de poder engravidar representou muito mais do que desempenhar um papel, e, sim, a possibilidade de exercer uma vitória sobre o torturador, sobre a repressão. Em outras palavras, a geração de uma vida como uma das formas de resistências; a vitória sobre quem submete. A resistência existe onde há poder, e é uma ação em “oposição” a quem submete, podendo ser individual ou coletiva, e ser realizada de diversas formas, desde a geração de um filho ou pelo movimento de mães, *Movimento Madres de La Plaza de Mayo*, na Argentina³⁶ (WOLFF, 2013). São possibilidades de resistências além daquelas

³⁶ Associação das *Madres de Plaza de Mayo* de mães argentinas que lutam por justiça e punição dos culpados pelas mortes e desaparecimentos de seus filhos. Elas se reúnem na Plaza de Mayo, em

associadas à masculinidade, como as guerrilhas, conforme análise de Cristina Scheibe Wolff, sobre os direitos humanos e os movimentos de resistência no Cone Sul:

[...] as emoções e sentimentos despertados pela exposição do luto das mães, o uso estratégico da noção de maternidade, como um dos componentes das construções de gênero de nossa sociedade, tornam-se nesses contextos cheios de agência, tornando algo normalmente relegado às esferas da intimidade, uma questão pública, a dor privada, em vergonha pública, o choro, em ação política (WOLFF, 2013, p. 20).

A maternidade foi, e ainda é, um dos papéis definidos para as mulheres. O cuidado foi/é associado ao feminino. Na valoração social as atividades ligadas ao cuidado foram e são consideradas menores, mas no exercício deste papel as mulheres estabelecem vínculos que, em momentos de desorganização, podem representar uma possibilidade de resistência, tornando uma possibilidade de reconstrução. É no vínculo, no cuidado, que Ignez se apega para continuar a vida.

E... Eu acho assim, uma das coisas que mais me ajudou eu meu recuperar das minhas histórias foi o fato de ser mãe, “foi” os filhos que eu tive, sabe? É que, por exemplo, o [...] se suicidou, o outro entrou numa bebida violenta, [...] o, que foram torturados junto comigo, né? E por que que eu consegui sobreviver emocionalmente? Eu me pergunto, às vezes. O que que eu tinha, eles tinham o idealismo que eu tinha, eles também tinham as mesmas crenças que eu, entendeu? Eles eram convictamente comunistas que nem eu, né? [...] Mas aí por quê? Qual é a explicação que eu encontro? Aí eu fico vendo assim, olha a grande diferença de mim pros guris é que eu sou mulher, e claro que por ser mulher eu passei umas violências sexuais na cadeia que os guris não passaram, né? Mas, em contrapartida, a gente tem, a gente gera, a gente tem condições de gerar um outro ser, e eu acho que talvez pela minha sensibilidade, sei lá, minha maneira de ser, a questão do “gerar um novo ser”, um nenenzinho, que tu vê aquela formação, isso aí eu acho uma das coisas mais lindas do mundo, sabe? É tu gerar uma criança, integrar aquela criança, sentir ela dentro do teu ventre, entendeu? É sentir a vida, a vida. [Ignez]

Para Ignez e Nilce a possibilidade de gerar filhos fez a diferença no processo de reconstrução, possibilitando o estabelecimento de vínculo com o outro. O exercício da maternidade impactou nas suas vidas e na vida de suas mães. A mãe de Marie a apoiou quando ela foi estudar nos Estados Unidos, e ela teve sua vida impactada pela prisão da filha.

[...] minha mãe “tava” aqui em Porto Alegre, era uma dona de casa, ela aprendeu a ser progressista com tudo o que aconteceu. Era uma

dona de casa, assim, que não sabia de nada da vida. De repente ela foi jogada, assim, a ter que ir pra Argentina pegar um trem sozinha, não falava espanhol, ia falando português [...], até chegar à prisão que eu “tava” [...] [Marie]

Não só o exercício da maternidade impactou em suas vidas, mas o apoio recebido de suas mães desde o período na prisão até o suporte após a libertação. Nilce relata a importância que sua mãe teve no processo de colocá-la na vida novamente, levando-a para terapia, arrumando trabalho, fazendo-a levantar a cada novo dia.

E aí começa todo o processo de recuperação. A minha mãe diz: Bom! O que a gente vai fazer em primeiro lugar? Eu só chorava... Um medo!... Eu andava sempre de mão com alguém na rua. Medo, fobia de tudo, de gente, de quem chegasse perto.
[...] Neste período, o apoio de minha mãe foi decisivo. Ela me acompanhava em tudo, queria que eu arrumasse um emprego e dizia: “Você vai ter que viver, se sustentar, cuidar de sua vida como sempre fez”. [Nilce]

Para Celina, a maternidade possibilitou a continuidade de sua atuação no espaço público: seus filhos foram estudar Medicina em Cuba. Por essa vivência, se envolveu no movimento de revalidação de diploma do curso no Brasil, colocando-a, mais uma vez, em movimento, estratégia que tem utilizado para conviver com suas memórias de dor.

As pesquisadas vivenciaram a maternidade de diversas formas, servindo desde resistência ao aniquilamento proposto pela repressão (ao queimar seus úteros) até aquela força que mantém o movimento e possibilita condições de vida. Além disso, impactou na vida de suas mães, que se mobilizaram para apoiá-las, sustentá-las e, assim, lhes propiciarem condições para a sua reconstrução.

4.3.1.4 “Revolução dos Costumes”

Na sociedade da época anterior ao período ditatorial, a mulher continuava sendo educada para o casamento, para o cuidado dos filhos. A virgindade no casamento se fazia presente na vida delas, sinalizando a restrição na vida sexual e esperando manter relações sexuais somente com um homem: seu marido. O sexo faz parte da vida privada, e o homem é educado para o ser chefe da casa e estimulado a ter relações antes do casamento. As relações no casamento eram monogâmicas. Se ele mantivesse relações extraconjugais era uma atitude esperada, perdoável; mas se as mulheres mantivessem relações extraconjugais, elas feriam a honra do

marido, mereciam ser punidas (COLLING, 1997). Carla Bassanezi, no capítulo “Mulheres dos Anos Dourados”, apresenta os valores encontrados em 1950 (BASSANEZI, 2004) e ainda nas décadas de 1960-1970.

Sendo herdeiras de ideias antigas, mas sempre renovadas, de que as mulheres nascem para ser donas de casa, esposas e mães, saberia da importância atribuída ao casamento na vida de qualquer mulher. Teria aprendido que homens e mulheres vêm o sexo de maneira diferente e que a felicidade conjugal depende fundamentalmente dos esforços femininos para manter a família unida e o marido satisfeito. (BASSANEZI, 2004, p. 607)

O contexto está se modificando, o que pode ser observado no percentual de mulheres ingressantes em cursos de graduação. A porcentagem de mulheres matriculadas, no início de cada ano, é: em 1956 – 26%, 1961 – 29%, 1966 – 31% e 1971 – 40% (BARROSO, 1975, p. 51), demonstrando que elas estão cada vez mais adentrando no espaço público. A partir da década de 1960, as mulheres passaram a contar com as pílulas anticoncepcionais, possibilitando separar sexo e reprodução (TELES; LEITE, 2013), ou seja, passaram a ter controle sobre quando desejam engravidar ou não.

Mas, acima de tudo, pílula e esterilite³⁷ são métodos de contracepção de iniciativa feminina antecipada ou <<premeditada>>: com eles, as mulheres podem decidir antecipadamente o carácter potencialmente contraceptivo das suas relações sexuais durante um determinado período e, conseqüentemente, sobre o número de gravidez a que se expõe – ou que pretendem – assim, como o momento em que preferem fazê-lo. Quando as mulheres utilizam estes métodos, os homens pela primeira vez na história da humanidade deixam de poder expor contra a sua vontade ao risco de uma gravidez, e o seu próprio desejo de paternidade torna-se tributário da vontade de maternidade das suas parceiras (LEFAUCHEUR, 1991, p. 489).

Ignez e Berta referenciam, nas suas narrativas, a virgindade como sendo socialmente colocada para as mulheres, mas vivendo em um período com acesso a contraceptivos, espaço público e vida acadêmica, conhecem os valores sociais, os questionam e ousam; não se submetem.

A gente faz parte da revolução dos costumes, entendeu? A pílula foi uma aliada maravilhosa pra gente poder começar a transar sem medo. Porque o pessoal tinha medo. De engravidar e coisa e tal. [Ignez]

Na época, a gente vivia um drama, porque nós “tinha” o casamento virgem, e aí a gente se perguntava: “nossa, se eu perder a virgindade, se eu me apaixonar por um cara que não me aceita, o que eu vou fazer?” Era um drama... Então a gente chegava à conclusão: “bom, se o cara não me aceita é porque não serve pra mim”. [Berta]

³⁷ Dispositivo intrauterino(DIU).

Ignez, Berta, Nilce, Marie se casaram e separaram; casaram de novo ou não. O desquite existe no Brasil desde 1942, mas é a partir de 1962 que a mulher casada deixa de ser incapaz (com o Estatuto da Mulher Casada Homens). A partir de então, ela passa a ser reconhecida como companheira e “colaboradora dos encargos da família”, e, a partir da constituição de 1988, passa a ter igualdade no casamento. Mulheres que se separavam enfrentavam reprovação social (SCOTT, 2012). Essa experiência foi vivida pela mãe de Ignez, que se separou do seu pai em 1948, com 23 anos, e foi viver com outro homem. A lei brasileira, na época, não permitia casar novamente. Quinze anos depois ela se separou.

Então, a mãe, de todos os irmãos e irmãs dela, ela foi a única, única... E sofreu muita discriminação por isso, por ser uma mulher separada e, ainda por cima, ela se separa do segundo, né? [Ignez]

As pesquisadas não se furtaram de viverem as transformações de sua época no que se refere à sexualidade, ao estudo, ao casamento. Com as alegrias e tristezas que fizeram parte do contexto.

5 CONCLUSÃO

Os caminhos trilhados para o desenvolvimento deste trabalho, desde as leituras, as participações em eventos, encontros com as pesquisadas, tendo o gênero como categoria de análise, e a memória e o feminismo como temas apoiadores, foram, para a pesquisadora, um revisitar de seus próprios conceitos, um trabalho de memória.

Olhar³⁸ a si mesmo, as relações com a família, com o trabalho, amigos e outros estiveram presentes, possibilitando repensar a própria construção/reconstrução. A percepção de quanto à violência está introjetada, e suas manifestações foram importantes para a compreensão de comportamentos reflexivos, como responder agressivamente em situações de pressão. Essa vivência, em vários momentos, tornou difícil o afastamento das emoções. O afetar, parar, pensar foi permanente. Após passar por este processo, não posso dizer que fui a mesma durante todo ele. A realização do trabalho de memória, a partir de lembranças de outras mulheres, tornou a permanência impossível; desconstrução e construção foram os processos. Para tornar possível a realização das análises foi necessário um afastamento do trabalho por um período de tempo suficiente para que as emoções e as revisões acalmassem. Só então foi possível prosseguir.

Nesta trajetória também foi importante a compreensão das leituras sobre metodologia de pesquisa e como o conhecimento se tornava “vivo”, não eram mais só textos, mas experiências compartilhadas. O entendimento do trabalho de pesquisa como construção coletiva (DESLANDES, 2008). Iniciando pelas orientações que conduziram pelos caminhos a serem trilhados sem defini-los, possibilitando as descobertas, as vivências, os voos (quando possíveis), os questionamentos permanentes, e a colocação no rumo quando se fez necessário. As leituras possibilitaram acessar tantos mundos, resultados de trabalhos de muitas autoras e autores. As pesquisadas, ao falarem sobre suas experiências, mesmo após terem vividos momentos de sofrimento, muito falaram sobre seus projetos, sua juventude, seus sonhos, suas relações de afeto. Com certeza, muitas mulheres e homens contribuíram nesta construção. Sem cooperação direta ou indireta, este não

³⁸ Os textos itálicos são reflexões da pesquisadora.

se concretizaria. Ao iniciar o curso e, em especial, este trabalho, não imaginava ser possível vivenciar tantas emoções.

Passando a responder aos objetivos geral e específicos, foi utilizado o gênero como categoria de análise, sendo esta a primeira forma da organização social que irradia para as demais construções sociais. A família, a igreja, a polícia, o exército, o estado, e o que mais se pensa na sociedade são construções realizadas por mulheres e homens, e das relações que estes estabelecem. Se o gênero se baseia em dominação, então esta se faz presente nas demais estruturas sociais. A partir desse entendimento, compreende-se a ditadura civil-militar no Brasil e as demais experiências vividas pelas pesquisadas.

Inicia-se pela identificação das memórias de dor produzidas pela ditadura civil-militar de 1964-1985, permitindo refletir sobre como elas atuam sobre a vida das pesquisadas. Nas suas memórias, são encontradas violências física (como choque elétrico, pau-de-arara, empurrões, socos, tapas, medicamentos, alimentação imprópria para consumo humano), sexual e psicológica (prisão em cela solitária, perseguições, violência praticada contra amigos, estado de prontidão, pois, a qualquer momento, poderiam ser levadas à tortura, à nudez). Essa experiência produziu memórias de dor (como o medo), memórias não acessíveis conscientemente e que, quando acessadas, causavam sofrimento. Além disso, relações amorosas desfeitas, marcas físicas (como cicatriz de osso quebrado, dores no joelho), entre outros possíveis impactos. Tais vivências fazem transparecer como se as pesquisadas estivessem em um processo permanente de reconstrução. As sequelas encontradas são referenciadas por quem viveu processos de submissão por governos ditatoriais (MARTÍN, 2005), e também constatadas na pesquisa com maridos violentadores (DAY et al, 2003), situações em que a dominação se faz presente.

Com a vivência das experiências relatadas é possível questionar sobre quais estratégias de enfrentamento essas mulheres recorreram para reconstruírem suas vidas. As pesquisadas, desde jovens, fizeram opções para suas vidas, como não seguirem o curso normal (a opção para a maioria das mulheres na época), cursar o ensino superior, ou seja, decisões que permitiram condições favoráveis para obtenção de trabalho. A reconstrução de suas vidas não foi baseada em estratégias específicas para este fim, mas em um posicionamento ativo permanente sobre suas escolhas, como não obedecer às regras sexuais vigentes em relação à virgindade, à

participação em discussões e movimentos políticos, à construção de relações de amizades, independente do gênero, ou mesmo de serem ou não mães. Talvez o que melhor resuma a história de vida dessas mulheres seja a ousadia de viverem suas próprias escolhas, com suas alegrias e dores. A definição do que era ser mulher na época não lhes servia: questionaram e praticaram a partir de suas compreensões, o que leva a refletir sobre como os papéis de gênero perpassam suas experiências e memórias. As posições dessas mulheres perante suas vidas podem ser compreendidas como questionamentos aos papéis definidos para todas as mulheres, e isso pode ser observado por suas escolhas, como os cursos escolhidos, a atuação em espaço público (como movimentos sociais), e a opção por relações sexuais não repressoras. A repressão estatal utilizou os papéis de gênero para violentá-las, desde agressões verbais (como chamá-las de “puta”), até o uso da violência sexual.

A partir das análises realizadas ao longo de todo trabalho, procurou-se conhecer como as mulheres que sofreram violência dos agentes do estado no período da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 convivem com as memórias de dor e reconstróem suas vidas. Conforme as observações e análises realizadas, para as pesquisadas, as memórias de dor não foram impeditivas para a reconstrução de suas vidas, apesar de elas estarem sempre presentes, conscientemente ou não. Pode-se dizer que as reconstruções de suas vidas, foram processos permanentes de ativismo, somadas às amizades, aos apoios, à cooperação e à presença de suas mães. Em outras palavras, experiências de relações mais igualitárias, como cooperação, amizade, estudo, participação em organizações e relações sexuais menos repressoras as reconstruíram. As formas como o gênero foi vivenciado deixaram marcas positivas ou negativas na memória das pesquisadas. As dores desses momentos sob a submissão ao Estado permaneceram em suas vidas, mas as experiências compartilhadas em parceria lhes propiciaram condições favoráveis para as reconstruções das suas vidas. Esses resultados remetem aos trabalhos de Mead (2011) e Coler (2008), que apresentaram quatro comunidades com construções de gênero e organizações sociais diferentes, que, conforme suas características propiciaram mais ou menos condições para a existência da dor.

O trabalho que, por ora, está sendo finalizado é o resultado da reflexão do encontro com cinco mulheres. A partir de suas memórias, procurou-se responder aos objetivos propostos dentro dos parâmetros da pesquisa qualitativa (MINAYO,

2010) e, portanto, este trabalho não se propõe a generalizações nem a encontrar respostas conclusivas, e, sim, buscar compreender como as pesquisadas reconstruíram suas vidas. *Mas isto não exige a pesquisadora de um posicionamento crítico sobre nossa sociedade e, principalmente, considerando que este trabalho tem como base o Feminismo. Se muito mais do que desejarmos uma sociedade em que mulheres e homens tenham os mesmos direitos e, sim, uma organização social sem violência, os valores sociais precisam ser revistos. Se quisermos transpor este modelo, então se faz necessário priorizarmos a cooperação a competição, o cuidado a força, o apoio a submissão (EISLER, 2007) e caminharmos para uma estrutura social menos arbitrária, onde cada Ser Humano possa encontrar seu espaço adequado (MEAD, 2011). Em outras palavras, o feminino e o masculino construídos com base em outros valores. Essas considerações se fazem importantes por vivermos em uma sociedade onde a violência e a submissão se fazem presentes, gerando memórias de dor.*

6 EVENTO “A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA DITADURA CIVIL-MILITAR DE 1964-1985”

O curso mestrado profissional em *Memória Social e Bens Culturais* tem com um dos requisitos para a obtenção do título do mestre a realização de um produto. Para atingir este fim, foi proposto e realizado o evento acadêmico “A Participação das Mulheres na ditadura civil-militar de 1964-1985”. A ideia foi baseada em Walter Benjamin³⁹, para quem, através da fala de quem viveu em determinada época e em posição diferente de quem conta a história, é que se torna possível avançar no conhecimento sobre o acontecido e compreender os fatos no presente. A partir deste ponto de vista, foram convidadas duas mulheres que vivenciaram a repressão da ditadura civil-militar de 1964-1985, com o objetivo de proporcionar um momento de reflexão sobre o período referido.

Em 2014 completou 50 anos da data em que a Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 teve seu início. É também o ano em que a *Comissão Nacional* deverá finalizar suas atividades. Assim, considera-se o período favorável para reflexões sobre a ocasião em questão.

O evento tem sua justificativa neste momento principalmente por propiciar um espaço de reflexão sobre um período histórico recente da sociedade brasileira que produziu memórias de dor e no qual ainda não existiu uma avaliação dos atos abusivos cometidos pelos agentes do estado. A Lei de Anistia, de 1979, propiciou condições para a não revisão dos atos desses agentes e a não prestação de contas dos atos abusivos pelo Estado, gerando condições para a criação da *Comissão Nacional da Verdade*.

³⁹ BENJAMIN, Walter. **O Narrador**. Texto em Os Pensadores. 1. ed. Abril S.A: Cultural e Industrial: São Paulo, 1975.

Figura 1 - Convite do Evento

CONVITE

O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E BENS CULTURAIS DO UNILASALLE - CANOAS CONVIDA PARA O EVENTO

“A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA DITADURA CIVIL-MILITAR DE 1964-1985”

baseado em Walter Benjamin para quem, através da fala das pessoas que viveram em determinada época, e em posição diferente de quem conta a história, é que se torna possível avançar no conhecimento sobre o acontecido e compreender os acontecimentos no presente, com a presença de

Ignez Maria Serpa Ramminger – Médica Veterinária e atuou em movimentos contra a ditadura
Nilce Azevedo Cardoso - Psicopedagoga e atuou em movimentos contra a ditadura

Data : 11 de março de 2014 – 19h00min-20h30min.

Local: Auditório Irmão Ir. Bruno Ruedell

No 3º andar do Prédio 6 - UNILASALLE
 Avenida Victor Barreto, 2288 - Centro
 Canoas – RS

Contamos com sua presença.
 Evento gratuito.

Evento organizado como produto final do curso por Elianara Corcini Lima.
 Orientação Profa. Dra. Aline Accorssi e coorientação Profa. Dra. Paula Pinhal de Carlos

Fonte: Elaborado pela autora

O evento foi realizado em 11 de março de 2014 no Auditório Ir. Bruno Ruedell (do UNILASSALLE), das 19h às 21h. O local foi aberto ao público às 18h30min (com acesso livre) e, para a recepção dos convidados, houve um coquetel com café e chá, e a exibição de um vídeo⁴⁰ sobre a Ditadura Civil-Militar de 1964-1985. O evento foi apresentado pelas professoras Dra. Cleusa M. G. Graebin (coordenadora do curso de Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais), e a Diretora Adjunta de Extensão, Pós-graduação e Pesquisa, Dra. Patrícia Kayser; a gravação foi feita pelo grupo de Ensino à Distância do UNILASSALLE.

A mesa foi composta pela mestrandia Elianara Corcini Lima, que fez os agradecimentos aos que colaboraram para a realização do evento e aos palestrantes. O Prof. Ms. Carlos Hees, do curso de História do UNILASALLE, contextualizou o período da ditadura e referiu-se à participação das mulheres. Por último, falou a Prof^a. Nilce Azevedo Cardoso, militante em movimentos contra a

⁴⁰ “Vídeo produzido pela Fundação Joaquim Nabuco (Recife) e realizado pela Massangana - Multimídia Produções, para a TV Escola (Ministério da Educação).” Disponível em: <<http://vimeo.com/6009416>>. Acesso em: 09 mar. 2014.



ditadura. Ela relatou como era o ambiente na Universidade de São Paulo, sobre os comícios relâmpagos, as pichações, o sumiço de professores, como foi viver na clandestinidade, os diversos tipos de tortura a que foi submetida, e como foi o processo de reconstrução de sua vida. A Ignez Maria Serpa Ramminger não pode estar presente.

Figura 2 - Palestrantes



Fonte: Elaborado pela autora

O evento foi assistido por 169 pessoas, dentre os quais alunos de graduação, de pós-graduação, professores e comunidade em geral. Na tabela 4 observa-se que o evento foi assistido por pessoas de 19 cursos diferentes.

Figura 3 - Público no Evento



Fonte: Elaborado pela autora

Tabela 4 - Distribuição dos Ouvintes por Curso

Total de Presenças por Curso	
Curso	Nº Presenças
ADMINISTRAÇÃO	5
DIREITO	52
EDUCAÇÃO	2
EDUCAÇÃO FÍSICA	3
ENFERMAGEM	1
ENGENHARIA CIVIL	1
EVENTOS	2
GESTÃO COMERCIAL	3
GESTÃO FINANCEIRA	1
GESTÃO RH	1
HISTÓRIA	20
LETRAS	8
MEMÓRIA SOCIAL E BENS CULTURAIS	8
NÃO INFORMOU	45
NUTRIÇÃO	3
PEDAGOGIA	1
PROCESSOS GERENCIAIS	1
PSICOLOGIA	5
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	7

Fonte: Elaborado pela autora

Durante a fala da Prof^a. Nilce observou-se um silêncio no auditório com as pessoas se mantendo atentas às suas palavras; havia emoção no ar. Ao final do evento, era visível na expressão das pessoas o quanto as histórias contadas às sensibilizaram. A emoção apresentada pelas pessoas nos remete a Walter Benjamin em que a narradora da própria experiência transmite também a emoção. Observamos, também, o interesse pelo tema do evento por pessoas de cursos diferentes cursos de áreas diversificadas. Permitindo-nos concluir que existe interesse das pessoas em saber mais sobre a ditadura civil-militar de 1964-1985.

7 REFERÊNCIAS

- AMARAL, Ricardo Batista. **A vida quer é coragem**. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.
- Amnesty International (AMNESTY). **Brasil: "eles entram atirando"**: Policiamento de Comunidades Socialmente Excluídas. Brasil, 2005. Disponível em: <<http://www.amnesty.org/en/library/asset/AMR19/025/2005/pt/d6c16d41-d49c-11dd-8a23-d58a49c0d652/amr190252005pt.html>>. Acesso em: 31 ago. 2013.
- BARROSO, Carmen Lúcia de Mello; MELLO, Namo de. **O Acesso da Mulher ao Ensino Superior**. Cadernos de Pesquisa/15. Comunicação apresentada à XXVII Reunião Anual da SBPC Belo Horizonte julho de 1975. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n15/n15a05.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2013.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. IN: **História das mulheres no Brasil**. DEL PRIORE, Mary (Org.). 7. Ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. 2011. 446 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS / Departament d'Història Contemporània da Universitat de Barcelona, Espanha, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29576/000777584.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 06 maio 2013.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Volume I. Tradução Sergio Paulo Rouanet. Editora Brasiliense, 1985.
- BENJAMIN, Walter. **O Narrador**. Texto em Os Pensadores. Abril S.A. Cultural e Industrial, 1. ed. São Paulo, 1975.
- BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. **Escritos sobre mito e linguagem**. Tradução de Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. Duas cidades, 1. Ed. São Paulo, 2011.
- ARNS, Paulo Evaristo, Cardeal. **Brasil: Nunca Mais**. Arquidiocese de São Paulo. 4 ed. Vozes: RJ, 1985.
- BERND, Zilá. **Memória Social**. ENEMON. Dicionário de Expressões da Memória Social, dos Bens Culturais e da Cibercultura. UNILASALLE. Disponível em: <<http://edicionario.unilasalle.edu.br/?p=140>>. Acesso em: 25 ago. 2013.
- BRASIL. Arquivo Nacional. **Os presidentes e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em:

<<http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Os%20president es%20e%20a%20ditadura%20militar.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito à Memória e à Verdade:** histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009a.

BRASIL. Portal Brasil. **Cidadania.** 2009b. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/direitos-do-cidadao/anistia-politica>>. Acesso em: 04 ago. 2013.

_____. Supremo Tribunal Federal. **STF é contra a revisão da Lei da Anistia por 7 votos a 2.** 2010. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125515>>. Acesso em: 04 ago. 2013.

_____. **Lei Nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.** Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em: 12 mai 2013.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Voto da Mulher.** Publicado em: 23 de março de 2012. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

_____. Casa Civil da Presidência da República. Ato Institucional. **Legislação histórica** - Atos Institucionais. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

_____. Senado Federal. Ato Institucional (Nº 1). Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1&tipo_norma=AIT&data=19640409&link=s> . Acesso em: 24 fev. 2014a.

_____. Senado Federal. Ato Institucional Nº 2. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=2&tipo_norma=AIT&data=19651027&link=s> . Acesso em: 24 fev. 2014b.

_____. Senado Federal. Ato Institucional Nº 5. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo_norma=AIT&data=19681213&link=s> . Acesso em: 24 fev. 2014c.

CAPES. **Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos.** Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarles&codigoArea=90100000&descricaoArea=MULTIDISCIPLINAR+&descricaoAreaConhecimento=INTERDISCIPLINAR&descricaoAreaAvaliacao=INTERDISCIPLINAR>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

COLER, Ricardo. **O reino das mulheres: o último matriarcado**. Tradução Sandra Martha Dolinsky. São Paulo. Editora Planeta do Brasil, 2008.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS - CDHM, Câmara dos Deputados. **Relatório sobre a tortura**. Ano 2005. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/a_pdf/relatorio_cdhcf_tortura_br_2005.pdf>. Acesso em: 05 maio 2013.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE - CEV. Disponível em: <<http://www.comissaodaverdade.rs.gov.br/conteudo/752/O-Que-e>> Acesso em: 31 ago. 2013

COMISSÃO NACIONAL DE VERDADE - CNV. Instituída em 2012. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

_____. **CNV afina cooperação com comissões estaduais e municipais**. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/349-cnv-afina-cooperacao-com-comissoes-estaduais-e-municipais>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

_____. **Relatório Parcial de Pesquisa**. Maio/2013. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/cnv_parcial.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2013

_____. **Resolução nº 4 da Comissão Nacional da Verdade**. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/resolucao_04_170912.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2014b.

CARLOS, Paula Pinhal de. **“Sou para casar” ou “Pego, mas não me apego”?: Práticas Afetivas e Representações de Jovens sobre o Amor, Sexualidade e Conjugalidade**. 2011. 264 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95583>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade Cunha. **Violência Conjugal: os ricos também batem**. Revista UEPG. Ponta Grossa. Paraná. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/628/616>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Rev. psiquiatr. Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 25, supl. 1, abr. 2003. Disponível

em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082003000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 jul. 2013.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). IN: **Dicionário crítico do feminismo**. Helena Hirata et al. (orgs.) São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DESLANDES, Suely Ferreira. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. Maria Cecília de Souza Minayo (Org.). 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Mulheres em guarda contra a repressão. IN: **Resistência, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Orgs. Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolf e Ana Maria Veiga. Florianópolis: Mulheres, 2011.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

EISLER, Riane. **O cálice e a espada**: nosso passado, nosso futuro. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Atenas, 2007.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; CERQUEIRA, Fabio Vergara. **Mulheres e doces**: o saber-fazer na cidade de Pelotas. São Paulo, Unesp, v. 8, n.1, p. 255-277, janeiro-junho, 2012. Disponível em: <<http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/mulheres-e-doces-o-saber-fazer-na-cidade-de-pelotas-2.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANKL, Viktor. **Em busca de sentido**: um psicólogo no campo de concentração. Tradução de Walter O. Schlupp e Carlos C. Aveline. 14 ed. São Leopoldo, Editora Sinodal; Petrópolis, Editora Vozes, 2001.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo. Cia. Das Letras, 2009.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeide Araújo; SANTOS, MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA. **Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2012.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, Suely Ferreira. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. Maria Cecília de Souza Minayo (Organizadora). 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

GRAEFF, Lucas. **Memória Coletiva**. ENEMON. Dicionário de Expressões da Memória Social, dos Bens Culturais e da Cibercultura. UNILASALLE. Disponível em: <<http://edicionario.unilasalle.edu.br/?p=444>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

GUERRA, Claudio; NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda., 2012.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. Arena: partido do “sim, senhor”? **Revista Espaço Acadêmico**. n. 113 – outubro de 2010. Resenha. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10885/6159>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HANNAH, Arendt. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2005.

IZQUIERDO, Iván. **Questões sobre memória**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

JOFFILY, Mariana. OS NUNCA MÁS NO CONE SUL: gênero e repressão política(1984-1991). IN: **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff e Ana Maria Veiga(Org.). Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som Um manual prático**. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Sociabilidades Subterrâneas: identidade, cultura e resistência em favelas no Rio de Janeiro**. Unesco. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002238/223831por.pdf>> Acesso em: 11 jan. 2013.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. 1. ed. São Paulo. Boitempo, 2009.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. IN: **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. Edson Teles e Vladimir Safarle (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. IN: **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 5: O século XX. Georges Duby e Michelle Perrot(Org.). Porto: Edições Afrontamento, 1991.

LEFAUCHEUR, Nadine. Maternidade, Família e Estado. IN: **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 5: O século XX. Georges Duby e Michelle Perrot(Org.). Porto: Edições Afrontamento, 1991.

MACHADO, Vanderlei. PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Mulheres (2010). **Revista Métris: história & cultura**. v. 9, n. 18 (2010). UCS - Universidade de Caxias do Sul - Centro de Ciências Humanas. Caxias do Sul, RS. Disponível em:

<<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/991/1061>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

MARTÍN, Alfredo Guillermo. As sequelas psicológicas da tortura. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 25, n. 3, 2005. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n3/v25n3a08.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

MATURANA, Humberto R. Prefácio. In: EISLER, Riane. **O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro**. Prefácio. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Atenas, 2007.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. (Orgs.). **Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro_mulheres/livro_mulheres.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2014.

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro**. A Anistia e suas consequências – Um estudo do caso brasileiro. 2003. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-06112006-162534/pt-br.php>>. Acesso em: 17 fev. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Maria Cecília de Souza Minayo (Org.). 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza Minayo. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza Minayo. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MOSCOVICI, Serge. **Psicologia das minorias ativas**. Tradução do Grupo de Leitura “Ideologia, Comunicação e Representações Sociais”; responsável Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOTA, Dolores. **Feminicídio/Femicídio e o novo Código Penal Brasileiro: tipificação e punição para os assassinatos de mulheres por questões de gênero**. Disponível em: <http://www.feminismo.org.br/livre/index.php?option=com_content&view=article&id=99993855:feminicidiofemicidio-e-o-novo-codigo-penal-brasileiro-tipificacao-e-punicao-para-os-assassinatos-de-mulheres-por-questoes-de-genero&catid=109:atencao>. Acesso em: 31 ago. 2013.

OABRJDIGITAL. **OAB/RJ lança terça campanha para esclarecer mortes por PMs.** Disponível em: <<http://www.oabrj.org.br/noticia/82054-OABRJ-lanca-terca-campanha-para-esclarecer-mortes-por-PMs>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de et al. Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 3, jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102005000300007&script=sci_arttext>. Acesso em: 27 jun. 2013.

OLIVEIRA, Gabriela Goergen; OLIVEIRA, Marilene Elias Goergen. **A Comissão Nacional da Verdade e a ausência de mecanismos punitivos.** II Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://issuu.com/jornadaditadurasedh/docs/ebook_ii_jornada_ditaduras_e_dh>. Porto Alegre, 2013. Acesso em: 01 fev. 2014.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault.** Rio de Janeiro, Edições Graal Ltda, 1999.

ORTEGA, Francisco. **Genealogias da Amizade.** São Paulo, Edições Iluminuras, 2002.

PADRÓS, Enrique Serra. BAUER, Caroline Silveira. Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Termo in: ANOS90: **Revista de Programa de Pós-graduação em História/UFRGS, IFCH.** Programa de Pós-graduação em História. V. 19, nº 35, Porto Alegre: PPGH, jul. 2012, p. 89-111.

PADRÓS, Enrique Serra et al (org.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória.** 2. ed. ver. e ampl. v. 4. Porto Alegre: CORAG, 2010.

PATIAS, Naiana Dapieve; BUAES, Caroline Stumpf. **“Tem que ser uma escolha da mulher”! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção.** Psicologia & Sociedade. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/06.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2014.

PAVIANI, Jaime. **Interdisciplinaridade ou uma nova disciplina.** Caxias do Sul: 1993. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppge/files/2010/11/Interdisciplinaridade-Paviani.pdf>. Acesso em: 11 jan 2014.

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres.** Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

PELLEGRINO, Helio. A tortura política. **Folha de São Paulo.** Sábado, 5 de junho de 1982 – Opinião – 3.

PERES, Livia. Movimento Feminino pela Anistia. Termo in: PADRÓS, Enrique Serra et al (org.) **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. 2. ed. ver. e ampl. v. 4. Porto Alegre: CORAG, 2010.

PERROT, Michele. **As mulheres e os silêncios da História**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 jun. 2013.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417> > Acesso em: 29 ago. 2013.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François [et al]. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. **O perdão pode curar?** Tradução José Rosa. 1996. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/paul_ricoeur_o_perdao_pode_curar.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2013.

ROSA, Susel Oliveira Rosa. **A amizade como forma de “cuidado com o mundo” na trajetória de Nilce Cardoso e Delsy Gonçalves de Paula**. Mnemosine, v. 5, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/165>>. Acesso em: 23 dez. 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação das mulheres. IN: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria(org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo. Contexto, 2012.

RUIZ, Castor M.M. Bartolomé. O direito à verdade e à memória – por uma justiça anamnética: uma leitura crítica dos estados de exceção do Cone Sul. IN: AZUL. **Relatório Azul 2011**. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. p. 101-130.

RUIZ, Castor M.M. Bartolomé. A justiça perante uma crítica ética da violência. IN: **Justiça e memória: para uma crítica ética da violência**. Castor M. M. Bartolomé Ruiz. São Leopoldo. Editora Unisinos, 2009. P. 87-111.

SCOTT, Ana Silvia Scott. O caleidoscópio dos arranjos familiares. IN: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria(org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo. Contexto, 2012.

SPINDEL, Arnaldo. **O que são ditaduras**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Genero, Patriarcado, Violência**. 1. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **Marcas da clandestinidade**: memórias da ditadura militar brasileira. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss252.pdf>> Acesso em: 24 fev. 2014.

SCOTT, Joan. **Uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1989. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%A9nero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Cruz. **Da guerrilha á imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil(1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Trad. por Miguel Salazar. Buenos Aires: Paidós, 2000.

VECHIA, Renato da Silva Della. O golpe civil militar de 1964: algumas possibilidades sobre seu significado histórico. Termo in: ANOS 90: **Revista de Programa de Pós-graduação em História/UFRGS, IFCH**. Programa de Pós-graduação em História. v. 19, n. 35, Porto Alegre: PPGH, jul. 2012, p. 89-111

VARGAS, Mariluci Cardoso de. **O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira**. IX Encontro Estadual de História - Seção RS - Vestígios do Passado: a história e suas fontes - 14 a 18 de julho de 2008 no IFCH da UFRGS - Porto Alegre/RS. Disponível em: <http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212369464_ARQUIVO_trabalhocompletoanpuh.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2013.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012**: Crianças e adolescentes do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2013.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013**. Homicídios e Juventude no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 2013. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf> Acesso em: 24 ago. 2013.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero e maternidade nos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul**. Disponível em:

<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364648266_ARQUIVO_Generoematernidadeanpuh2013.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2014.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, <nome da pesquisada>, aceito participar do Projeto de Pesquisa desenvolvido por Elianara Corcini Lima, do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais, UNILASALLE.

Fui informada que esse projeto tem como objetivo conhecer como as mulheres que sofreram violência dos agentes do Estado no período da ditadura militar brasileira de 1964 convivem com as memórias de dor e reconstróem suas vidas.

Fui esclarecida de que a pesquisa se utilizará de gravações de áudio através de entrevistas. As entrevistas serão utilizadas com o propósito único de pesquisa, respeitando-se as normas éticas quanto ao uso, quanto à minha identificação nominal, bem como a identificação de outros participantes.

A minha participação é voluntária. E estou ciente que a qualquer momento tenho liberdade para rever esta autorização.

Estou ciente de que esse tipo de pesquisa exige uma apresentação de resultados dos relatos para fins exclusivos de publicação, divulgação científica e como produto será produzido material informativo visibilizando a memória de dor das mulheres participantes da pesquisa.

Porto Alegre, <data da entrevista> de 2013.

Autorizo minha identificação: () Sim ou () Não

.....
Assinatura